MOZAPRENDE
Estudar para o desenvolvimento do nosso país

www.mozaprende.blogspot.com

# História

12ª classe

Telésforo de Jesus Nhapulo



www.mozaprende.blogspot.com

PLURAL EDITORES

Livro aprovado pelo Ministério da Educação

# 1 Sobre a periodização da História de Moçambique

## 1.1. Periodização da História de Moçambique
## 1.2. As fontes da História de Moçambique

**Objectivos específicos:**

- Definir os conceitos de periodização e cronologia
- Identificar os períodos da História de Moçambique
- Explicar limitações das fontes da História de Moçambique
- Explicar a importância da tradição oral na reconstituição da História

# 1 SOBRE A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

Os historiadores utilizam a periodização e a cronologia para facilitar a compreensão dos factos históricos. Para a História de Moçambique apresenta-se uma proposta de periodização, que é, como todas as periodizações, relativa e subjectiva.

## 1.1. Periodização da História de Moçambique

A História divide-se em períodos para facilitar o trabalho do historiador e do estudante, atendendo assim a uma necessidade didáctica fundamental. Assim, também à História de Moçambique é aplicada a **periodização**.

### 1.1.1. Os conceitos de periodização e cronologia

> *As épocas apenas têm um interesse* ***mnemotécnico****.*
>
> Benedetto Croce

[1] O interesse mnemotécnico das épocas históricas.

**Vocabulário**

**Mnemotécnica**
É uma técnica de estimulação e facilitação da memória.

**Periodização**
Dividir o tempo em etapas/fases distintas.

**Fontes históricas**
Vestígios que representam a presença de seres humanos no tempo e no espaço.

**Etnográficos**
Estudos descritivos das instituições e das civilizações.

**Genealógica**
Estudos relativos à origem e sucessão de famílias, descrevendo as relações de parentesco entre gerações.

#### O conceito de periodização

A periodização da História é a **divisão artificial, que os historiadores estabeleceram, da História em épocas**, períodos ou idades, para fins didácticos.

O interesse em efectuar esses "cortes" (ou "recortes") data de há muitos e longos anos e é tão antigo quanto a necessidade de registo da História.

No entanto, vários historiadores em cada época ou cultura têm aplicado uma metodologia diferente de periodização da História.

É ao historiador que cabe periodizar a História, mediante as **fontes históricas** de que dispõe e dos critérios que utiliza. Por isso se diz que qualquer acto de periodização da História é **relativo e artificial**.

Toda a periodização é **passível de críticas** porque constitui uma articulação artificial no processo histórico. Mas ela é indispensável para que o conhecimento histórico se torne **inteligível**.

É difícil definir um padrão único consensual de periodização. Sendo assim é admissível a existência de **várias periodizações históricas** ligadas a diferentes pontos de vista culturais, **etnográficos** e ideológicos.

A articulação político-**genealógica** constitui o método mais antigo de periodização empregue pelo Homem, onde na sua análise observa os limites dos **reinados** e das **dinastias**.

Na periodização clássica da História, existem quatro grandes períodos: a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea.

| Nome da época histórica | Idade Antiga | Idade Média | Idade Moderna | Idade Contemporânea |
|---|---|---|---|---|
| **Periodização** | Inicia por volta do ano 4000 a. C. ou a.n.e., com a invenção da escrita e estende-se até à queda do Império Romano do Ocidente em 476 d. C. ou n.e. | Vai desde 476 e estende-se até 1453, quando termina a Guerra dos Cem Anos e é tomada a cidade de Constantinopla pelos Turcos-Otomanos. | Vai desde 1453 até 1789, quando eclode a Revolução Francesa. | Inicia-se em 1789 e estende-se até os nossos dias. |
| **Características** | – primeiras sociedades a utilizarem a escrita;<br>– início da arte clássica, da Filosofia e demais ciências;<br>– nascimento e queda das grandes civilizações grega e romana. | – também chamada época feudal ou Idade das Trevas;<br>– forte sentimento de medo e insegurança;<br>– perda de importância das ciências e saberes;<br>– populações amuralham-se;<br>– sociedade de ordens: povo, nobreza e clero;<br>– tem 3 periodizações internas: Alta Idade Média (séculos V ao X), Plena Idade Média (séculos XI e XII) e Baixa Idade Média (séculos XIII ao XV) | – início das expansões mercantis e comerciais;<br>– época de furor pelas descobertas ultramarinas, pela novidade, pela ciência;<br>– movimentos protestantes e de reforma católica;<br>– despotismo esclarecido e monarquias absolutas;<br>– questionamento da sociedade de ordens e da monarquia. | – fim das sociedades de ordens e do Antigo Regime;<br>– revoluções liberais tentam libertar-se das monarquias absolutistas;<br>– era da industrialização do mundo e corrida às matérias-primas;<br>– primeiras guerras imperialistas e disputa pelas colónias;<br>– as nações unem-se em associações multinacionais;<br>– época de extremos ideológicos: nazismo, socialismo, comunismo. |




[2] A periodização clássica da História.

## O conceito de cronologia

*Os compêndios de História começam e acabam, mas outro tanto não acontece com os fenómenos que neles são registados.*

Robin George Collingwood

[3] Os limites temporais dos fenómenos históricos.

**Vocabulário**

***Cronologia***

É a ciência cuja função é a de determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos redigindo-os e juntando-os numa sequência lógica.

A palavra ***cronologia*** é derivada do grego *chronos ou cronos* (tempo) e *logos* ou *logia* (ciência). Logo, a cronologia é a **ciência do tempo**.

A cronologia pode ser uma **classificação**, **lista** ou **tabela** de acontecimentos ordenados no tempo.

| Cronologia dos Estados Marave | |
|---|---|
| 1580 | Invasão Zimba (povos guerreiros e canibais) que impuseram pequenas linhagens Marave |
| 1600 | O clã Phiri dos Karonga funda os Estados Marave |
| 1601 | Gasti Rucere pede apoio aos portugueses devido à invasão Marave |
| 1616 | Aparecimento do nome Marave em vários relatos da época |

Fonte: Telésfero Nhapulo, *Atlas Histórico de Moçambique*, p. 14.

[4] Exemplo de cronologia em tabela.

A nossa existência está intimamente ligada ao tempo. As **primeiras formas de contagem do tempo** foram feitas pelos primeiros homens que habitaram a Terra, através da constante **observação dos fenómenos naturais**. Eles verificaram que podiam medir o tempo através da passagem do dia para a noite, das fases da Lua, da posição de outros astros, da variação das marés e da duração do crescimento das colheitas agrícolas.

Durante muitas décadas, o trabalho do historiador foi limitado ao uso do **tempo cronológico**. O importante na função do historiador era datar o tempo em dias, meses, anos, décadas e séculos, instituindo uma noção de tempo puramente cronológica.

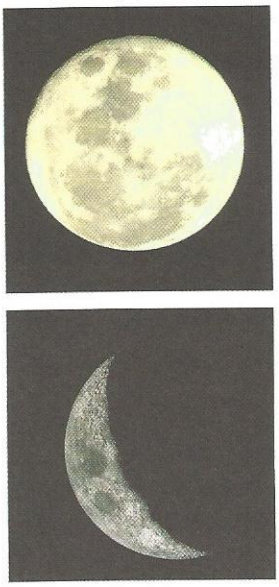
Hoje em dia, **a contagem do tempo não constitui a principal prioridade da História**, embora seja importante. O tempo cronológico *stricto sensu* não interessa aos historiadores pois a sua passagem não determina as mudanças e acontecimentos (factos históricos).

Se esse não é o tipo de tempo trabalhado na História, que tempo a ciência histórica utiliza?

Hoje em dia, os historiadores utilizam o **tempo histórico**.

Enquanto no tempo cronológico se trabalha com constantes e medidas exactas e proporcionais de tempo, a organização do tempo feita pela ciência histórica leva em consideração outros factores, os eventos, a conjuntura e a estrutura.

O tempo histórico e o tempo cronológico caracterizam-se por muitas diferenças, apesar de ambos serem importantes para o ser humano. Mesmo assim, o historiador utiliza a cronologia do tempo para organizar as narrativas que constrói.



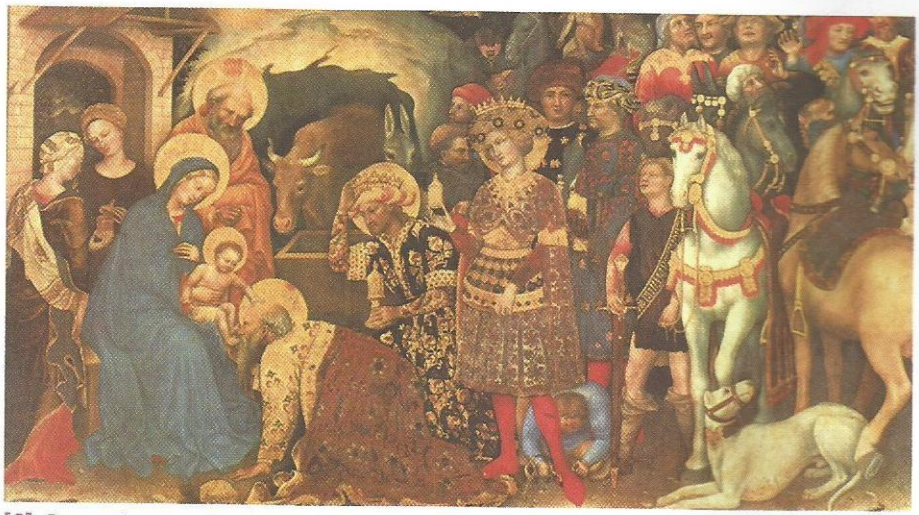
[5] A contagem do tempo foi, durante vários séculos, feita através da observação dos fenómenos naturais, como a sucessão das fases da Lua, que demora 29 dias a completar um ciclo completo.

O tempo cronológico pode ser organizado por referenciais diversos, o tempo histórico também pode mudar de acordo com a sociedade e os critérios que sejam relevantes para o investigador do passado.

| Tempo histórico segundo Marc Bloch é *a ciência dos homens no tempo* | | |
|---|---|---|
| **Estrutura** | – é o que é permanente;<br>– localiza-se no tempo longo;<br>– aplica-se a domínios culturais, económicos, políticos, etc. | Exemplo: a Idade Média |
| **Conjuntura** | – é cíclica;<br>– tem média duração;<br>– também pode aplicar-se a domínios culturais, políticos, sociais, etc. | Exemplo: a Plena Idade Média, em França |
| **Evento** | – ocorrência singular;<br>– é o tempo curto. | Exemplo: casamento de Filipe II de França com a dinamarquesa Ingeborg, por volta de 1193 |

## A cronologia cristã (ou da nossa era)

A sigla usada no calendário cristão é a. C. e corresponde aos anos anteriores ao nascimento de Cristo. O ano em que Jesus Cristo nasceu é o ano 1.



[6] O nascimento de Jesus Cristo é um momento fundamental para a criação das cronologias de História. No retábulo a *Adoração dos Magos*, de Gentile da Fabriano (século XV), retrata-se os primeiros dias após o nascimento de Jesus Cristo.

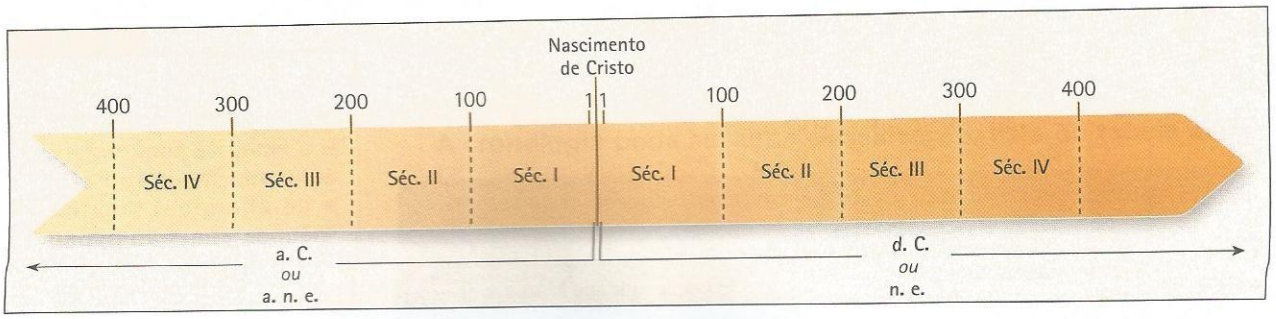
Quanto aos anos posteriores ao nascimento de Cristo pode usar-se a sigla d. C., que significa depois de Cristo, ou n.e., que significa nossa **era**.

Também é comum, sobretudo nas fontes históricas primárias, haver a referência a "anno Domini" (ano do Senhor), que significa ano da era de Cristo, ou seja, d. C..

**Vocabulário**

**Era**

Época iniciada por um acontecimento importante. A Era Cristã inicia-se com o nascimento de Jesus Cristo.

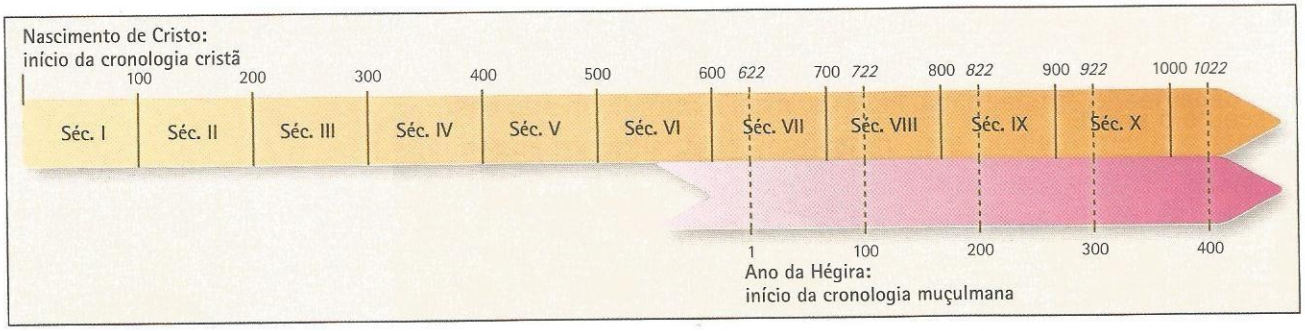



[7] Friso cronológico da Era Cristã.

## A cronologia muçulmana

A cronologia cristã difere da **cronologia muçulmana**. O ano 1 dos muçulmanos corresponde ao ano 622 d. C. dos cristãos.

O ano 1 da cronologia muçulmana é o ano da Hégira. Corresponde ao ano da fuga de Maomé para Medina. Pode também ser chamado de ano maometano.




[8] Friso cronológico: a era cristã e a era muçulmana.

### Exercitando competências

1. Defina periodização.
2. Defina cronologia.
3. Porque se diz que a periodização é sempre relativa e subjectiva?
4. Qualquer proposta de periodização é passível de críticas? Justifique.
5. Antigamente, as primeiras sociedades mediam o tempo pela sequência de fenómenos naturais. Depois passaram a medir o tempo pela sequência ordenada de reinados e dinastias. Concorda com esta afirmação? Justifique.
6. Analise o friso [7]. Podem-se substituir as siglas "a. C." por "n. e."? E o que significam essas siglas?
7. Observe o friso [8].
   - 7.1. O que é o ano da Hégira?
   - 7.2. O ano 922 d. C. é o mesmo que o ano 922 da era muçulmana? Justifique e apresente os cálculos necessários.

## 1.1.2. Proposta de periodização da História de Moçambique

Para uma melhor compreensão da História de Moçambique, apresenta-se em seguida uma proposta de periodização.

A História de Moçambique é normalmente dividida em 6 períodos com características distintas.

| Tempo | Nome do período | Características do período |
|---|---|---|
| Até aos anos 200/300 n.e. | **Período da comunidade primitiva** | – sociedade sem exploração e sem classes;<br>– praticava-se a caça, a recolecção e a pesca;<br>– o modo de vida era nómada;<br>– o trabalho estava dividido por idade e por sexo;<br>– a divisão da produção era feita por igual;<br>– os instrumentos de trabalho eram muito rudimentares;<br>– exemplo de comunidade: Khoisan. |
| Desde 200/300 até ao ano 800 | **Período dos povos de língua bantu** | – comunidades de agricultores e pastores;<br>– eram sedentários;<br>– dominavam a tecnologia do ferro;<br>– grande grupo de povos unidos pela mesma língua bantu. |
| Desde 800 até 1890 | **Período da penetração mercantil asiática e europeia** | – os árabes chegaram no século IX e instalaram-se em Moçambique, sobretudo no litoral;<br>– o seu objectivo era promover o comércio;<br>– no século XII chegam a Moçambique asiáticos com objectivos também comerciais;<br>– há relatos e depoimentos de Buzurg Ibn Sharhiyar (marinheiro persa) e de Al-Masudi (viajante muçulmano) onde se afirma que há um activo comércio com as "terras de Sofala";<br>– no século XV foram iniciados contactos com os mercadores europeus, mais especificamente, com os portugueses. |
| Desde 1890 até 1962 | **Período da agressão imperialista** | **De 1890 a 1930 – ocupação e exploração económica:**<br>– campanhas de pacificação em todo o território de Moçambique, resultante das medidas tomadas na Conferência de Berlim;<br>– ocupação militar por parte de Portugal e a montagem do Estado (aparelho do Estado colonial);<br>– criação de modelos de exploração económica do território moçambicano;<br>– Centro e Norte de Moçambique são concessionados a companhias majestáticas e arrendatárias para a sua administração, bem como para a exploração dos seus recursos humanos e naturais;<br>– estabelecimento dos acordos com a Rodésia do Sul e a África do Sul para exportação da mão-de-obra para as minas e a construção de infra-estruturas ferroportuárias em Lourenço Marques e na Beira. |

*(continua)*

| | | |
|---|---|---|
| | | **De 1930 a 1962 – período colonial e fascismo:**<br>– Portugal esforça-se por estabelecer nas suas colónias a burguesia portuguesa;<br>– começa o processo da eliminação dos direitos soberanos das companhias majestáticas;<br>– a Companhia de Moçambique cessa os seus direitos político-administrativos sobre Manica e Sofala em 1942;<br>– os objectivos da metrópole eram pôr a economia moçambicana ao serviço do Estado Novo (regime fascista português). |
| Desde 1962 até 1975 | **Período da luta de libertação nacional** | – surgimento de uma frente única de reivindicação pela emancipação de Moçambique, a fundação da Frente de Libertação de Moçambique, que resulta da fusão entre a MANU, UDENAMO e UNAMI;<br>– Setembro de 1964, início da luta armada de libertação nacional e dela surgiram as zonas libertadas, as primeiras formas de administração da FRELIMO em Moçambique;<br>– a política económica portuguesa de portas abertas, cujo objectivo é internacionalizar a guerra em Moçambique;<br>– continuou-se com os planos de fomento;<br>– em 25 de Abril de 1974 dá-se o golpe de Estado em Portugal e uma viragem a favor da descolonização da África portuguesa;<br>– assinatura dos acordos de Lusaka que marcam o fim do sistema colonial em Moçambique. É estabelecido o governo de transição;<br>– em 25 de Junho é proclamada a Independência Nacional. |
| Desde 1975 até os nossos dias | **Período da República** | **De 1975 a 1994:**<br>– formação do Estado moçambicano, de modelo socialista, orientado por uma economia centralizada, dirigida pelo Estado;<br>– são elaborados vários planos económicos: PEC, PPI, PRE, PRES;<br>– guerra civil;<br>– é elaborada a Constituição de 1990;<br>– fim da guerra civil com a assinatura dos Acordos de Roma. |
| | | **De 1994 aos nossos dias:**<br>– eleições livres e democráticas;<br>– implantação de uma democracia parlamentar;<br>– implementação da economia livre. |

Fonte: Luís Filipe Pereira (ed.), *História de Moçambique: Textos para a 10.ª classe (Em regime experimental)*, Maputo: INDE, 1990. (adaptado)

## Exercitando competências

1. Que importância tem a periodização para a História de Moçambique?
2. Dado o carácter subjectivo de qualquer periodização, para si, que outra periodização da História de Moçambique seria possível? Elabore um quadro-resumo, semelhante ao apresentado atrás, para a periodização da História de Moçambique.

   (Note que o quadro-resumo atrás apresentado é uma proposta subjectiva.)
3. Faça uma pesquisa sobre a história da sua cidade ou província e elabore uma proposta de periodização.

## 1.2. As fontes da História de Moçambique

A História de Moçambique é feita com recurso a vários tipos de fontes, mas as fontes orais são as mais importantes. Apesar disso, elas têm, tal como as restantes, muitas limitações.

### 1.2.1. Os tipos de fontes

As fontes da História, inclusive as da História de Moçambique, dividem-se em três tipos:

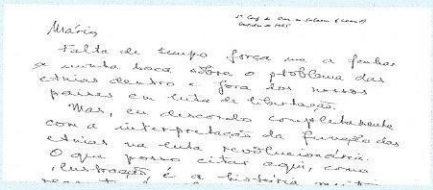
- fontes escritas;
- fontes orais;
- e fontes arqueológicas ou materiais.

#### As fontes escritas

As fontes escritas foram sempre as preferidas dos historiadores para o seu trabalho, sobretudo na corrente positivista.

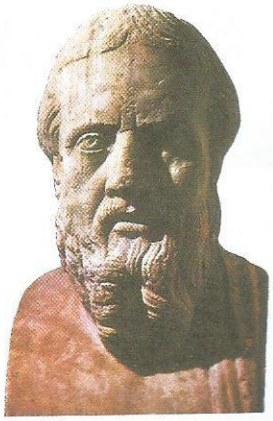
No entanto, a pesquisa histórica requer o alargamento do seu campo de acção, isto é, tudo aquilo que permanece do passado até ao presente capaz de ser assimilado pelo historiador deverá ser comparado com outros vestígios ou indícios desse passado, num encadeamento lógico, capaz de se incluir numa sucessão. Logo, as fontes escritas não são o único tipo de fontes nem tão-pouco as preferenciais à partida.

Há vários tipos de fontes escritas: manuscritas, impressas e epigráficas.

| Tipos de fontes escritas | | |
|---|---|---|
| **Manuscritas** | **Impressas** | **Epigráficas** |
| – quando são redigidas com letra manuscrita. | – quando são redigidas em letra impressa. | – quando são gravadas inscrições em pedra e noutros suportes. |
| Exemplos: cartas, diários, etc. | Exemplo: livros, leis, jornais, etc. | Exemplo: inscrições de vários tipos (dedicatórias, sacras, monumentais, sepulcrais, etc.) |
|  *Fonte escrita manuscrita. Bilhete manuscrito de Eduardo Mondlane para Mário Pinto de Andrade, em 1965, na II Conferência da CONCP em Dar-Es-Salam. O assunto era o problema das etnias na luta de libertação.* |  COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE SOCIEDADE ANONYMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA Capital 4.500:000$000 dividido em 1.000:000 de acções de 4:500 réis em ouro, 25 francos, ou 1 libra esterlina A Companhia de Moçambique chama a attenção dos commerciantes, industriaes e capitalistas para o Territorio de Manica e Sofala, collocado sob a sua administração, com uma superficie aproximada de 16.000.000 de hectares, onde as riquezas naturaes, conhecidas de ha seculos, teem sido confirmadas subejamente pelas explorações ali realizadas nos tempos modernos. A cidade da Beira, já hoje uma das mais importantes de toda a costa oriental de Africa, capital do Territorio de Manica e Sofala, é testa do caminho de ferro directo para o Rhodesia, que se está tratando de prolongar até ás valiosas minas da Katanga, e dentro em pouco será tambem a estação terminus da nova linha de caminho de ferro da Beira ao Zambeze, cujos estudos estão concluidos e que atravessará regiões fertilissimas e de grande riqueza em madeiras e borracha. A cidade da Beira é servida ainda por um magnifico porto, frequentado pelos vapores das principaes empresas de navegação; está ligada com Quelimane pelo cabo sub-marino e assim em communicação directa com a metropole; e num futuro proximo será uma das testas do primeiro caminho de ferro transcontinental africano, sendo a outra o porto de Lobito. *Fonte escrita impressa. O título de constituição da Companhia de Moçambique.* |  MARECHAL SAMORA MOISÉS MACHEL HERÓI NACIONAL PRESIDENTE DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE FRELIMO A PARTIR DE 22 DE MAIO DE 1970 DIRIGIU A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL *Fonte escrita epigráfica. Inscrição no pedestal da estátua de Samora Machel, Maputo, Moçambique.* |

A documentação escrita só apareceu depois da **invenção da escrita** (cerca de 3500 a.n.e.). Assim, durante muitos e longos anos este tipo de fonte não existia. O historiador, sempre que quiser reconstruir a história do passado, sobretudo a anterior à invenção da escrita, deve por isso socorrer-se de outro tipo de fontes (como as materiais).

## As fontes orais



[9] Heródoto de Halicarnasso (484-425 a. C.) foi um eminente historiador grego e é considerado um dos "pais da História".

As fontes orais são a transmissão oral de acontecimentos. Podem assumir a forma de **lendas, contos, fábulas**, etc.

Heródoto e outros historiadores da Antiguidade, no desconhecimento dos meios e dos modernos métodos de investigação histórica, utilizavam unicamente as fontes orais.

Assim, a perspectiva temporal destes historiadores era muito curta. Apoiados apenas nos testemunhos directos dos acontecimentos, **não tinham um longo alcance** dos acontecimentos ou factos na reconstituição do passado histórico.

Quando os países não contactaram desde cedo com a escrita, como é o caso da maior parte dos países africanos, não têm um grande acervo de documentação. Nesses casos, as fontes orais são recursos valiosos para se fazer uma reconstrução histórica de sucesso.

Para a reconstituição da **História do nosso país as fontes orais têm, por isso, um papel relevante e dominante.**

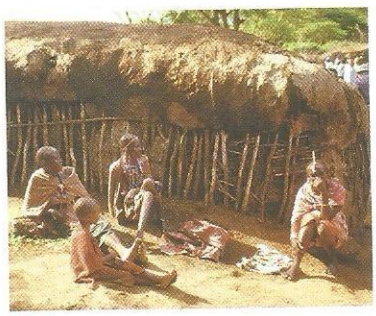
Contudo, é preciso um certo cuidado na utilização das fontes orais. A fonte oral deve ser submetida a um tratamento apropriado, no sentido de se apurar a **verosimilhança** histórica.

**Vocabulário**

**Verosimilhança**
Característica do que é verdadeiro.

### Como tratar as fontes orais?

- pode-se, por exemplo, questionar vários intervenientes de um mesmo acontecimento e depois confrontar os resultados;
- sobre o assunto transmitido pela via oral, tentar encontrar fontes escritas;
- sobre o assunto transmitido pela via oral, tentar encontrar fontes materiais;
- reformular as questões colocadas aos transmissores da história oral, colocá-las novamente e confrontar resultados.



[10] A tradição oral tem uma importância significativa na transmissão da História do nosso povo. O convívio social propicia a troca de conhecimentos.

## As fontes arqueológicas ou materiais

As fontes arqueológicas são **vestígios materiais de objectos de arte, de animais, de pinturas rupestres** e demais vestígios da actividade do Homem na Terra.

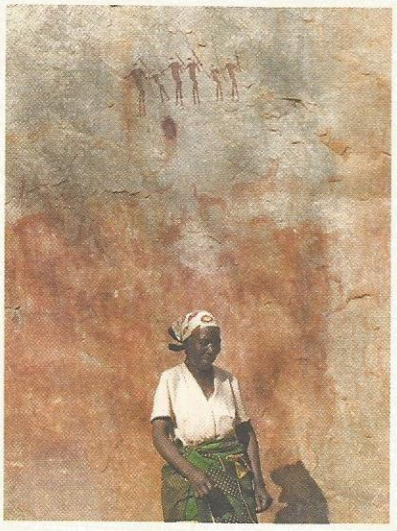
Para a datação destes objectos recorre-se, por exemplo, ao método do $C_{14}$ (carbono-14), um método químico através do qual se determina a idade dos mesmos.

Exemplos de fontes arqueológicas: ossadas, rochas, vestígios de vestuário, gravuras, monumentos, esculturas, etc.



[12] Fonte material: moeda antiga moçambicana.

### Dever de todos: preservar o património cultural!

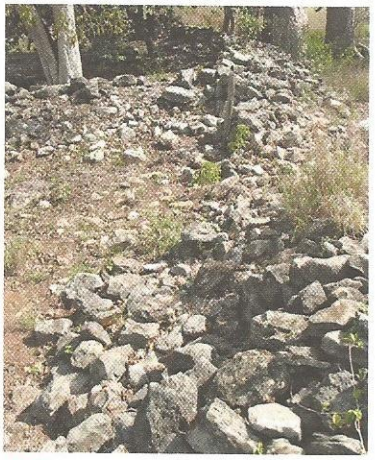


O património cultural é de todos os moçambicanos. Para se conseguir fazer História devemos preservar as heranças do passado, os documentos, os monumentos e as memórias colectivas do nosso povo.

Um povo sem memória não existe!

Vamos promover a moçambicanidade através da elaboração de estudos históricos, da promoção de debates culturais e de investigação científica.

[11] Fonte material: pinturas rupestres, Chinhamapere, Moçambique.



[13] Fonte material: vestígios arqueológicos em Manyikeni, Moçambique.

## Exercitando competências

1. Que tipos de fontes conhece?
2. O que distingue as fontes escritas das orais?
3. Uma fonte arqueológica é também uma fonte material. Concorda com esta afirmação? Justifique.
4. Observe a imagem. Que tipo de fonte representa?
5. Sobre uma mesma temática histórica podem-se encontrar vários tipos de fontes. Esta afirmação é verdadeira ou falsa? Justifique.
6. Na História da Europa, para a Idade Moderna, o tipo de fontes dominante são as fontes escritas. O mesmo é válido para a História de Moçambique?
7. A preservação do património histórico não é do interesse do historiador. Concorda com esta afirmação? Justifique.
8. Indique, no mínimo, cinco práticas que podem ajudar a preservar o património cultural moçambicano.



Fonte histórica

**Laboratório do historiador**

**Preservação do Património cultural**

*Moçambique possui testemunhos da História humana importantes não só para as comunidades locais como também para o resto da Humanidade. A Ilha de Moçambique, classificada como património cultural mundial, as pinturas rupestres, os muralhados (as ruínas swahili, os zimbabwes e as aringas), os locais históricos, as zonas que apresentam uma grande biodiversidade, são exemplos desta riqueza patrimonial e que contribuem para a identificação da personalidade e espaço moçambicanos. Ao Estado e à sociedade moçambicana impõe-se o dever de promover e apoiar iniciativas que visam a preservação e valorização destes bens imóveis.*

*Neste sentido, o governo define princípios e prioridades de actuação nas áreas de conservação, restauro, apresentação, educação e turismo, inerentes a estes imóveis [...].*

*Boletim da República* – publicação oficial da República de Moçambique, de 10 de Junho de 1997 – 3.º suplemento

1. Imagine-se responsável pela preservação do património cultural da sua província. À luz dos princípios e prioridades definidos pelo governo referidos no documento, elabore um curto texto explicando as acções que desenvolveria no quadro das atribuições do seu cargo.

*Nós não podemos atingir o passado directamente, mas apenas através dos traços, inteligíveis para nós, que ele deixou atrás de si na medida em que esses traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que formos capazes de os interpretar.*

Henri-Irénée Marrou

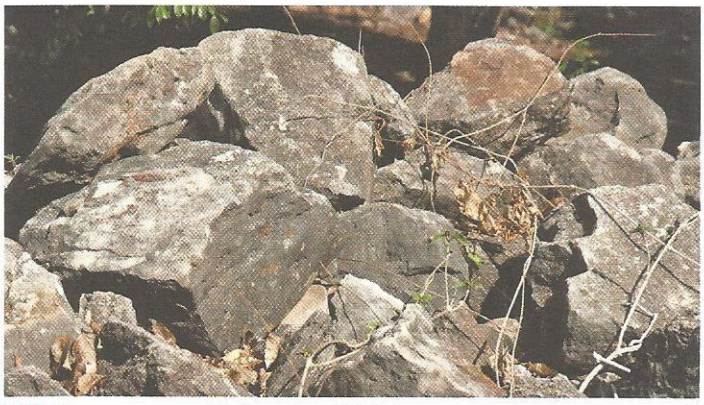
[14] A importância das fontes históricas na construção do conhecimento histórico.

## 1.2.2. As suas limitações

A construção da História de Moçambique foi sempre um grande problema, mesmo para os fazedores da História que conhecem bem o nosso país. Há várias limitações na reconstrução da História de Moçambique que se referem sobretudo à **disponibilidade, credibilidade, acesso e distribuição das fontes**.

Neste sentido, torna-se muito importante que os cidadãos moçambicanos tenham o cuidado e a **preocupação de preservar as fontes** que existem. É só com o conhecimento das fontes que se consegue reconstruir a História de Moçambique!

### Disponibilidade



[15] Fonte arqueológica de difícil interpretação. Por vezes, a indisponibilidade de todas as "peças" não permite ou torna difícil traçar a história completa. É o caso deste amontoado de pedras que fazem parte do museu arqueológico de Manyikeni.

As fontes históricas não existem segundo a vontade do historiador. É necessário entender que elas às vezes são **escassas** para determinados períodos e assuntos que são trazidos para o estudo, muitas vezes abundantes para outros e há casos em que elas não existem para a construção de muitos aspectos da vida do passado que o historiador procura conhecer.

Todas as fontes têm as suas limitações. Através delas só é possível obter **uma parte da realidade**. O historiador tem, por isso, de desenvolver um novo trabalho de

pesquisa com vista à busca de novas revelações no longo caminho da procura da verdade histórica.

*As fontes históricas, sejam elas escritas, orais ou de outro tipo qualquer, mostram-nos apenas uma parte da realidade. No entanto, as fontes orais permitem-nos muitas vezes colocar novas perguntas à própria História pela boca do protagonista e reproblematizá-la.*

Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, *História e a Problemática das Fontes. Moçambique, 16 anos de Historiografia*, vol. 1, p. 18

[16] A importância da fonte oral na História de Moçambique.

No entanto, mesmo na História oral há limitações. Por vezes, já passaram tantos anos, décadas ou séculos sobre um acontecimento que muitas fontes já foram **eliminadas da memória colectiva,** foram esquecidas.

## Credibilidade

Qualquer investigação da História do nosso país tem de passar por um trabalho de análise rigorosa das fontes, pois a maior parte delas levanta sérios problemas de credibilidade.

Os criadores das fontes podem **manipular a historiografia da época**. As fontes escritas, como as leis e outros documentos semelhantes, são produzidas por quem está no poder naquele momento. Assim, os historiadores têm de estar atentos a esse condicionalismo e analisar com forte espírito crítico aqueles documentos.

*Com a independência de Moçambique surgiu uma geração de estudiosos nacionais da História deste país que procurou romper com a historiografia herdada do colonialismo, tentando fazer uma reproblematização (...).*

*As mudanças políticas que se operam presentemente neste país irão certamente criar outras aberturas para determinadas interpretações do devir histórico fundamental da epopeia moçambicana. Não nos podemos no entanto esquecer que, em qualquer época ou período histórico, a classe que está no poder determina um certo tipo de produção histórica, manipulação para a qual os investigadores sociais devem estar sempre atentos.*

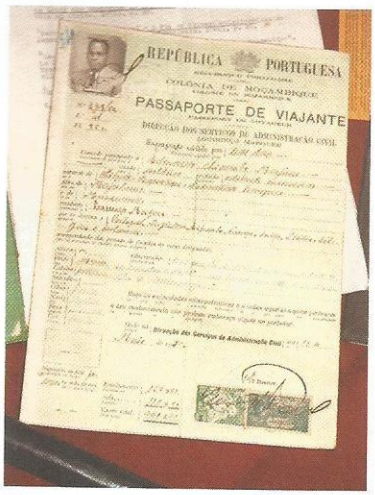
Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, *História e a Problemática das Fontes. Moçambique, 16 anos de Historiografia*, vol. 1, pp. 17-18

[17] A produção de fontes históricas é manipulada pelo poder de cada época.

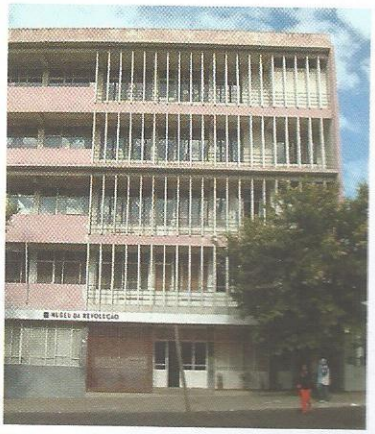
As fontes materiais, como monumentos, por exemplo, também são construídas de acordo com o **regime em vigor.**

As fontes orais também podem vincular no seu discurso de geração em geração **falsidades ou adulterações históricas.**

Na análise de todo o tipo de fontes, o historiador tem de ser crítico e analítico.




[18] O confronto de várias fontes escritas sobre o mesmo tema ajuda na procura da verdade histórica. Museu da Revolução, Maputo, Moçambique.



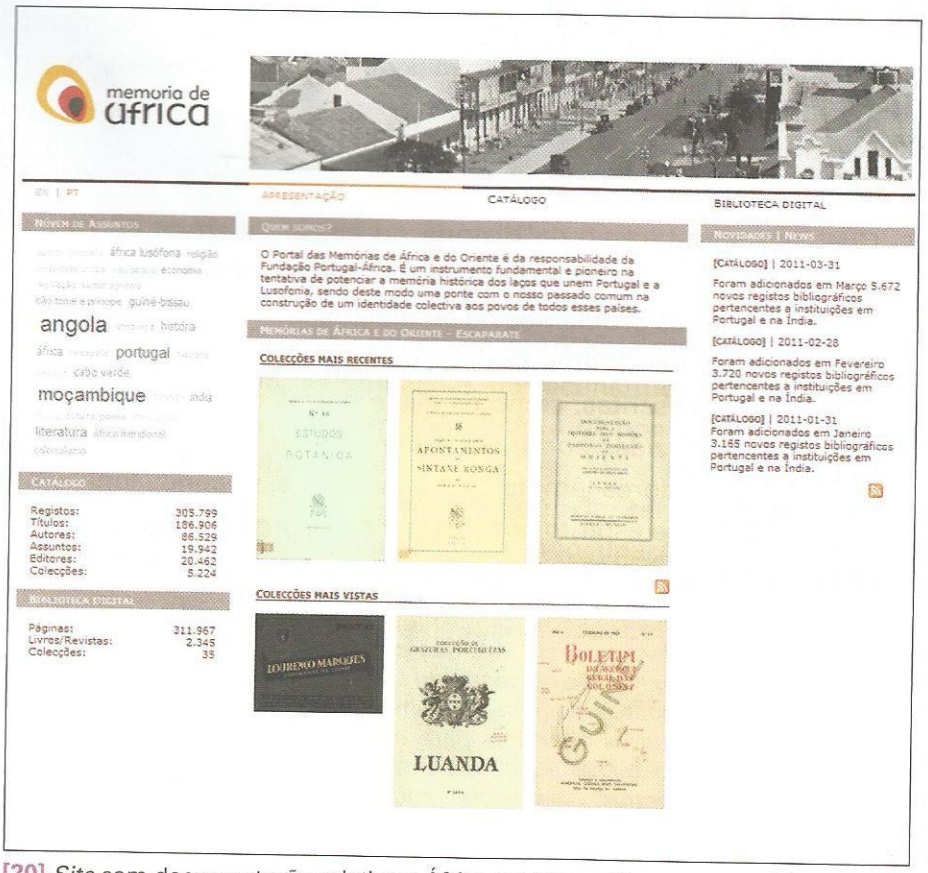
[19] Museu da Revolução, Maputo, Moçambique.

## Acesso

Onde estão guardadas as fontes sobre a História de Moçambique?

Para o estudo das fontes é necessário saber onde encontrá-las. Para o estudo de fontes escritas, podem pesquisar-se arquivos históricos públicos, bibliotecas públicas e, também, arquivos pessoais ou familiares.

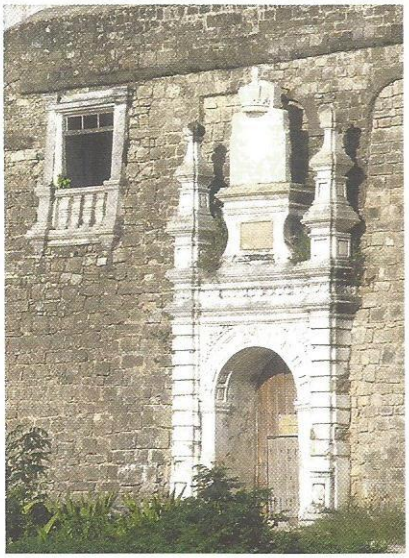
Nos últimos tempos, têm sido desenvolvidos esforços para tornar públicas algumas colecções de documentos e livros, através de *sites*.



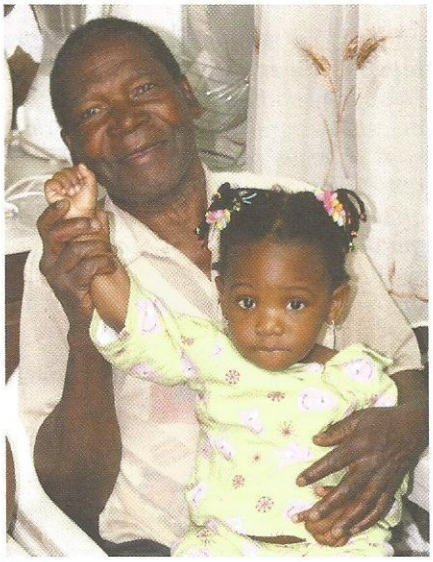

[20] *Site* com documentação relativa a África e a Moçambique, promovido pela Universidade de Aveiro, Portugal. O *site* localiza-se em: http://memoria-africa.ua.pt

Para o estudo das fontes materiais devem-se visitar campos de arqueologia, museus, monumentos, etc.

Para o estudo das fontes orais devem-se consultar os relatos escritos existentes, mas, sobretudo, devem-se interrogar os próprios moçambicanos sobre os temas do passado.



[21] Portal da Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique.



[22] Avó e neta, Maputo. Os anciãos são como um livro, são um poço de saber na forma falada. A transmissão de conhecimentos entre gerações é fundamental para a tradição oral.

## Distribuição

Para se escrever a História de Moçambique temos uma igual distribuição das fontes?

Há semelhante número de fontes quer para o Sul quer para o Norte de Moçambique?

Temos fontes para todos os períodos da História de Moçambique? E sobre todas as temáticas? Há fontes para todas as temáticas da História do nosso país?

Não se conhecem respostas satisfatórias para estas questões. No entanto, é certo que para a História de Moçambique há o predomínio dos relatos de etnografia e da Natureza.

> *A maioria dos estudiosos da História de Moçambique é unânime e peremptórias em reconhecer que a historiografia colonial deixou uma* ***base fragilíssima*** *em termos de estrutura de fonte. A documentação legada é rica em descrições de natureza etnográfica, memória de viajantes e legislação colonial, apresentando tendências para o* ***registo fraco das lutas populares contra o sistema colonial, da introdução desse sistema e do seu impacto na formação social moçambicana****, tornando muito difícil uma constituição da História do país (...).*
>
> Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, *História e a Problemática das Fontes. Moçambique, 16 anos de Historiografia*, vol. 1, p. 17

[23] A falta de fontes sobre "a verdadeira" História de Moçambique (dimensões social e humana da História).



[24] Fonte material etnológica. Peças de caça e guerra. Museu Nacional de Etnologia.

*Item, os homens desta terra [ilha a que chamão Momçombiquy] sam ruyvos e de boons corpos e da seita de Mafamede e falam como mouros e as suas vestiduras sam de panos de linho e d'algodam muito delgados e de muitas cores de listras e sam ricos e lavrados e todos trazem toucas nas suas cabeças com vivos de seda lavrados com fio d'ouro e sam mercadores e tratam com mouros brancos dos quaes estavam aquy em este logar quatro navios delles que traziam ouro prata e pano e cravo e pimenta e gingivre e anes de prata de muitas perllas (...).*

Álvaro Velho, *Diário da viagem de Vasco da Gama*, vol. 1, ponto 13 (adaptado)

[25] Exemplo de fonte escrita com relatos etnográficos deixada pelos cronistas de Portugal.

As limitações das fontes da História de Moçambique que se apontaram tornam a tarefa do investigador demasiado difícil. Assim, é sempre importante:

- **preservar os vestígios** que existem;
- **recolher ao máximo todos os vestígios** sobre a temática em causa;
- **seleccionar de forma criteriosa** os vestígios quando estes são numerosos;
- **levantar hipóteses** que permitam questionar os "silêncios" das fontes.

*Os historiadores deram-se conta que a restituição integral do passado era impossível: qualquer que seja a densidade dos traços, é inútil esperar poder ressuscitar tudo (...). Isso não é possível. É nisso muito simplesmente que* ***o realismo da História encontra o seu limite.***

Georges Duby

[26] O realismo e os limites da História.

## Exercitando competências

1. Para se escrever a História de Moçambique é necessário muita perseverança na fase de pesquisa e tratamento das fontes. Concorda com esta afirmação? Justifique.
2. Analise os documentos [15] e [16] e comente a questão da disponibilidade das fontes na História de Moçambique.
3. Analise os documentos [14] e [17] e comente a afirmação de forma fundamentada: a escrita da História é também uma questão de interpretação.

**Laboratório do historiador**

Debate de turma sobre as limitações das fontes históricas moçambicanas.

- Devem formar-se dois grupos, na turma.
- Cada grupo define um tema de estudo da História de Moçambique.
- Cada grupo selecciona as respectivas fontes materiais, orais e escritas para o estudo do tema.
- Cada grupo enumera as limitações das respectivas fontes.
- Os grupos devem debater, na sala de aula, as limitações das fontes históricas moçambicanas.

## 1.2.3. A importância da tradição oral

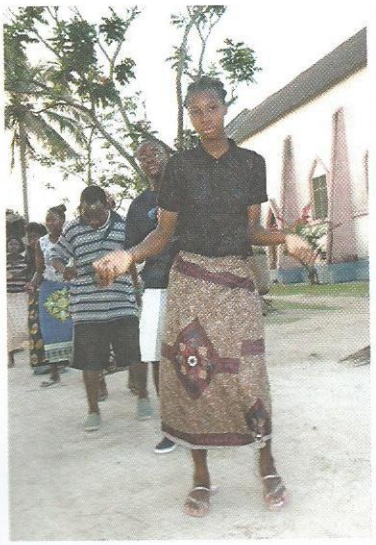
As fontes orais são muitas vezes **as únicas fontes** disponíveis para se escrever a História de Moçambique.

As fontes de tradição oral são de **extrema riqueza** para o auxílio e efectiva construção historiográfica de Moçambique. Nas sociedades africanas a memória oral é muito forte, muito rica e veiculada de geração em geração.

*Indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade.*

Ki-Zerbo (dir. de), *História Geral da África*, Unesco, 1982, p. 29

[27] A extrema riqueza da tradição oral para a História.



[28] Moçambicanos a dançarem, Zambézia, Moçambique. A dança é um ensinamento transmitido pela tradição oral, em Moçambique.

Em grande parte do continente africano, Moçambique incluído, a transmissão oral dos legados culturais é muito importante. Num continente onde a população é maioritariamente **analfabeta**, a tradição oral tem um papel importante. Para legarem conhecimentos às próximas gerações (literários, musicais, coreográficos, técnicos, etc.), o povo africano desenvolveu uma **grande capacidade de memorização**.

*A boca do velho cheira mal, mas ela profere coisas boas e salutares.*

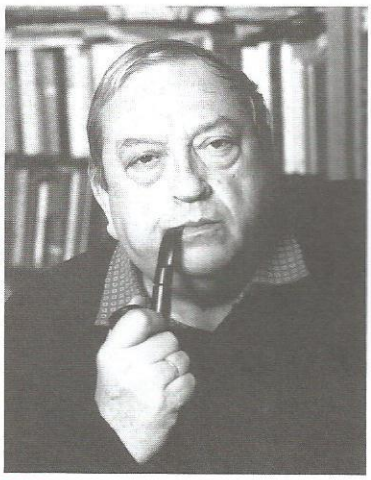
Provérbio africano

[29] Provérbio africano sobre a riqueza da memória dos mais velhos.

*A tradição oral é tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória.*

H. Moniot, 1982 (adaptado)

[30] Os conhecimentos e os aspectos imateriais do património cultural dos povos estão armazenados na memória humana.



[32] Jacques Le Goff, historiador contemporâneo, para além de ser especialista na Idade Média, também estudou as relações entre a História e a Memória.

*A tradição oral é como uma autobiografia das sociedades sem escrita alfabética, é constituída pelos mitos, contos, sistemas de crença, histórias e outros relatos. É, portanto, o registo da memória e o instrumento de transmissão da cultura e da história das sociedades sem escrita.*

Franz Boas (adaptado)

[31] A tradição oral, segundo Franz Boas.

O historiador Jacques Le Goff diferencia cinco grandes momentos distintos de conservação e transmissão da memória colectiva.

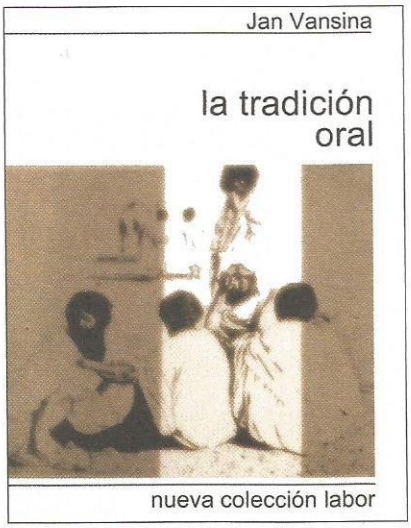
| Momentos da conservação e transmissão da memória colectiva (Le Goff) | |
|---|---|
| **1.º momento** | **memória oral ou memória étnica,** presente nas sociedades sem escrita alfabética; |
| **2.º momento** | **memória de transição entre a oralidade e a escrita**, característica do período Pré-Histórico à Antiguidade; |
| **3.º momento** | **memória medieval**, momento de equilíbrio entre a **memória oral** e a escrita; |
| **4.º momento** | **memória escrita** (século XVI até aos dias actuais), que predomina a partir da revolução da escrita com a mecanização e seus processos; |
| **5.º momento** | **memória electrónica** (hoje em dia) que se organiza e nos encaminha às fontes através da informática. |

Na actualidade, têm-se realizado várias pesquisas, através de trabalho de campo, cujo objectivo é **recolher elementos das tradições orais** pertencentes aos povos que resistiram ao processo de colonização.

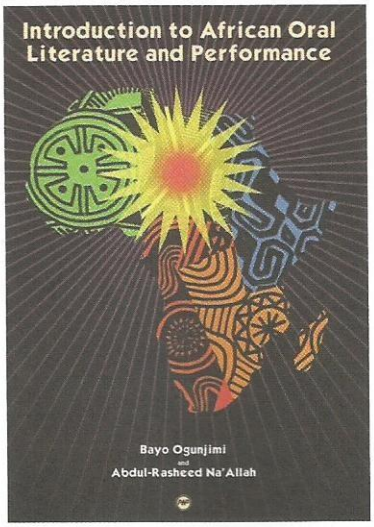
Também têm surgido os **centros de documentação oral** criados em muitos países, cujo objectivo é conservar e desenvolver acervos visuais, sonoros e de documentação da cultura dos povos indígenas africanos.

O esforço de conservar, registar e desenvolver a história oral acontece porque ela apresenta-se para a História de África como uma **fonte integral**. Para além disso, já tem uma **metodologia** bem estabelecida.

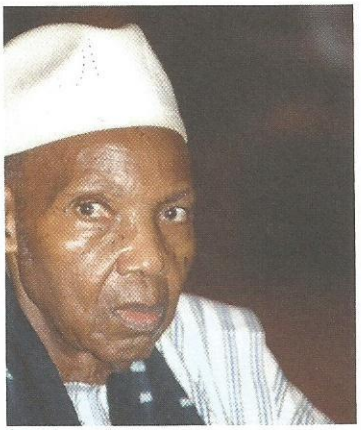
Nesse âmbito devem-se destacar, entre outros, os trabalhos sobre África realizados por Jan Vansina e Ki-Zerbo.




[33] Jan Vansina foi um eminente historiador europeu que atribuiu um enorme valor à história oral. Capa da sua obra *La tradición oral*.




[34] Livro actual sobre a tradição oral africana.



[35] Joseph Ki-Zerbo foi um grande historiador de África que valorizou as fontes orais.

Neste processo de recolha e registo da tradição oral, é necessário um certo grau de segurança na reconstrução da memória dessas sociedades. Portanto, o uso das informações escritas pelos cronistas requer um tratamento apropriado. O tratamento passa por **submeter as fontes à crítica interna e externa** e daí avaliar o grau de interferência dos cronistas na transmissão do relato indígena.

No processo da recolha de informações em que muitas vezes é feita de uma língua para a outra, a maior dificuldade é transferir a tradição oral de uma língua para outra ou de um registo para outro de forma integral sem correr o **risco de cair nas omissões ou deturpações**.

> *A tradição acomoda-se muito pouco à tradução.*
> *Desenraizada, ela perde sua seiva e sua autenticidade, pois* ***a língua é a "morada do ser".***
>
> Ki-Zerbo (direção), *História Geral da África*, Unesco, 1982, p. 29

[36] O problema das traduções na tradição oral.

> *Os relatos dos viajantes são resultado de um relacionamento entre diferentes instâncias: o ver, o perceber, o interpretar, o expressar e as finalidades práticas da viagem.*
>
> Oliveira, 1980 (adaptado)

[37] O relato dos viajantes é produto de várias circunstâncias. Ao analisar este tipo de fontes, o historiador tem de ter isso em atenção.

## Recapitulando...

A **periodização** e a **cronologia** têm diferentes funções, mas são ambas importantes para a História porque foram estabelecidas para facilitar a sua transmissão, sobretudo em contextos didácticos.

Enquanto a periodização é a divisão que os historiadores convencionam para determinar épocas, períodos e idades, a cronologia é uma classificação ou lista de acontecimentos ordenados no tempo.

De modo a perceber-se a História de Moçambique, apresentou-se uma **proposta de periodização**. Dividiu-se a nossa História em 6 períodos:

- período da comunidade primitiva;
- período dos povos de língua bantu;
- período da penetração mercantil asiática e europeia;
- período da agressão imperialista;
- período da luta de libertação nacional;
- período da República, que dura até aos nossos dias.

As **fontes da História** dividem-se em 3 tipos: escritas, materiais e orais. Contudo, para a historiografia moçambicana as fontes apresentam várias limitações de disponibilidade, acesso, credibilidade e distribuição irregular.

Num contexto de dificuldades de aceder às fontes, a **tradição oral** desempenha um papel muito importante. Graças à maior capacidade de memorização dos povos africanos, que são maioritariamente analfabetos, a transmissão oral de contos, lendas, danças e músicas assume uma grande importância.

# 2 Moçambique: da comunidade primitiva ao surgimento das sociedades de exploração

2.1. As comunidades de caçadores e recolectores: os Khoisan

2.2. Os povos de origem bantu

2.3. As sociedades moçambicanas após a expansão bantu

2.4. O início da diferenciação etnolinguística em Moçambique

**Objectivos específicos:**

- Caracterizar a vida das comunidades de caçadores e recolectores
- Relacionar a expansão bantu com a difusão da tecnologia do ferro
- Analisar as diversas teorias sobre a expansão bantu
- Diferenciar as comunidades primitivas das sedentárias
- Explicar a importância da tecnologia do ferro para as sociedades moçambicanas
- Explicar o papel da ideologia nas sociedades moçambicanas
- *Diferenciar a linhagem matrilinear da patrilinear*
- *Localizar no mapa os grupos etnolinguísticos de*



## 2.3. As sociedades moçambicanas após a expansão bantu

Após a expansão e fixação bantu, desenvolveram-se as primeiras sociedades moçambicanas. Como qualquer sociedade, praticava determinadas actividades económicas, tinha uma estrutura social e política e uma forte ideologia baseada em crenças e adoração a vários espíritos.

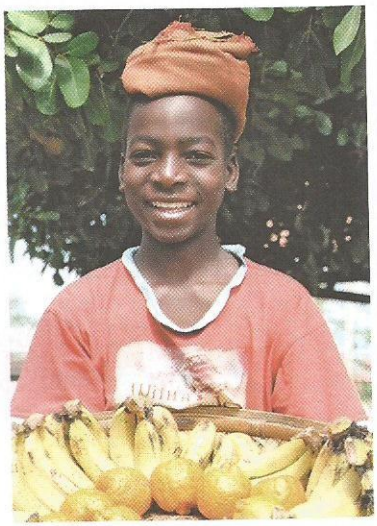
### 2.3.1. As actividades económicas

A base económica das primeiras sociedades moçambicanas era a agricultura. Na agricultura destaca-se a plantação de cereais como a mapira e a meixoeira.

Havia, no entanto, outras actividades económicas de grande importância, como a caça e a pesca, a olaria, a tecelagem e a metalurgia do ferro.



[27] Peças de olaria. Museu de História Natural, Moçambique.



[28] Excedentes agrícolas (fruta) para vender, na actualidade.

A terra era património da comunidade. Todos tinham acesso a ela, mas competia aos membros seniores (**chefias**) a distribuição e o controlo da sua correcta exploração.

Quando a produção era maior do que o necessário para o consumo da comunidade, havia excedentes. Muitas vezes esses **excedentes** eram trocados com outras comunidades por outros produtos, ou por outros valores, como moedas, metais, etc.

Com a constatação de que se podia criar riqueza com a acumulação e posterior venda de excedentes, houve uma tendência para o nascimento das **sociedades de exploração**.

**Vocabulário**

**Sociedade de exploração**
Sociedade economicamente voltada para a exploração dos solos, do comércio e das relações de trabalho.

**Exercitando competências**

1. O que entende por excedente agrícola?
2. Qual é a importância dos excedentes das actividades económicas para o nascimento de uma sociedade de exploração?

**Vocabulário**

**Família alargada**
Vários elementos com ligações de parentesco, entre ascendentes e descendentes.

**Clã**
Várias famílias alargadas.

**Tribo**
Conjunto de clãs.

**Linhagem**
Série de gerações de uma família.

O exercício de tarefas não produtivas por um grupo reduzido da população (chefias) e o aparecimento de excedentes contribuíram para o surgimento da **exploração do Homem pelo Homem**.

## 2.3.2. A organização social e política

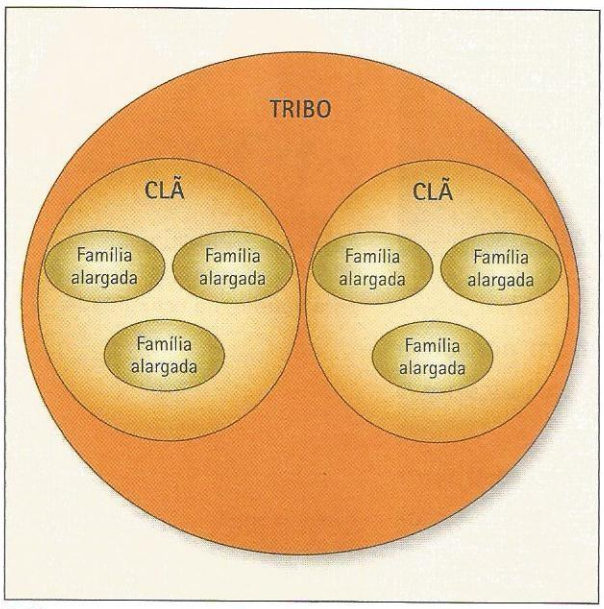
A organização social das primeiras sociedades baseava-se na **família** e isso repercutia-se na organização política.

A sociedade estava organizada em **famílias alargadas**, **clãs** e **tribos**, que desempenhavam um importante papel nas esferas política, económica, religiosa e social.

À frente de cada uma destas famílias alargadas estava um **chefe e um conselho de anciãos**. Esses líderes tinham poderes políticos, económicos, religiosos e sociais.

A linha de parentesco, a **linhagem**, que se seguia na construção das famílias alargadas era diferente no Norte e no Sul de Moçambique.

No Norte, as gerações de uma família guiavam-se pela via da mulher, ou seja, eram linhagens **matrilineares**. No Sul, as linhagens eram tendencialmente **patrilineares**.




[29] Esquema da organização social das primeiras sociedades moçambicanas.




[30] Regiões de predominância das linhagens patrilineares e matrilineares.

| Tarefas e competências dos anciãos e chefes de famílias | |
|---|---|
| **Administração da terra da comunidade** | – o solo era património da comunidade;<br>– cabia-lhes a tarefa de garantir a distribuição das machambas por todos os membros das células produtivas de base. |
| **Ideologia e crenças** | – execução de tarefas mágico-religiosas. |
| **Tradição** | – eram guardiães das experiências e tradições da comunidade. |
| **Alianças** | – controlavam as alianças matrimoniais. |

**Exercitando competências**

1. Analise o diagrama do documento [29].
   1.1. Distinga tribo de clã e clã de família alargada.
2. Analise o mapa [30] e comente a seguinte afirmação: a organização política e social das primeiras sociedades não obedecia aos mesmos critérios em todo o território moçambicano.
3. Depois de analisar a tabela acima, pondere sobre o papel social dos idosos nas primeiras sociedades.

## 2.3.3. A ideologia

A ideologia é uma dimensão **importante** a ter em conta no estudo das primeiras sociedades que habitaram Moçambique. Nestas cronologias, por **ideologia** entendem-se essencialmente as crenças mágico-religiosas.

> *As crenças mágico-religiosas e outros aspectos ideológicos desempenhavam nessas sociedades um papel importante, constituindo uma arma fundamental do poder, da coesão social e da aparente imobilidade.*
>
> *História de Moçambique*, UEM, p. 19

[31] A importância das crenças no poder e na coesão social das primeiras sociedades.

**Vocabulário**

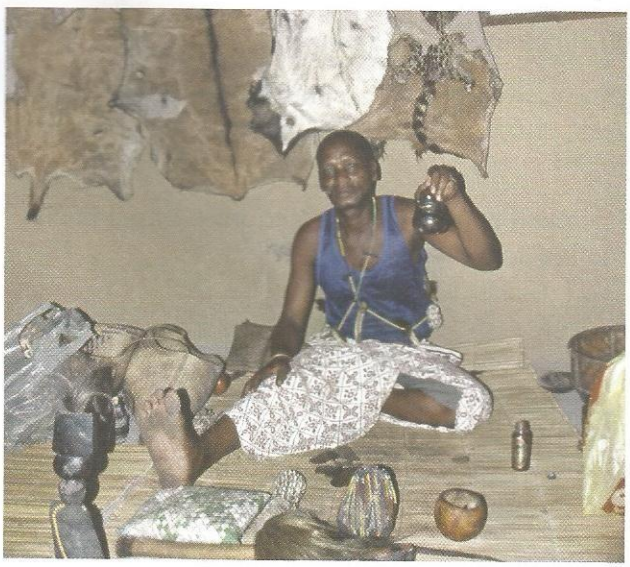
**Ideologia**
Sistema de ideias, valores e princípios que definem uma determinada visão do mundo, fundamentando e orientando a forma de agir de uma pessoa ou de um grupo social (partido político, grupo religioso, etc.).

## As crenças e o poder

Os chefes das linhagens e os chefes territoriais orientavam as cerimónias da invocação da chuva, pediam aos antepassados a fertilidade do solo, a protecção para a caça e para as viagens, a estabilidade política e o sucesso de todas as actividades económicas. Detinham igualmente o poder de decisão sobre as alianças matrimoniais e políticas. Estes membros seniores, como chefes religiosos, eram considerados os elos de ligação entre os vivos e os mortos.

## As crenças e a coesão social

Grande parte dos **conflitos sociais** nestas comunidades era originada por crenças na feitiçaria, a acção dos feiticeiros e dos curandeiros contra feiticeiros, que resultavam nas coerções morais e políticas e nas dependências familiares. As relações entre as pessoas no seu dia-a-dia, a forma como os homens se relacionavam com a Natureza e as incertezas às quais estavam sujeitos os membros destas comunidades criavam tensões que encontravam expressão figurada na feitiçaria.



[32] Curandeiro na actualidade, Beira, Moçambique.

**Laboratório do historiador**

Trabalho individual sobre o tema: *O papel da ideologia nas primeiras sociedades moçambicanas:*

- os alunos devem pesquisar, coligir e analisar por escrito aspectos importantes sobre a ideologia nas primeiras sociedades;
- o trabalho deve reflectir a análise sobre a importância das ideologias em duas perspectivas: a ideologia como forma de poder de elite; e a ideologia como instrumento de coesão social.

[illegible] da decadência dos Estados Marave estão ligadas a questões internas, ao marfim, à influência portuguesa e aos Ajaua.

| Causas da decadência dos Estados Marave | |
|---|---|
| **Questões internas** | – os vários líderes Marave como os Phiri, os Caronga e os Lundu, ambicionavam ser senhores de grande prestígio. Para tal, usavam os produtos de troca mercantil, os tecidos e as missangas. Contudo, para os poderem receber, tinham de ter marfim para trocar. Desta forma, os Marave disputavam as rotas comerciais ao longo do Zambeze, a fim de obterem mais produtos de prestígio. |
| **Marfim: o capital mercantil** | – a ganância pelo controlo do produto de maior riqueza levou os vários líderes Marave a lutarem entre si;<br>– a abundância de marfim trouxe mercadores estrangeiros ao território que acabaram por minar o próprio comércio. |
| **Portugueses** | – Gonçalo Caetano Pereira foi um português que casou com uma filha do Undi e que, como dote, recebeu terras nesse Estado. O português acabou por formar um Estado rival ao Undi, o forte Estado militarizado do Macanga. |
| **Ajaua** | – este Estado chamou a si, cada vez mais, o comércio do marfim e os Marave perderam importância. |

## 3.2.9. O comércio do marfim e a expansão colonial

O marfim foi o segundo produto a mover a expansão colonial em Moçambique. Num primeiro momento deu-se a procura exaustiva de ouro mas, quando este começou a esgotar ou a ser mais difícil encontrá-lo, os colonizadores viram no marfim uma alternativa de sucesso.



[76] Presas de elefante – marfim.

**Exercitando competências**

1. Relacione o documento [75] e o conteúdo da tabela acima com as causas da decadência dos Estados Marave.

O marfim é uma substância rija, calcificada, de origem mesodérmica, que entra, em grande parte, na constituição dos dentes dos mamíferos, e que é também denominada dentina. Esta substância está muito presente nas presas de elefante. Desde 1989 que o comércio mundial do marfim está banido por representar perigo de extinção dos mamíferos que o produzem, como o grande elefante africano.

| ANO | MARFIM EXPORTADO PARA ÁSIA | SAÍDA DE OURO |
|---|---|---|
| 1788 | 259.555$550 | 31.650$368 |
| 1789 | 189.218$295 | 27.380$096 |
| 1790 | 181.177$650 | 30.104$416 |
| **TOTAIS** | **629.951$495** | **89.134$880** |

[77] Resumo do movimento da alfândega de Moçambique, de 1781 a 1790. Nota-se que nesta altura o marfim já era mais rentável que o ouro.

Fonte: Corcino Medeiros dos Santos, *Moçambique como centro de articulação do comércio português do Índico Afro-Asiático*, Universidade de Brasília – UnB, p. 14

O ciclo do marfim correspondeu a uma segunda fase do comércio em Moçambique e abarcou o período que vai do **final do século XVII a meados do século XVIII**, 1750-1760. A terceira fase foi a dos escravos, que começou em 1750-1760 e terminou oficialmente em 1836.

O comércio do marfim e o de escravos coexistiram durante um tempo considerável (entre 1760/70-1785), com os Macua e Yao como protagonistas, embora de formas e em graus diferenciados, tendo em conta as suas relações com os comerciantes da costa. No ano de 1785, o comércio de marfim começou a reduzir ou a ser provavelmente desviado para os mercados de Kilwa e Zanzibar.

A produção e o comércio de marfim não eram iguais em todo o território moçambicano. Só havia marfim onde, obviamente, houvesse elefantes e rinocerontes.

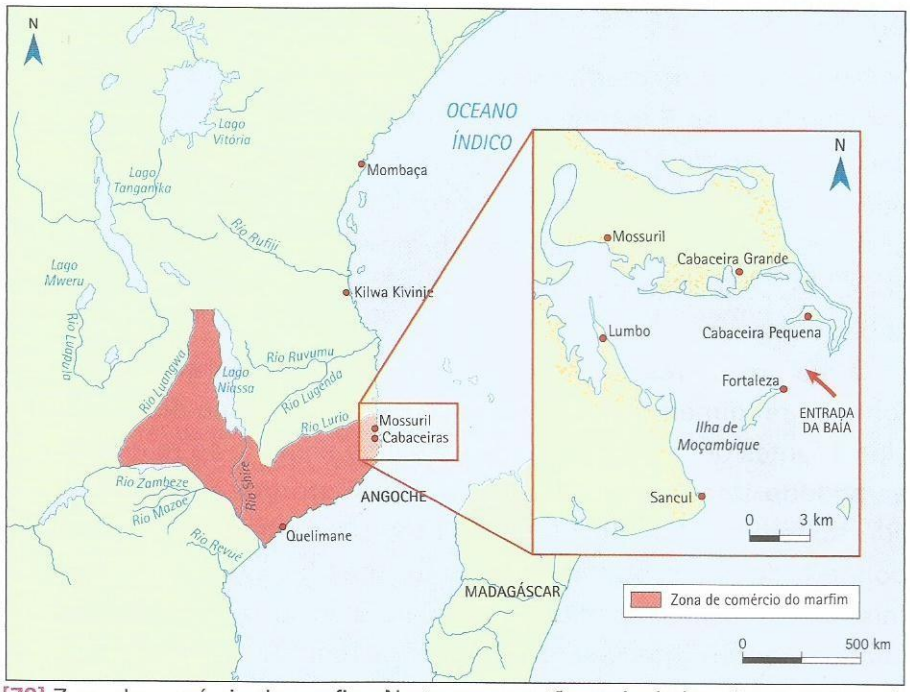
A procura e sobretudo o comércio do marfim ocasionaram confrontos entre os seus intervenientes. Por causa do marfim, os Estados e reinos andavam frequentemente em guerra.

No comércio do marfim, a Companhia dos Mazanes, ricos armadores e comerciantes indianos, teve uma grande importância. Mas quando os portugueses verificaram que o lucro do marfim estava a ser desviado para as mãos deles, resolveram separar Moçambique de Goa.

A Makuana, região mal definida, também contribuiu para o comércio do marfim, sobretudo porque apoiava a procura privada daquele bem em todo o sertão.

### 3.2.9.1. As principais zonas do comércio do marfim

O comércio de marfim fez-se intensamente a norte do Zambeze, nos territórios situados **entre o rio Luangua e Quelimane.** Os mercadores vinham de centros comerciais longínquos, mas a maioria provinha de Kilwa e de Mombaça, sendo Angoche a base costeira de partida para o interior das terras dos Phiri-Caronga.




[78] Zona de comércio de marfim. Neste mapa estão assinalados alguns pontos de comércio importantes: Mombaça, Mossuril, Cabaceiras e Kilwa Kivinje.

As bases de partida dos mercadores para o interior, tais como Pemba, Matibane, Maganja da Costa e Quelimane, estavam sob o controlo dos portugueses. No entanto, **a rota do comércio de marfim mais importante foi Chiri-Mossuril**, que era inicialmente dos Lundu. Mais tarde esta rota foi conquistada pelos Phiri-Caronga. Os Phiri, que eram aliados dos portugueses, controlaram esta importante rota do marfim durante um período considerável.

A maioria da actividade comercial, com destaque para o comércio de marfim, era feita no ***hinterland* fronteiro à Ilha de Moçambique**, precisamente a zona de Mossuril e nas duas Cabaceiras: a Cabaceira Grande e a Cabaceira Pequena.

## Exercitando competências

1. No início do ciclo do marfim, quem controlava a principal rota do comércio do mesmo?
2. Como se designava essa rota?
3. Analise o mapa [78]. O que se passava em termos comerciais no *hinterland* fronteiro à Ilha de Moçambique?
4. Elabore um mapa de Moçambique com a zona de comércio do marfim, destacando os principais pontos de actividade mercantil.

### 3.2.9.2. Os principais intervenientes

No comércio do marfim havia vários intervenientes. Este comércio envolveu os Estados Marave, mercadores suaíli e árabes, as sociedades makuanas, os portugueses, os prazos, os comerciantes baneanes ou indianos e algumas comunidades afro-islamizadas da costa oriental moçambicana. Cada povo assumia diferentes funções, não obstante os conflitos que pautavam as suas relações comerciais.

O marfim representava para alguns Estados Marave a principal fonte de rendimento. Para os **Phiri**, o marfim era uma das suas principais fontes de produção, onde a caça ao elefante se revelava uma actividade importante. Os **Lundu** e os **Caronga** encontravam-se constantemente em conflitos pelo controlo deste mesmo comércio, pois era dele que obtinham bens de prestígio, tais como: panos, missangas e especiarias orientais. Para além dos Phiri-Caronga, os **Lundu** foram os principais produtores de marfim.

Havia duas formas de comprar marfim na região.

A primeira consistia em estabelecer comércio com os Makua e os Yao. Para um comércio regular, devia-se apostar nos **Makua** de reinos vizinhos. Os Makua eram intermediários neste processo que tinham constante acesso à produção. Para um comércio periódico, podia comercializar-se com os mercadores **Yao**, vindos do lago Niassa. Estes, para além do marfim, traziam tabaco e azagaias.

A segunda modalidade era normalmente utilizada pelos **Baneanes**. Consistia em enviar ao interior mercadores africanos, chamados **patamares**, em busca do produto.

Os **portugueses** eram grandes compradores de marfim. Contudo, só tinham possibilidade de o comprar a crédito. Em troca do marfim, os portugueses ofereciam missangas, produzidas em Veneza, e tecidos, produzidos na Índia. Ambos os produtos eram comprados a crédito pelos portugueses. Mas os juros do empréstimo eram tão elevados que dificilmente eles conseguiriam fazer render o seu trabalho. Por outro lado, assim que os Baneanes entraram no comércio do marfim trouxeram tecidos a mais baixo preço, o que tornou o comércio português ainda mais difícil.

*Setenta por cento da missanga vinda de Portugal, se bem que fabricada em Veneza, era destinada ao "comércio dos Majaua", como assinalam as fontes portuguesas.*

*História de Moçambique*, vol. I, p. 68

[79] Em troca de marfim, os portugueses ofereciam missangas, maioritariamente produzidas em Veneza.

*Sem capital, dependentes do fornecimento de tecidos nas lojas dos mercadores indianos, os mercadores portugueses iam-se endividando.*

*História de Moçambique*, vol. I, p. 68

[80] As dificuldades de alguns intervenientes eram a oportunidade de outros. Os portugueses tinham dificuldades, enquanto que os indianos viam o negócio prosperar.

**Exercitando competências**

1. Relacione os documentos [79 e 80]. Indique os intervenientes no comércio do marfim e as suas funções no mesmo.
2. Caracterize o desempenho dos Phiri, dos Lundu e dos portugueses no comércio do marfim.

### 3.2.9.3. A Companhia dos Mazanes: seu papel

Em 1686, o vice-rei da Índia entregou o monopólio comercial entre a Ilha de Moçambique e Diu aos Baneanes, isto é, à **companhia dos Mazanes**. O domínio indiano no comércio de Moçambique teve lugar precisamente no contexto do conflito luso-árabe. A nobreza sediada em Goa queria livrar-se da interferência dos árabes e suaílis no comércio do marfim. Desta forma, o capital mercantil passaria obrigatoriamente por Goa, em vez de se manter em mãos árabes.

> *Esta companhia possuía vários privilégios entre os quais o monopólio de artigos de exportação: marfim, âmbar e a carapaça da tartaruga.*
>
> *O seu capital e ligações com o mercado indiano, a sua capacidade de negócio, o seu comportamento e os privilégios recebidos, a protecção dos jesuítas fizeram com que os Baneanes atingissem uma posição importante, como grossistas e retalhistas, no comércio entre Diu, Damão, Goa e Moçambique.*
>
> *Foi assim que começaram a ser impostas restrições e tomadas medidas contra eles.*
>
> Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 120

[81] A ascensão e queda da Companhia dos Mazanes.

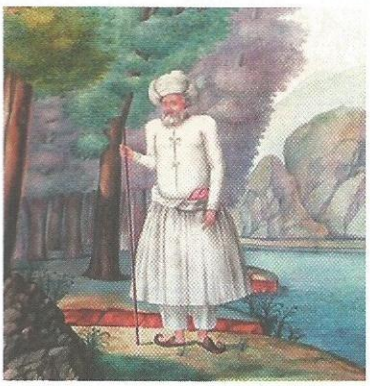
**Vocabulário**

**Companhia dos Mazanes**

Associação de ricos e prósperos comerciantes indianos, também chamados Baneanes (naturais do Indostão, na Índia), que gozaram do monopólio de abastecer regularmente Moçambique com tecidos e todo o apoio logístico e ajuda oficial às representações portuguesas.

A formação desta companhia foi decidida pela administração do vice-rei, em Goa. Era unicamente do **interesse da nobreza** portuguesa instalada em Goa.

Quando se formou a Companhia dos Mazanes, os mercadores indianos instalaram-se em Moçambique. Em 1687 eram apenas 7, mas depois cresceram. Numa fase inicial, instalaram-se na Ilha de Moçambique, mas depois rumaram a oeste. Passaram o *hinterland*, o vale do Zambeze, Inhambane e Lourenço Marques. A pouco e pouco chegavam cada vez mais indianos. Crê-se que o número era elevado; **por cada mercador baneane, havia mais 10 indianos**, como criados ou cozinheiros.



[82] Baneane do século XVII.

**Exercitando competências**

1. Analise o documento [81] e caracterize a Companhia dos Mazanes.
2. Observe a imagem [82] e descreva quem eram os Baneanes.
3. Quem criou a companhia?

### 3.2.9.4. A separação de Moçambique de Goa (1752): sua importância

Em 19 de Abril de 1752, o rei de Portugal, D. José I, decretou a separação entre Moçambique e Goa.

*Por me ser presente a decadência do governo de Moçambique, e que será mais conveniente separá-lo de Goa para seu restabelecimento.*

Fritz Hoppe, *A África Oriental portuguesa no tempo do Marquês de Pombal*, 1750-1777, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 63

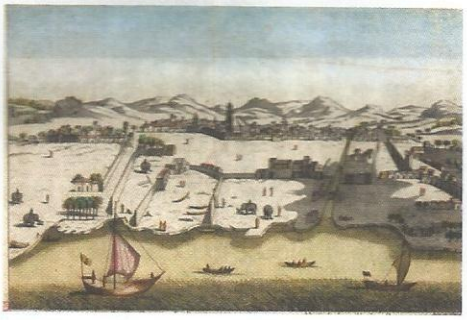
[83] Excerto do decreto da separação de Moçambique e Goa, 1752.

**Exercitando competências**

1. Quem foi o monarca que assinou o decreto de que fala o documento [83]?
2. Em que ano foi decretada a separação?
3. Quais os motivos da separação?

Depois da criação da Companhia dos Mazanes, **os indianos instalaram-se em grande número em Moçambique**. Havia mercadores, mas também toda a espécie de oficiais, como relojoeiros, ourives, barbeiros, etc. A pouco e pouco, todo o comércio a grosso e a retalho, assim como outras esferas da economia, estava nas mãos de indianos.

Os **proveitos financeiros do comércio moçambicano ficavam retidos em Goa** desde que fora instituída a Companhia dos Mazanes (1686). E havia entre os comerciantes ricos indianos e os governadores portugueses residentes na Índia e em Moçambique uma grande cumplicidade comercial. Os governadores pareciam estar do lado de quem tinha poder comercial, que neste caso eram os mercadores baneanes.



[84] Gravura de Goa no século XVIII, por Johann Christoph Nabholz (1752-1797).

Com o desvio da actividade comercial e praticamente de todo o comércio para as mãos de indianos, não havia rendimentos oriundos de Moçambique a chegar a Lisboa. Nesse sentido, o rei de Portugal, instalado em Lisboa, decidiu separar Moçambique de Goa e passar a tutelá-lo.

### 3.2.9.5. A makuana

O comércio do marfim não era directo. O local de produção era bem longe do local de comércio. As manadas de animais dos quais eram extraídos as presas estavam no meio do mato, local inacessível à maior parte dos estrangeiros comerciantes. Assim, neste comércio, o trajecto entre o local de produção e o local de venda era assegurado por intermediários. Os makuanas tinham essa função.

A makuana era uma grande extensão de terras, de limites imprecisos. Apesar de imprecisa, o impacto dos seus habitantes no ciclo do marfim foi evidente.

*Estendia-se, aparentemente, do sul do paralelo da Ilha de Moçambique até ao paralelo de Cabo Delgado, apanhando a costa de Zanzibar. O limite norte da makuana seria provavelmente Memba e o limite sul Angoche.*

*História de Moçambique*, vol. I, p. 71

[85] A imprecisão da localização da makuana.




[86] Possível localização da makuana.

**Territórios da Makuana**

**Uticulo**

**Cambira:**
– localiza-se provavelmente à volta da lagoa de Camba, perta da Baía de Memba

**Uocela:**
– é provavelmente Uanela, ao norte de Angoche

Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 71

A **importância do comércio makuana** está no apoio que este prestava aos comerciantes privados. Os Makuanas sempre serviram de principais intermediários no comércio do marfim.

Os muçulmanos indianos e os comerciantes baneanes raramente penetravam no interior. Ao invés, contratavam mercadores locais africanos conhecidos como patamares, que iam ao encontro dos Makuanas para estes lhes entregarem o marfim.

Os patamares negociavam, em nome dos indianos, os tecidos com os chefes locais makuas em troca de marfim. No final das transacções, conduziam as caravanas para a costa, onde estavam os indianos. Os Makuanas eram, portanto, os intermediários que contactavam com os produtores/extractores de marfim.

O comércio do marfim era apetecível para muitos. Durante grande parte do ciclo do marfim, a convivência entre os vários intervenientes foi pacífica, mas depois agravou-se.

O Governo local dos **portugueses** tentou por várias vezes dominar esse comércio em detrimento dos Makuas. Mas a oposição aos Makuas não era só vinda do exterior. Os **Yao** também tiveram conflitos com os Makua por causa da disputa das rotas do marfim.

*Em meados do século XVIII, o comércio do marfim levado a cabo pelos Yao representava cerca de 65-70% de todo o comércio, incluindo o que vinha do rio Sena, Sofala e Inhambane.*

*Esta situação levou a conflitos internos entre os Macua e Yao que por sua vez conduziram a conflitos inevitáveis entre os makua e os portugueses durante cerca de 1755 e 1785.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 121

[87] A difícil convivência entre os Makua e outros intervenientes no comércio do marfim.

**Exercitando competências**

1. Relacione os documentos [84 e 85] e refira o que era a makuana.
2. Que influência teve a makuana no ciclo do marfim?
3. A relação dos Makua com os demais intervenientes não foi sempre igual. Analise o documento [87] e justifique a afirmação anterior.

## 3.3. O ciclo dos escravos (1750/60-1836/ século XX): aspectos gerais



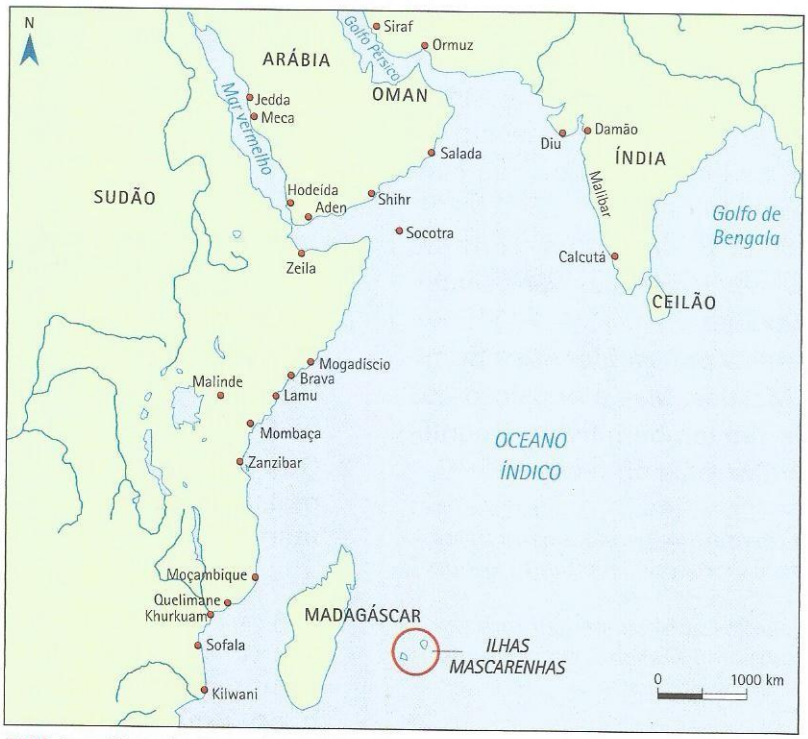
[88] Estátua de madeira de um escravo agrilhoado. Nota-se na sua expressão um profundo sofrimento.

O ciclo dos escravos seguiu-se ao ciclo do marfim e ao do ouro. Iniciou-se na década de 1750-60 e terminou definitivamente no século XX. O início do tráfico de escravos aconteceu porque havia falta de mão-de-obra nos domínios das potências europeias. Contudo, a breve trecho, de um negócio pontual tornou-se um negócio estruturado, com vários locais de recrutamento e de destino. O impacto da escravatura foi devastador. A escravidão minou as sociedades, no pressuposto de que um homem poderia decidir os destinos de outros semelhantes, como se de uma mercadoria se tratasse. Este ciclo corresponde provavelmente à fase mais nefasta da penetração mercantil estrangeira.

### 3.3.1. O início do tráfico de escravos em Moçambique

O comércio de escravos na costa oriental africana teve maior visibilidade por volta da segunda metade do século XVIII. Nessa altura, o aumento da procura de escravos ultrapassou a procura de ouro e de marfim.

À volta da década de 20 do século XVIII, os franceses aumentaram a procura de escravos para as plantações de açúcar e de café nas **ilhas Mascarenhas, no Índico**. Os franceses já praticavam a escravatura, mas os seus mercados tradicionais de escravos (Comores e Madagascar) já não respondiam às necessidades.




[89] Localização das ilhas Mascarenhas, possessão francesa. É importante referir que o comércio com os franceses trazia para os cofres do Governo local de Moçambique bastantes receitas.

Esta procura por parte dos franceses constituía uma das primeiras manifestações da comercialização de escravos nesta região. Dez anos mais tarde, por volta de 1730, o comércio com as ilhas Mascarenhas era feito de forma sistemática e muito bem organizado.

Contudo, as autoridades portuguesas opunham-se a este negócio. Tal como os franceses precisavam de mão-de-obra escrava, também os portugueses tinham necessidade dela.

Lisboa chegou mesmo a proibir este negócio com os franceses,

alegando que o mesmo prejudicava o abastecimento de escravos dos mercados do **Brasil**. Pode dizer-se que esta fase inicial é a primeira fase do ciclo dos escravos.

Na segunda fase do comércio esclavagista, um número elevado de escravos é levado para funcionar como de mão-de-obra barata nas grandes explorações das plantações de açúcar, café, cacau e nas minas de ouro e de diamantes do **Brasil**. Os grandes promotores deste comércio eram os mercadores negreiros brasileiros, norte-americanos e centro-americanos.

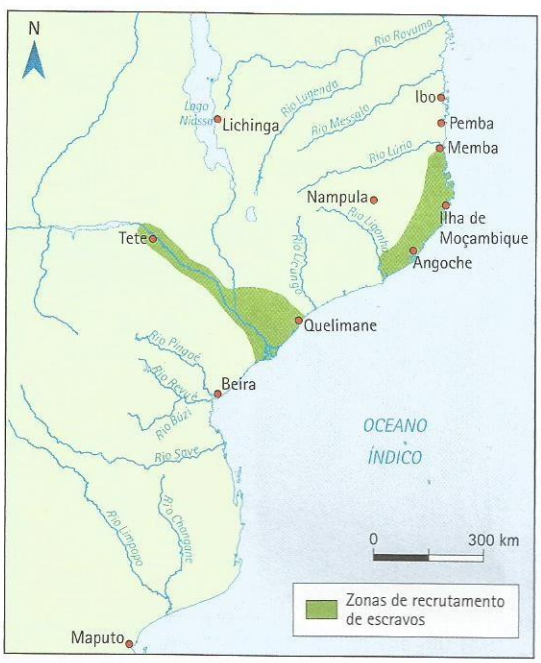
A terceira fase da escravatura vai desde a promulgação da abolição da escravatura, em 1836, até ao século XX. Foi o período clandestino do tráfico negreiro.

**Exercitando competências**

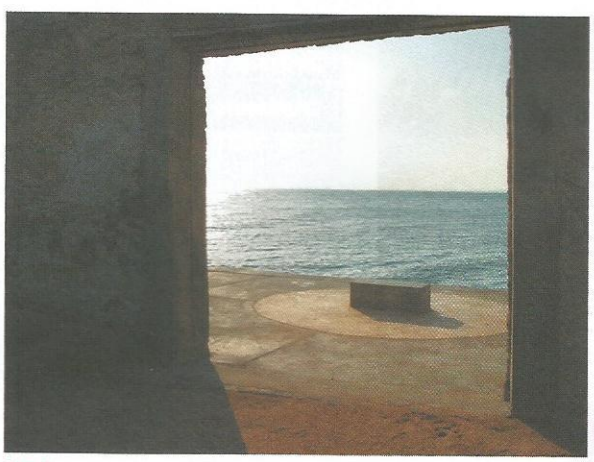
1. Como se iniciou o tráfico de escravos em Moçambique?
2. Quantas fases tem o tráfico negreiro?

## 3.3.2. Locais de recrutamento

As áreas de onde partia grande número de escravos eram o **vale do Zambeze** e a faixa litoral, com grande parte do *hinterland*, **do rio Ligonha à Baía de Memba**. As populações de origem **makua foram as mais utilizadas**.




[90] Mapa dos locais de recrutamento de escravos em Moçambique.



[91] Cais de embarque de escravos na ilha de Moçambique.

No Sul de Moçambique este comércio não se desenvolveu devido à proibição imposta pelo soberano do **Estado de Gaza**, o Manicusse. Este soberano sempre recusou a comercialização de pessoas porque para ele isso não fazia sentido. Houve até mesmo quem de forma privada tentasse desenvolver este comércio nas terras de Gaza e acabou por ser severamente castigado ou morto.

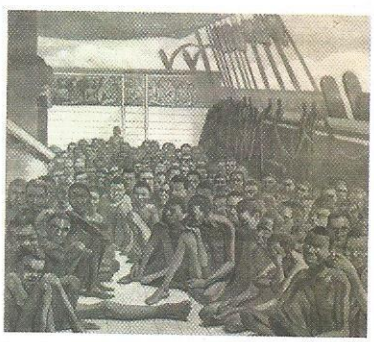
Com o crescimento do comércio de escravos no nosso país, a Ilha de Moçambique, que até então tinha a hegemonia comercial, perdeu-a a favor de Quelimane e Ibo. Estes dois portos tornaram-se detentores do comércio moçambicano porque eram os grandes portos de escravos a partir da segunda metade do século XVIII.

**Exercitando competências**

1. Analise o mapa [90]. Quais eram os locais de recrutamento de escravos em território moçambicano?
2. Onde não se registava o tráfico de escravos por decisão do chefe de Estado?
3. Quem era esse chefe?
4. Quais os portos mais importantes no tráfico de escravos em Moçambique?

## 3.3.3. Destino dos escravos

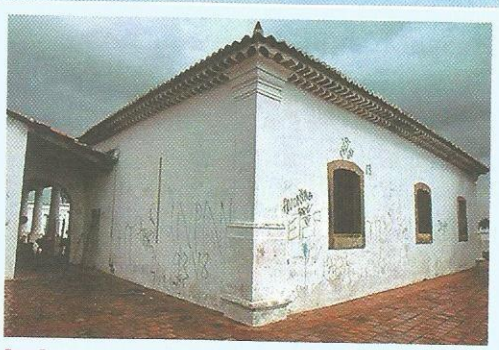
Os europeus precisavam do comércio de escravos. Os escravos eram mão-de-obra barata para as suas explorações agrícolas, minas e manufacturas. Logo, os destinos dos escravos eram locais de produção de domínio europeu. No caso dos escravos originários do território moçambicano, os principais destinos eram as ilhas Mascarenhas, Zanzibar, Madagáscar, Golfo Pérsico, Cuba e Brasil.



[92] Desenho do interior de uma embarcação negreira. O transporte dos escravos era feito de forma desumana, quer por terra quer por mar.

**DESTINO DOS ESCRAVOS MOÇAMBICANOS**

| Continente | Região |
|---|---|
| África | Ilhas Mascarenhas |
| | Zanzibar |
| | Madagáscar |
| Ásia | Golfo Pérsico |
| América | Cuba |
| | Brasil |



[93] Um dos destinos dos escravos oriundos de Moçambique era o Brasil. Fotografia de um mercado de escravos no Recife, Brasil.

O **transporte dos escravos** era desumano e degradante. Havia caravanas que atravessavam as florestas, nas quais os escravos eram acorrentados uns aos outros e obrigados a percorrer longas distâncias a pé, sem terem direito a água nem a comida.

**Exercitando competências**

1. Analise a tabela da página anterior.
   1.1. Quais eram os destinos dos escravos moçambicanos?
   1.2. Os escravos interessavam aos europeus, mas não eram levados em massa para a Europa. Explique esta situação.

**Laboratório do historiador**

**Investiga como era feito o tráfico dos escravos oriundos do nosso país.**

Reúne um grupo de colegas e investiga os seguintes aspectos:

- em que condições humanas era feito o transporte de escravos?
- quais eram os portos marítimos por onde eles eram exportados?
- quais os portos estrangeiros que acolhiam os escravos?
- qual a justificação de Manicusse para proibir o comércio de escravos?
- quem lucrou com o comércio de escravos (entre nativos, europeus, etc.)?

Sempre que possível, aconselha-se a:

- recolher imagens (material fotográfico, imagens disponíveis na Web, imagens de livros, etc.);
- recolher testemunhos orais;
- visitar museus relevantes;
- recolher fontes escritas, oficiais e não oficiais.

## 3.3.4. Impacto do tráfico de escravos para as sociedades moçambicanas

O período entre 1836 e 1842 foi o período da abolição oficial de tráfico de escravos. Apesar disso, os mercadores negreiros com a conivência das autoridades portuguesas e o apoio dos xeicados de Quitangonha, Sancul, Sangage, sultanato de Angoche e dos prazos, continuaram com o tráfico clandestino de escravos. E este manteve-se até ao início do século XX.

O ciclo dos escravos foi uma fase de *caça ao Homem*. E esta caça teve graves consequências para as sociedades locais, sendo a mais importante o facto de se **retirar às sociedades a sua mais importante força energética** – o ser humano.

O comércio de escravos teve impacto nas sociedades moçambicanas. O seu impacto sentiu-se a vários níveis. Numa fase em que as sociedades moçambicanas estavam em crescimento e desenvolvimento, com fortes e pujantes Estados como o Mwenemutapa, o capital mercantil escravo veio atrasar esse crescimento. Para além do atraso, houve mesmo **um desvio terrível, sobretudo a nível moral.**

| IMPACTO DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS NAS SOCIEDADES MOÇAMBICANAS | |
|---|---|
| **A nível social** | – acelerou o processo da diferenciação social no seio das comunidades; |
| | – fez surgir uma classe dominante poderosa e outra dominada e subordinada; |
| | – abriu caminho para uma gradual subordinação da mulher (por exemplo, a residência matrilocal foi substituída pela patrilocal); |
| | – crecimento do medo das populações; |
| **A nível económico** | – despovoou várias comunidades aldeãs; |
| | – removeu os aldeãos do trabalho agrícola, o que ocasionou fome, miséria e decréscimo demográfico; |
| | – fomentou o endividamento dos Estados moçambicanos, pois grande parte da alimentação teve de ser importada; |
| | – aumentou a procura de mercadorias de luxo importadas (tecidos, armas e bijuterias); |
| | – aumento da riqueza de europeus e alguns chefes locais; |
| **A nível político** | – cresceram os conflitos intraclânicos pelo controlo hegemónico dos recursos e mercados; |
| | – aumentaram os confrontos com os portugueses que, cada vez mais, queriam chamar a si o controlo do comércio de escravos; |
| **A nível moral** | – ao haver quem considerasse que os seres humanos eram passíveis de domesticar, utilizar, magoar, aprisionar e vender, deu-se uma enorme degradação dos valores morais e éticos. |

**Laboratório do historiador**

**Investiga o impacto económico, social e cultural da escravatura em Moçambique.**

A escravatura foi um período hediondo que marcou a História do nosso país. Todo o ser humano tem direito à paz, acesso à cultura, conhecer e usufruir dos Direitos Humanos e viver em clima democrático. O tempo da escravatura nada tem a ver com conceitos como *paz, cultura, direitos humanos* ou *democracia*.

Nesse sentido, elabore um trabalho de pesquisa sobre o impacto económico, social e cultural da escravatura em Moçambique, destacando a violação dos direitos humanos e suas consequências.

Faça uma investigação histórica e tente responder às seguintes questões:

– qual foi o impacto económico da escravatura em Moçambique?

– qual foi o impacto social da escravatura em Moçambique?

– qual foi o impacto cultural da escravatura em Moçambique?

No artigo IV da Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ler-se:

*Artigo IV*

*Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.*

– Porque é a escravatura um atentado aos Direitos Humanos?

– Quais as consequências dessa violação dos Direitos Humanos?

Responda às questões enunciadas por **escrito**. Pode organizar-se uma **conferência** com o tema:

*A escravatura em Moçambique: impactos e consequências*

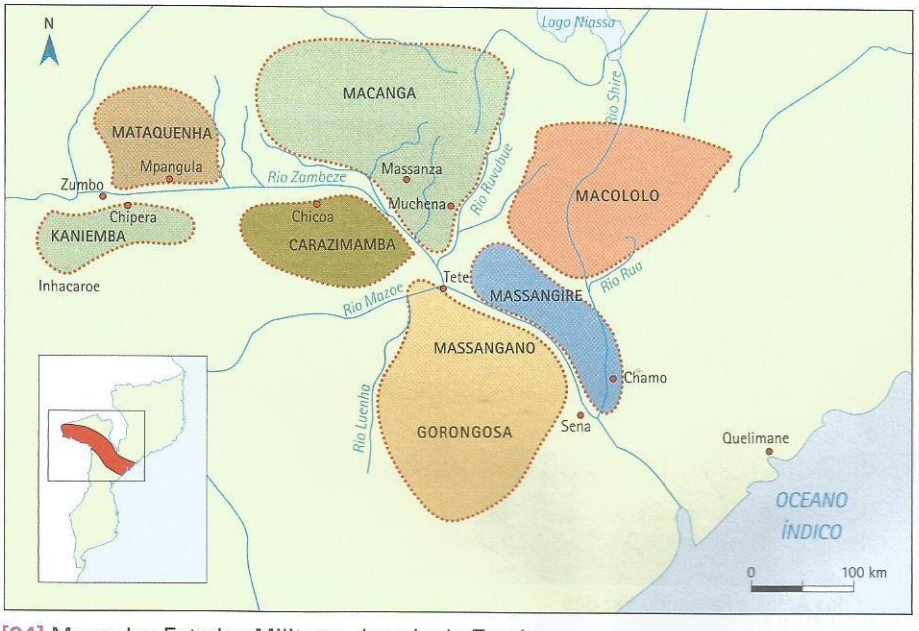
## 3.4. Os Estados de Moçambique no século XIX

No século XIX, os Estados moçambicanos são Estados mais complexos do que os de tempos anteriores. Por um lado, temos uma presença colonial mais vincada, estruturada e empenhada em fazer de Moçambique uma fonte de riqueza. Por outro, vive-se um período económico de exploração do Homem (escravatura) e ainda da descoberta das oleaginosas como matérias-primas para as indústrias europeias.

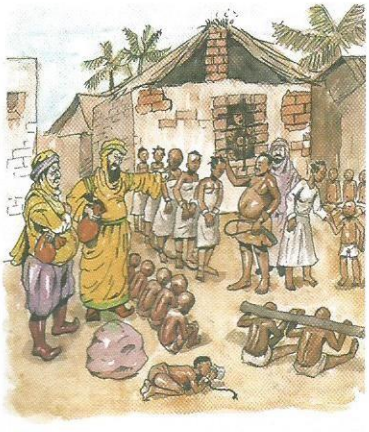
Neste ponto falaremos dos Estados Militares, dos Ajaua, dos afro-islâmicos da costa e ainda do grande Estado de Gaza.

### 3.4.1. Os Estados Militares do Vale do Zambeze

#### 3.4.1.1. Formação




[94] Mapa dos Estados Militares do vale do Zambeze.



[95] Idealização de comércio de escravos nos Estados Militares.

Com a decadência dos prazos e o fim do sistema político na região da Zambézia, criou-se um **vácuo de poder** que foi sendo preenchido por vários estados emergentes: os chamados *Estados Militares* ou *Estados Conquista* e, segundo Newit, ***Estados Muzungos***.

O surgimento dos Estados Militares no Vale do Zambeze está ligado à crise que se instalou após 1830 nas relações entre diferentes clãs muzungo. Outra razão está ligada aos anos de fome na maioria dos territórios no Vale do Zambeze, à crise do sistema comercial, aos ataques Nguni, ao declínio do sistema de prazo, aos conflitos entre prazeiros e os A-Chicundas que conduziram ao desa-

**Vocabulário**

**Estados Muzungos**
Eram, segundo M. D. D. Newit, os Estados Militares tutelados pelos homens e mulheres ligados a Portugal por laços de riqueza e estatuto.

parecimento destes últimos e levaram a que o poder começasse a concentrar-se nas mãos de algumas poucas famílias poderosas da região.

Os Estados desenvolveram-se de diversas maneiras. Alguns eram apenas áreas ocupadas por bandos de soldados A-Chicundas; outros eram domínios ocupados por grandes famílias que criaram, em zonas sob a sua influência, algo parecido com repúblicas militares governadas por capitães A-Chicundas, onde muitos estabeleceram linhas de sucessão na família governante.

*Todos tinham conhecimento de que os aforamentos estipulavam a sua relação de subordinação ao Governo português; todos construíram os seus impérios a partir de povos díspares e diversos que já tinham sido enfraquecidos como resultado das invasões, comércio de escravos e guerras civis; todos procuravam adquirir, pelo menos, alguma legitimidade tradicional; todos prosseguiram vários graus de aculturações que reforçaram as suas posições políticas; todos dependiam grandemente do comércio de marfim e de escravos; todos adoptaram e usaram, efectivamente, armamento europeu para a defesa dos seus estados e expansão das suas fronteiras; todos publicamente aclamaram os seus estados independentes, e pelo menos no início tentaram ganhar o reconhecimento dos portugueses através de negociações pacíficas; todos entraram em intrincados sistemas de alianças com os prazeiros vizinhos e ou comunidades políticas africanas.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 93

[96] As semelhanças entre os vários Estados Militares.

Estes estados eram bastante diferentes entre si, no entanto tinham pontos comuns.

Foi assim que, entre 1820 e 1860, começam a surgir **unidades multiétnicas**, com destaque para as que dominaram quase toda a região de Tete-Sena, apresentando ao nível da sua organização **estruturas mais complexas** do que os prazos, por exemplo.

**PRINCIPAIS ESTADOS MILITARES OU DE CONQUISTA**

| Estados | Líderes | Características |
|---|---|---|
| Macanga | Gonçalo Caetano Pereira, conhecido por Dombo-Dombo. | Recebeu o território como resultado da ajuda prestada a Phiri nos finais do século XVIII. |
| Massangire | Paulo Mariano Vaz dos Anjos e Fernando Vaz dos Anjos. | O seu poder estendia-se desde a leste do rio Chire dominando o território a volta de Morrumbala. |
| Massangano | Joaquim da Cruz, conhecido por Nhaude. Em 1849, António Vicente da Cruz, conhecido por Bonga, travou várias batalhas com os portugueses pela conquista do seu estado. | Os seus domínios estendiam-se da zona que ia das montanhas de Lupata a sul até à confluência dos rios Luenha e Zambeze. |
| Gorongosa | Manuel António de Sousa, conhecido por Gouveia. | Dominava o Sul do Zambeze, entre Sena e a região ocupada pelos Nguni. |
| Kaniemba e Mataquenha | Guengue (Dona Júlia da Cruz). | Estendeu-se por toda a região à volta do Zumbo. |
| Maganja da Costa | João Bonifácio Alves da Silva (1862-1892). | Foi uma instituição zambeziana dos A-Chicundas que se caracterizou por uma coesão política e uma democracia internas que tornaram o Estado com um poderio militar difícil de submeter. |
| Makololo | Antigos carregadores do explorador Livingstone. | Há referências da sua existência em 1858. |

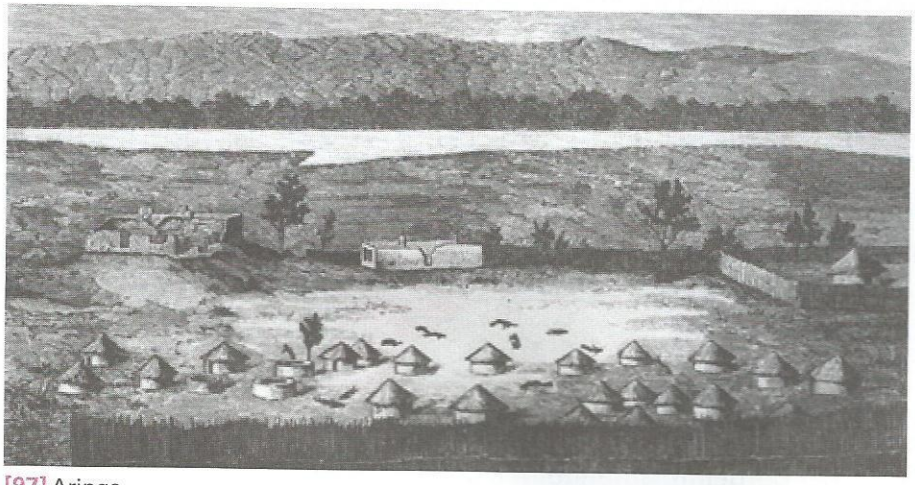
**Exercitando competências**

1. Analise o documento [96] e responda às seguintes questões:
   1.1. Qual é a origem dos Estados Militares?
   1.2. Porque se chamavam Estados Militares?
2. Quais os outros nomes para esta formação político-administrativa?
3. Indique o nome de alguns Estados Militares.
4. Quem foi a Dona Júlia?

### 3.4.1.2. Base económica

Nos Estados Militares todos viviam da agricultura, pastorícia e caça ao elefante. Mas a grande base económica era o **comércio de marfim e de escravos.**

As relações com o exterior eram feitas sobretudo pela necessidade de armas e munições que estes povos tinham. Em troca de escravos e marfim, os portugueses e outros povos entregavam armas.



[97] Aringa.

O centro económico dos Estados Militares era a **aringa**. A aringa era uma fortificação militar usada pela maioria dos Estados Militares do vale do Zambeze. Além da aringa principal, possuíam uma rede de fortificações mais simples nas zonas limítrofes, que actuavam como primeira linha de defesa contra as incursões do inimigo.

**Exercitando competências**

1. Qual era a base económica dos Estados Conquista?
2. Observe a imagem [97]. Indique o nome do centro económico desses estados.

**Vocabulário**

**A-Chicundas**
Os A-Chicundas eram o exército dos senhores de prazos.

### 3.4.1.3. Estrutura social e aparato ideológico

Estes estados funcionavam como repúblicas militares e eram chefiados por capitães A-Chicundas.

Mas havia **hereditariedade** nas chefias. Os Estados Militares de Massangire, Maganja da Costa, Makanga e Massangano estabeleceram uma linha de sucessão da família dominante.

Como forma de garantir a segurança física das suas fronteiras e manter o seu poder, os chefes possuíam fortalezas armadas, chamadas **aringas**, grandes exércitos de A-Chicundas e um vasto arsenal de armas modernas.

> *O centro do poder político e económico dos Estados de Conquista era a aringa, que podia ter uma milha de circunferência e podia conter as palhotas de centenas de chefes seguidores. Eram o centro económico do Estado de onde o comércio era conduzido.*
>
> Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 93

[98] A importância da aringa.

**Exercitando competências**

1. A força e segurança dos líderes dos Estados Militares baseava-se em quê?
2. Na sociedade destes estados, há reminiscências dos prazos. Quem eram os A-Chicundas e qual era a sua importância?
3. Um Estado destes poderia prescindir das armas? Porquê?

### 3.4.1.4. Decadência

Na década de 60 do século XIX, quando os indianos começam a comprar gergelim, amendoim e coco para as companhias e feitorias de Quelimane, deu-se início ao novo ciclo económico em Moçambique, o ciclo das **oleaginosas**. A partir desta altura, e com o processo de extinção da escravatura em curso, o ciclo dos escravos perde vigor. Doravante, os produtos que saíam com maior frequência dos portos de Moçambique eram as matérias-primas das grandes fábricas europeias, as oleaginosas.

Como o fulgor económico dos Estados Militares estava no comércio de escravos, ao deixar de haver tanta procura deste produto eles perderam a sua força económica. Ao enfraquecer a economia, enfraqueceram a todos os níveis, até que acabaram por ser absorvidos pelas **companhias**.

A administração colonial organizou-se na segunda metade do século XIX e passou a controlar o território moçambicano através das companhias majestáticas. Nessa altura, os Estados Militares entraram em declínio e acabaram por se extinguir.

## 3.4.2. Os Estados Ajaua

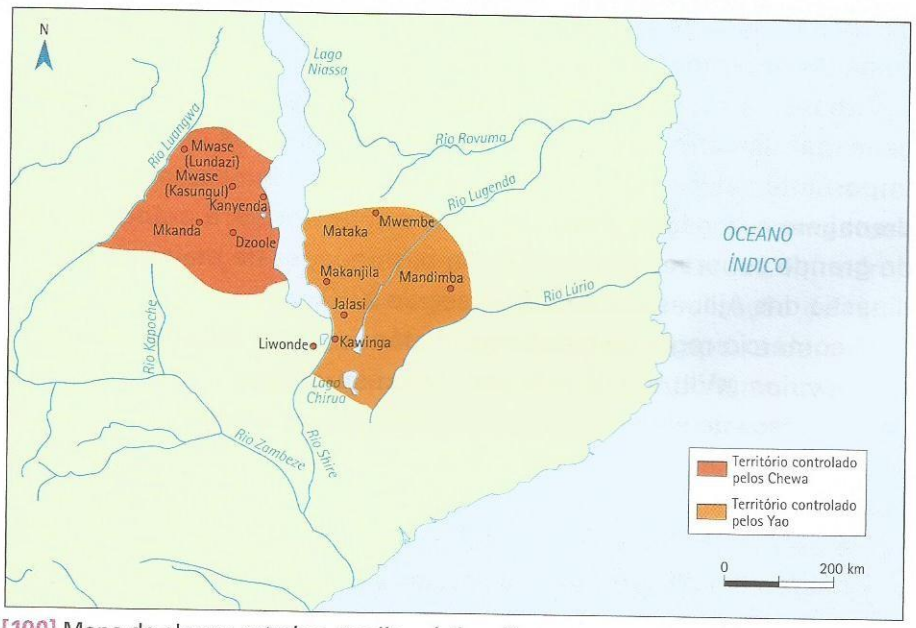
As palavras ajauas ou yao significam um monte sem árvores e sem qualquer tipo de vegetação.

Ainda que ajauas e yao sejam sinónimas, há estudiosos que consideram mais correcto chamar a este grupo etnolinguístico **lao**.

> *Este grupo étnico e linguístico tem sido designado pelos termos mais díspares: Mujau, Mujano, Hiao, Mudsau, Mujoa, Wahyao, Ayaw, etc.*
>
> *Com o decorrer do tempo foi-se popularizando o nome Ajua, embora a palavra correcta seja lao.*
>
> António Rita-Ferreira, 1982, p. 89

[99] As várias designações de um grupo etnolinguístico complexo.

### 3.4.2.1. Formação




[100] Mapa de alguns estados etnolinguísticos Yao.

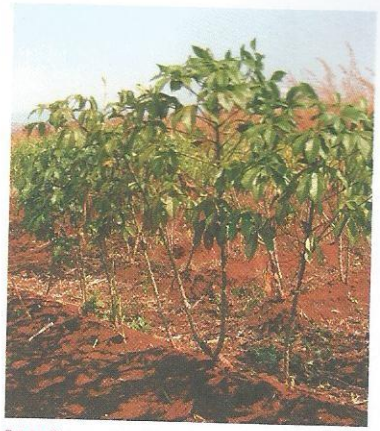
O Estado Yao desenvolveu-se nas zonas **macuas**, nas actuais províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado. O seu centro político era a zona de **Mwembe**, no Niassa.

Até ao século XIX, o poder dos chefes Ajaua era limitado. Não se pode dizer que eram grandes líderes, muito menos ricos reinos, porque as suas unidades territoriais eram pequenas e muito fragmentadas. Até esta época, a sua economia era baseada principalmente na agricultura de subsistência e nas trocas comerciais. Contudo, a par-

tir do século XIX, verificou-se um aumento do comércio de marfim e de escravos, cujos lucros trouxeram prestígio e permitiram um reforço do poder dos chefes. Tornou-se, assim, possível a criação de um Estado centralizado do qual emergiram vários grandes líderes que fundaram várias dinastias de que se destacam: Mataka, Makanjila, Mponda, Mtalika, Macemba, Mawinga, Jalasi e Matipwiri.

**Exercitando competências**

1. Analise o mapa [100] e indique o nome das províncias actuais onde se formaram os Estados Ajaua.
2. Qual foi a relação entre o capital mercantil e a centralização e crescimento do poder Yao?
3. Indique o nome de, pelo menos, três dinastias de origem Ajaua.



[101] Plantação de mandioca em Niassa, na actualidade.

### 3.4.2.2. Base económica

Antes do ciclo do marfim e dos escravos, os Ajauas eram povos de **agricultores** e o sorghum constituía a sua semente principal. A partir da segunda metade do século XIX, introduziram-se novas colheitas importantes, como o milho e a mandioca.

A base da economia era a agricultura de cereais, onde as **linhagens matrilineares constituíam a base das unidades de produção**. É importante referir que estes povos desenvolviam os sistemas de **drenagem e irrigação**, principalmente em Mwembe, a grande cidade do grande soberano Mataca I Nyambi (fundador da mais importante dinastia dos Ajauas nos finais do século XIX).

O comércio regional e de longa distância surge durante o período dos séculos XVIII e XIX e desenvolveu-se graças à intensa actividade da caça de elefante que proporcionava muito marfim.

Para além da caça, outras actividades estão ligadas às actividades das populações Ajauas:

- a pesca;
- e o fabrico de instrumentos de ferro (como enxadas, machados, armas, etc.), pois o metal era abundante no território.

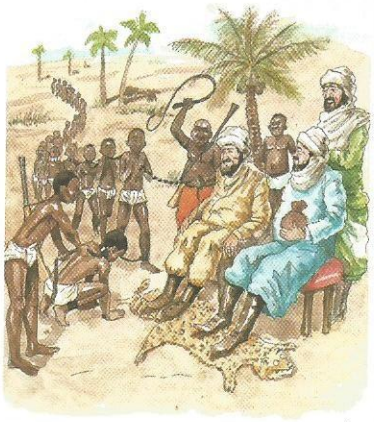
*Antigamente os Yao faziam as suas próprias enxadas, porque existia um clã Yao chamado Chisi que começou a construir forjas e fornos. Fabricavam enxadas, machados, facas grandes e pequenas, escopros, brocas, agulhas (próprias para tecer esteiras), facas para cortar peles e toda uma grande variedade de peças manufacturadas em ferro.*

Abdallah, *in* Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 76

[102] O importante trabalho do ferro feito pelos Ajaua.

Os Yao estabeleceram contactos comerciais com Quíloa, Zanzibar, Ibo, Ilha de Moçambique e, para o interior, com a margem ocidental do lago Niassa.

O desenvolvimento do comércio de **marfim** e, sobretudo, o comércio de **escravos** vão acelerar o aparecimento do Estado centralizado e fortalecer o poder dos chefes.



[103] Idealização de comércio de escravos num Estado Ajaua.

**Exercitando competências**

1. Qual era a base económica dos primeiros Estados Ajaua?
2. Quais os cereais introduzidos mais tardiamente na sua agricultura?
3. Para além da agricultura, que outras actividades contribuíram para o desenvolvimento económico destes estados?
4. O comércio do marfim e dos escravos enfraqueceu os líderes Ajaua. Concorda com esta afirmação? Justifique a sua resposta à luz da centralização do poder do Estado.
5. Zanzibar era um dos portos que comercializavam com os Ajaua. Indique o nome de outras localidades que também o faziam.

## 3.4.2.3. A estrutura social e o aparato ideológico

Inicialmente, as sociedades Yao caracterizavam-se pela realização de **cerimónias mágico-religiosas e pela distribuição de amuletos**. Estas cerimónias eram muito importantes por duas razões. Primeiro, porque davam confiança e coragem aquando da realização de missões consideradas perigosas, como as lutas pela captura de escravos. Segundo, porque originavam atitudes e comportamentos que contribuíam para a manutenção e reprodução das classes dominantes. Isto é, funcionavam como legitimadoras do poder reinante.

Contudo, o contacto com a costa trouxe aos Yao mudanças. Dentre elas, a de maior influência foi a conversão ao islamismo de grandes chefes Yao. Foi o caso de Mataca, Mtalica e Makanjila. A islamização da aristocracia dominante fortaleceu ainda mais o poder teocrático destas elites que, pouco a pouco, passaram a ser chamadas xeques, posição relevante na hierarquia religiosa islâmica. Embora nem todos os Yao fossem islamizados, com o tempo, ser Yao passou a ser sinónimo de ser islâmico.

Do ponto de vista social, tome-se como exemplo a organização do Reino Mataca I, que existiu entre cerca de 1806 e 1876.




[104] Estrutura social do Reino Mataca I (1806-1876).

**Exercitando competências**

1. Quem estava na base da sociedade Ajaua?
2. Quais os Estados Ajaua que foram islamizados?
3. A conversão ao Islão deu mais ou menos poder aos chefes?

### 3.4.2.4. Decadência

Os Estados Yao entraram em decadência devido a vários factores conjugados. Ao nível interno, por um lado, tinha lugar grandes **lutas pelo controlo das rotas do comércio** de escravos entre os Macuas e os Ajaua; por outro lado, deram-se as invasões dos povos **Nguni** vindos do Sul do rio Zambeze, que provocaram o terror e a destruição dos Ajaua.

A nível externo e já no século XIX, as **campanhas de pacificação** levadas a cabo pelos portugueses, britânicos e alemães originaram a sobreposição dos Estados Ajaua pelas companhias (a Companhia de Niassa desempenhou um papel importante neste processo).

**Exercitando competências**

1. Qual o nome dos povos que provocaram a destruição dos Estados Ajaua?
2. De onde eram originários esses povos?
3. Quem levou a cabo campanhas de pacificação?
4. Qual o nome da companhia que mais contribuiu para a decadência dos Ajaua?

## 3.4.3. Os Estados afro-islâmicos da costa

A partir do século XII, começaram a aparecer os povoamentos comerciais islâmicos na costa oriental africana, com destaque para três importantes:

- **Sancul**, na baía Mokambo, mesmo a sul da Ilha de Moçambique, entre Lumbo e Mongincual;
- **Sangage**, no rio Metomode;
- e **Quitangonha**, que ocupava uma área da península de Matibane e o Norte da Ilha de Moçambique.

Com a presença portuguesa na baía de Sofala iniciou-se uma nova era que se caracterizou pelo permanente confronto entre estes estados e os portugueses. A relação entre estes dois povos não foi linear nem idêntica em todos os **xeicados** e **sultanatos**.

**Vocabulário**

**Xeicado**
Sistema de governo dirigido por um xeque, chefe de tribo árabe.

**Sultanato**
Sistema de governo dirigido por um sultão, título dado a certos príncipes maometanos, senhores poderosos e despóticos.

# 4 O PERÍODO DA DOMINAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE E O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Na unidade 4 do nosso manual de História vão abordar-se as temáticas relacionadas com a dominação colonial que terminam com as lutas de libertação nacional. A resistência dos moçambicanos, o nacionalismo económico do Estado Novo, os heróis da libertação nacional e a criação da FRELIMO serão alguns dos tópicos desenvolvidos nas próximas páginas.

## 4.1. Colonização e teorias de resistência

A colonização moderna em África teve lugar desde o século XV até metade do século XX e a Europa foi a sua promotora.

O desenvolvimento da **colonização** nas suas formas modernas resultou, em primeiro lugar, de um progresso das técnicas de navegação. Depois, quando se conheceu terras longínquas alcançáveis por mar, promoveu-se a indústria e o comércio. Por um lado, obtiveram-se as matérias-primas essenciais à indústria e, por outro, dinamizaram-se os mercados ao colocar os novos produtos manufacturados à venda.

Contudo, o fenómeno da colonização moderna, sobretudo a colonização de África e em especial a de Moçambique, está longe de ter sido pacífico, profícuo e consentido. Muitas vezes a colonização foi feita à força, sem efeitos positivos e contra a vontade dos autóctones.

**Vocabulário**

**Colonização**
Acto de colonizar (criar colónias; invadir; dominar). Ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar. Na Antiguidade Clássica Romana considerava-se a colónia uma propriedade de exploração agrícola rural. Mais tarde, a palavra colónia foi usada para designar um estabelecimento comercial ou agrícola localizado no estrangeiro.

### 4.1.1. As teorias de resistência segundo Terence O. Ranger

Desde há muito que se debate o fenómeno colonização. Para alguns estudiosos a colonização foi necessária para educar ou fazer evoluir as populações indígenas de modo a alcançarem o nível civilizacional dos povos ocidentais. Esta linha de pensamento serviu para justificar que a raça branca era moralmente superior às outras. Com isto, legitimava-se toda a acção agressiva e de humilhações contra as populações indígenas.

Outros estudiosos são contrários a essa interpretação. Terence Osborn Ranger é um desses intelectuais.

> *Colonizar é essencialmente tratar o negro. Esta é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece.*
>
> Frase proferida por Armindo Monteiro (ministro das Colónias do regime de Salazar)

[1] A opinião de um homem favorável à colonização de África.

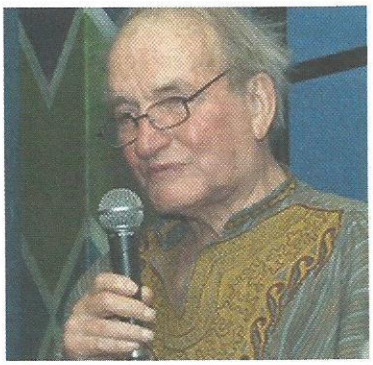
A teoria das resistências africanas do Professor Terence Ranger assenta nos seguintes três aspectos:

1. A resistência africana foi importante na luta contra a dominação estrangeira. Provou que os africanos **nunca se haviam conformado com a ocupação europeia**.
2. A resistência africana, longe de ser desesperada ou ilógica, foi muitas vezes **movida por interesses ideológicos racionais e inovadores**.
3. Os movimentos de resistência não foram insignificantes. Pelo contrário, tiveram **consequências sentidas até à actualidade**.

*Há mais de vinte anos, os movimentos de resistência eram tidos simplesmente como impasses que a nada levaram. Na última década, porém, temos vigorosamente defendido que, por todos os ângulos, esses movimentos se voltavam para o futuro. Do ponto de vista da soberania, pode-se afirmar que eles anteciparam sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano. Na medida em que são depositários de ideologias proféticas, pode-se considerar que tenham contribuído para novos agrupamentos em torno de ideias. Alguns trouxeram consigo o melhor da situação de povos revoltados. Outros instituíram lideranças alternativas, as oficialmente reconhecidas.*

Terence Ranger, 1991

[2] Alguns argumentam que os movimentos de resistência não eram significantes; Terence Ranger, pelo contrário, afirma que tiveram consequências importantes, em seu tempo e têm, ainda hoje, notável ressonância.



[3] Terence O. Ranger (1929) é um eminente historiador de África, sobretudo das resistências de África à colonização europeia. Actualmente é professor emérito da Universidade de Oxford, Inglaterra.

Segundo o professor Terence Ranger, as resistências africanas, ainda que com diferenças pontuais, foram no essencial semelhantes. Foram inconformadas com os europeus, foram inovadoras e consequentes.

**Exercitando competências**

1. Analise o documento [3] e refira quem é Terence O. Ranger.
2. Qual é o seu objecto de estudo?
3. As resistências africanas foram conformadas e pouco criativas. Concorda com esta afirmação? Justifique tendo por base os três pontos da teoria de Terence O. Ranger na fonte [2].

## 4.1.2. A importância e consequências das resistências

Na realidade, o que movia as lideranças africanas a lutarem contra a presença europeia? Porque era importante resistir à colonização europeia?

Na essência as resistências eram a luta pela defesa da **soberania**, a protecção da própria cultura, do direito de se autogovernar e da defesa da religião.

A colonização, ao atacar a soberania e a autonomia dos povos africanos, teve várias consequências. Os povos autóctones consideravam os europeus invasores e povos profanos da governação. Esse sentimento de **desconfiança e descrédito** ajudou a fomentar as resistências. As resistências africanas, ao nunca terem sido sossegadas nem suplantadas, possibilitaram a **emergência dos movimentos de libertação nacional** no século XX.

*Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razões para vos obedecer. Preferia morrer. Não caio a vossos pés pois sois uma criatura de Deus como eu (...).*

*Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar.*

Chefe Yao Matchemba, 1880, *in* Godfrey N. Uzoigwe, *Partilha europeia e conquista da África*, p. 72

[4] Resposta do chefe Yao Matchemba ao comandante alemão Herman Von Wissmam em 1880.

*Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país, as companhias estão em acção (...).*

*É preciso que o meu país também adopte reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las (...). Também gostaria de ver boas estradas e boas linhas férreas (...). Mas meus antepassados eram makombe e makombe quero continuar a ser.*

Makombe Hanga, *in* Godfrey N. Uzoigwe, *Partilha europeia e conquista da África*, p. 73

[5] Resposta do Makombe Hanga, chefe dos Barué, a um visitante branco ao seu território.

## Exercitando competências

1. Relacione os documentos [4 e 5] e diga o que entende por colonização?
2. Walter Rodney analisa a questão da soberania das nações africanas no período da resistência à ocupação. Leia o documento e apresente as principais ideias do impacto do colonialismo.

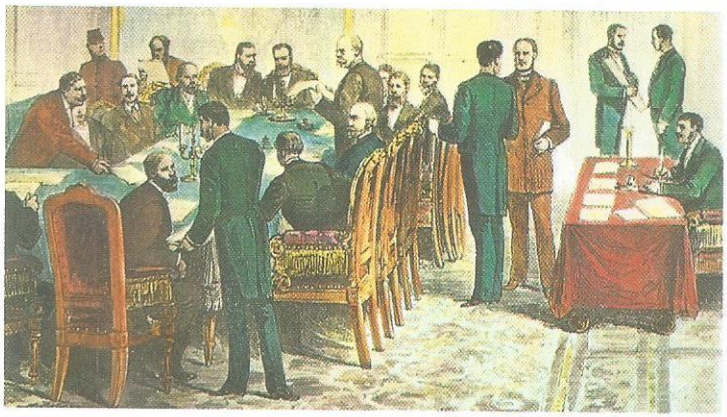
*O carácter determinante do breve período colonial resulta principalmente do facto de África ter sido despojada do seu poder. Até mesmo esse pequeno controlo dos negócios internos se perdeu sob o colonialismo. O poder de agir com toda a independência e a garantia de uma participação activa e consciente na história. Ser colonizado é ser excluído da história. De um dia para outro os estados políticos africanos perderam o poder, a independência e a razão de ser.*

Walter Rodney, *in* Godfrey N. Uzoigwe, *Partilha europeia e conquista da África*, p. 72

## 4.2. O colonialismo português em Moçambique, de 1890-1930

Após a Conferência de Berlim, realizada em 1885, surgiram novas regras de relacionamento entre as potências europeias e os territórios colonizados. Portugal, a potência europeia, e Moçambique, o território colonizado, sofreram por isso uma mudança de relacionamento.

Houve a delimitação de fronteiras, a ocupação militar, a montagem do aparelho administrativo do Estado colonial e o estabelecimento de um sistema económico colonial.



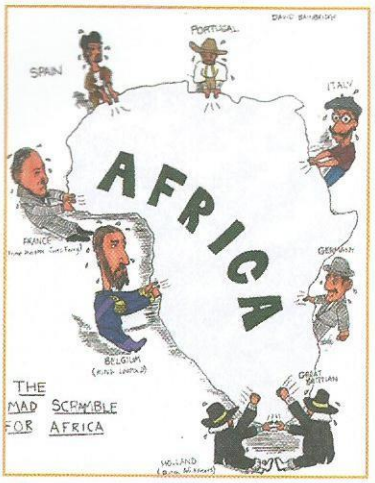
[6] Conferência de Berlim, 1885, convocada por Bismarck para definir a colonização e ocupação efectiva de África por parte dos impérios.

### A 2.ª corrida a África (revisão)

No século XIX, verificou-se o aumento da produção industrial, resultado do uso crescente de máquinas modernas na indústria. Países como a Inglaterra, primeiro, e depois a França, a Bélgica, a Alemanha, os Estados Unidos da América e o Japão, desenvolveram-se graças à Revolução Industrial e à acumulação de capitais. O aumento da produção permitiu a descida dos custos e o consequente aumento dos lucros. Os industriais que acumulavam esses lucros tinham, por isso, capital para poder investir. África surgiu como uma boa hipótese de investimento.

Com o desenvolvimento cada vez maior das indústrias, crescia a necessidade de obtenção de matérias-primas. De modo a facilitar uma ininterrupta produção industrial, esses capitalistas começaram a investir em África, onde iam buscar **matérias-primas**, mas também podiam lá **escoar os seus excedentes industriais**.

Assim, em plena Revolução Industrial, verificou-se uma corrida a África, às suas riquezas naturais e aos seus mercados. Portugal não tinha tanto capital como as demais potências, mas também foi protagonista nesta corrida. E dirigiu-se logo para as suas colónias, das quais se destacaram Angola e Moçambique.




[7] A corrida a África foi retratada de forma cómica neste *cartoon*. No fundo, todos queriam o seu "bocado" de África.

**Exercitando competências**

1. Observe a imagem [7] e explique porque correram os europeus para África.
2. Quem se dirigiu para Moçambique?

## As viagens de exploração

Com a evolução capitalista resultante da grande revolução industrial na Europa, tornou-se inevitável a divisão de África entre as grandes potências coloniais e imperialistas. A expansão e a anexação de territórios em África foram, regra geral, **precedidas da realização de viagens de reconhecimento ou de exploração** efectuadas por aventureiros e missionários europeus, sob o patrocínio de organizações científicas e filantrópicas.

Na zona do actual território de Moçambique destacaram-se alguns viajantes e aventureiros: David Livingstone, Stanley e Silva Porto.



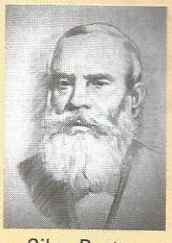
David Livingstone

– o missionário inglês **David Livingstone** que, entre 1840 e 1873, em sucessivas viagens, deslocou-se ao longo do curso do rio Zambeze, no lago Niassa e na região de Tanganhica, atingindo as nascentes do rio Zaire.



Stanley

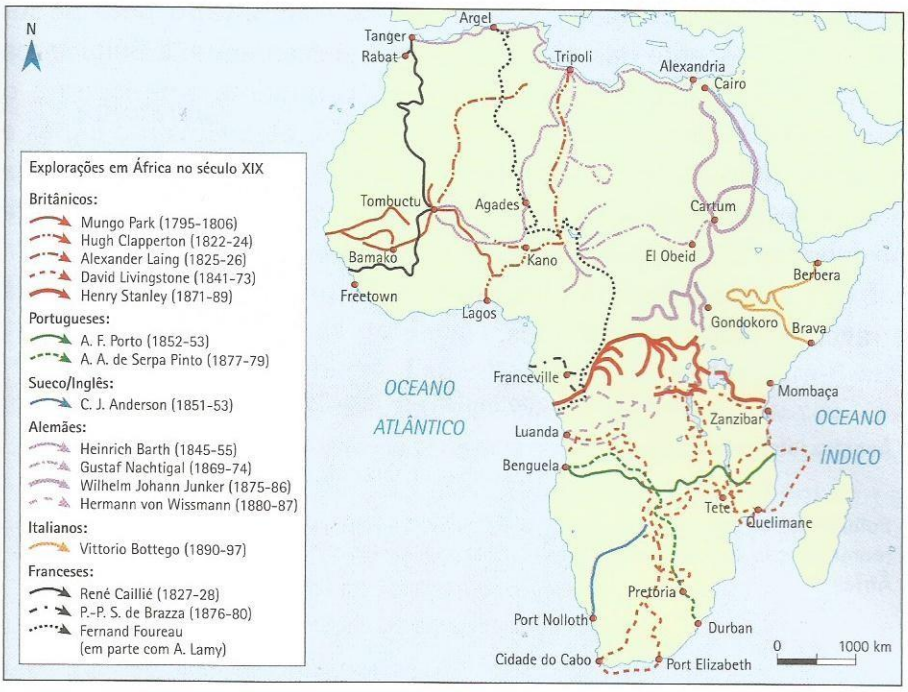
– **Stanley** que em 1871 saiu de Zanzibar em direcção ao lago Tanganhica à procura de Livingstone;
– atravessou a África Equatorial, da Costa Oriental – Zanzibar à Costa Ocidental – até à foz do Zaire, entre 1875-1877.



Silva Porto

– António Francisco Ferreira da **Silva Porto** (Porto, 24 de Agosto de 1817 – Quito, 2 de Abril de 1890) foi um comerciante e explorador português que se notabilizou no interior de África. Parece ter sido o primeiro a fazer a ligação entre o Alto Zambeze e Angola, entre 1852-53.

Depois de Silva Porto, destacaram-se dois aventureiros portugueses em território moçambicano. Graças ao êxito da expedição de 1877 (Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto exploraram as bacias do Zaire e do Zambeze), **Brito Capelo e Roberto Ivens** foram nomeados para uma segunda viagem, cujo objectivo era encontrar uma via de comunicação entre Angola e Moçambique. Assim, estes exploradores saindo de Moçâmedes atravessaram o continente na zona austral e chegaram a Quelimane sete meses depois.




[8] Mapa de África com as principais expedições de descoberta. Atente-se no território moçambicano, onde Livingstone, Stanley e Silva Porto estiveram à descoberta, ao serviço das potências europeias.

Estas viagens de exploração começaram a interessar a muitas associações que eram designadas por científicas e filantrópicas, criadas com o objectivo de promover a exploração e conhecimento da civilização africana. Destas, o destaque vai para a que se centrou no estudo do território moçambicano, a **Sociedade de Geografia de Lisboa**, criada em 1875.

### Exercitando competências

1. Qual era a função das sociedades geográficas? Indique o nome de uma que se tenha dedicado ao estudo de Moçambique.
2. Observe o mapa [8] e indique o nome de um explorador inglês e de um português que tenham contribuído para o conhecimento geográfico de Moçambique.
3. O colonialismo português em Moçambique teve um grande desenvolvimento com o espírito aventureiro de alguns homens. Concorda com esta frase? Justifique, evidenciando o papel dos exploradores na colonização de Moçambique.

## A Conferência de Berlim (1884-1885)

### – Antecedentes da Conferência

O domínio industrial e comercial por parte da Inglaterra no

### 4.2.1. O papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique

Portugal foi desde sempre um país com baixa demografia. Sempre foi manifesta a dificuldade em povoar as terras conquistadas. E, depois da Conferência de Berlim, na qual Portugal se obrigou a ocupar efectivamente Moçambique, esse problema agudizou-se.

A presença portuguesa em Moçambique, antes da Conferência, por volta de 1870, limitava-se ao vale do Baixo Zambeze e a uns poucos povoados costeiros. Os chefes locais, isto é, os xeques swahili, os reis africanos e os senhores dos prazos independentes exerciam o poder político nas suas áreas administrativas com pouca preocupação pela presença da soberania portuguesa na região.

A situação alterou-se depois de realizada a Conferência de Berlim de 1884-1885. Portugal teve de tomar medidas urgentes que lhe garantissem o cumprimento do aprovado na Conferência, caso contrário poderia perder as suas terras.

Segundo as deliberações de Berlim, Portugal:

- devia, em primeiro lugar, **penetrar** nas áreas reclamadas;
- e, em segundo lugar, devia promover um **desenvolvimento económico** concreto nos territórios coloniais.

Para fazer face a este grande desafio, a política **imperialista** portuguesa assumiu dois aspectos:

1 – devia continuar com as acções conducentes a concretizar a ocupação efectiva através de **expedições militares** contra os reinos africanos, estados militares e prazos;

2 – tinha de continuar com programas de **desenvolvimento económico** da colónia de Moçambique.

Para Portugal, esta tarefa representou um grande problema devido à situação financeira que vivia. O Estado português em 1891 declarou a **bancarrota**, o que o inviabilizava de fazer quaisquer investimentos.

Como forma de atrair investimentos de capitais para o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e levar a cabo um desenvolvimento de uma agricultura de plantação, Portugal teve de conceder **2/3 do território moçambicano a vários capitalistas e às companhias de exploração**. Esta foi a única forma encontrada por Portugal para promover a exploração e a administração do território de Moçambique.

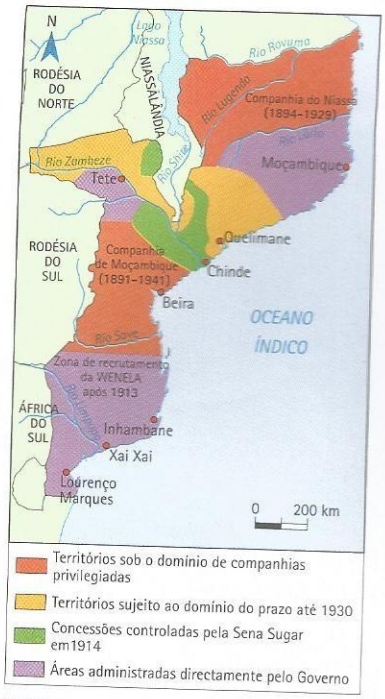
Sob o controlo directo do Estado só ficaram a actual província de Nampula e o Sul do rio Save, parte de Tete e da Zambézia. A exploração económica destas zonas de Moçambique consistiu na **exportação de mão-de-obra para as minas** da África do Sul, sobretudo do Transvaal.

**Vocabulário**

**Imperialista**
Referente ao imperialismo.

**Imperialismo**
Forma de política exercida por um Estado com o objectivo de se expandir, através de aquisição territorial ou do domínio económico, político e social sobre outros estados; tendência para dominar.

**Bancarrota**
Situação de uma empresa ou Estado que, por não ter capacidade para pagar as suas dívidas e para cumprir as obrigações contraídas, deixa de ser viável financeiramente; falência.




[12] A penetração imperialista de Portugal em Moçambique: as grandes companhias e o Estado português na exploração económica de Moçambique.

*Após 1890, para valorizar as economias coloniais, assim como para aliviar a crise económica que Portugal vivia, o Governo legislou uma série de medidas políticas: tarifas proteccionistas; o estabelecimento de companhias majestáticas; a definição da política de concessão de terras; a introdução do sistema exclusivo pelo qual o monopólio de produção e de mercado eram concedidos a certas indústrias que se estabeleceram nas colónias e desenvolvimento de uma política de trabalho colonial.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 159

[13] As medidas políticas portuguesas para encetar a exploração imperialista em Moçambique.

**Exercitando competências**

1. A ocupação efectiva de Moçambique processou-se de duas formas, a via militar e a via económica. Qual era o rácio de território que ficou sob exploração de capitais estrangeiros?
2. Os territórios ocupados pelo Estado português eram explorados de que forma?
3. Analise o mapa [12] e responda, de forma fundamentada, se Portugal seria capaz de, de forma isolada e independente, ocupar efectivamente Moçambique e cumprir as deliberações da Conferência de 1884-85.

## 4.2.2. A corrida imperialista e a delimitação das fronteiras de Moçambique

Depois da Conferência de Berlim, 1884-85, Portugal teve de ocupar efectivamente as suas colónias, entre elas Moçambique. A corrida imperialista a Moçambique pressupôs campanhas militares e também a delimitação das fronteiras.

### 4.2.2.1. As campanhas militares e a ocupação de Moçambique

Desde 1875, e principalmente após 1885, até 1920 foi um período de expedições militares designadas por **campanhas de pacificação**, de **ocupação do território**, bem como de instalação do **aparelho do Estado** colonial. Este processo foi lento, violento e durou mais de duas décadas.

Contudo, as populações moçambicanas resistiram pela defesa da sua soberania, independência e valores culturais. A **resistência** dos moçambicanos assumiu várias formas: o confronto directo, a aliança ou a diplomacia.

Mesmo com várias populações a resistirem e outras a encontrarem a paz por via da diplomacia e dos acordos, registaram-se batalhas e guerrilhas sérias e cruéis entre os povos de Moçambique e os portugueses.

No final, os portugueses acabaram por vencer, fruto das seguintes razões:

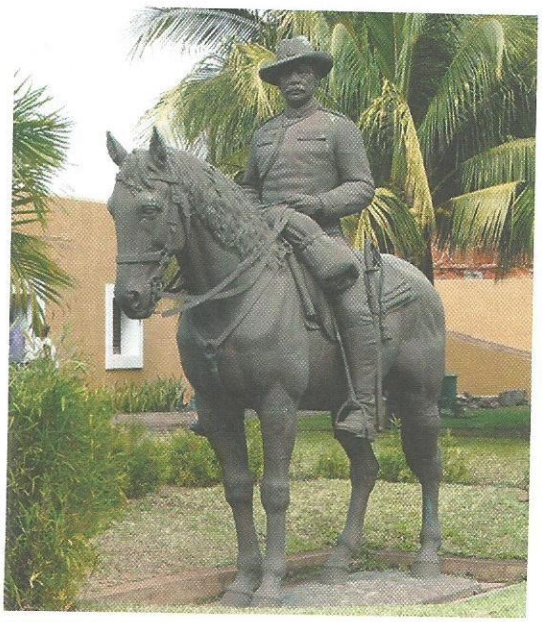
- as intrigas, os conflitos e as clivagens entre diferentes reinos e estados moçambicanos favoreceram os portugueses que falavam a uma só voz;
- o exército português tinha armamento tecnologicamente mais avançado, sobretudo a partir de 1895;
- o exército português tinha recursos financeiros e alianças com outros povos que lhe permitiam recrutar colaboradores para as missões militares em Moçambique (tropas de Angola, Inhambane, Lourenço Marques e Norte de Moçambique, e ainda o reforço de trinta mil soldados Nguni, além do auxílio da Rodésia e Niassalândia).



[14] A espingarda de repetição Kropatcheck, comprada pelos portugueses aos austríacos, terá sido uma das mais-valias no campo de batalha. Era um engenho mortífero, adaptado ao uso no hemisfério sul e era o topo das armas de guerra de então. Crê-se que era esta a arma de fogo usada pelo regimento de cavalaria de Mouzinho de Albuquerque aquando da prisão de Gungunhana.

No meio de campanhas de pacificação sangrentas, convém destacar **a resistência dos Namarrais**. Apesar da grande ofensiva de Mouzinho de Albuquerque em 1896, os Namarrais só seriam vencidos em 1913. Os **prazos** também tiveram a mesma bravura e foram igualmente difíceis de vencer. Massingir sucumbiu em 1897, Gorongosa em 1897, Maganja da Costa em 1898 e Macanga em 1902.

Outro bravo Estado era o **Estado de Gaza**. Este foi destruído completamente entre 1895 e 1897, quando o guerreiro Maguiguane, general do exército Nguni e fiel de Gungunhana, foi morto pelas tropas portuguesas. Marcava o fim da resistência no Sul de Moçambique. A partir desta data o Sul de Moçambique deixou de ser um problema militar.



[15] Estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque, em Maputo.



[16] Alto-relevo representando a queda do Estado de Gaza e a prisão de Gungunhana, Museu Militar de Moçambique, Maputo.



[17] Alto-relevo representando Mouzinho de Albuquerque e o seu exército em acção, Museu Militar de Moçambique, Maputo.

**Detalhes de algumas campanhas militares em Moçambique**

| Território | Descrição |
|---|---|
| No Norte de Moçambique | – sofreram uma forte resistência dos quatro estados islâmicos da costa: Sancul, Sangage, Quitangonha e Angoche (local que constituiu o principal centro de resistência);<br>– conflitos violentos com reinos Macua;<br>– a resistência das populações do planalto dos Macondes; depois da 1.ª Guerra Mundial, sofreu um revés devido à acção da Companhia do Niassa (na sua campanha de imposição da sua autoridade começou a prender alguns chefes locais macondes);<br>– a resistência dos Macondes em 1920 foi aparentemente o último foco da resistência em Moçambique. |
| O território de Lourenço Marques até ao Pungué | – *Onde os negros manobram à ordem de Manicusse ou de alguns dos seus sucessores.** <br>– ocupação realizada nos sertões de Lourenço Marques, Inhambane e Sofala, zona que estava sob o controlo de Manicusse. |
| O território formado pelo vale do Zambeze e terras limítrofes | – *Onde a luta se dá à volta de povoações fortificadas, as aringas, onde os indígenas se refugiam, tomando as operações a forma de guerra de cerco.** <br>– a situação na região do **vale do Zambeze** era muito complexa pois havia uma variedade de etnias, sistemas políticos, regimes económicos, constituído por estados africanos mais ou menos independentes ou mesmo conquistados (Bárué, Manica, Monomotapa, etc.), os prazos e as feitorias-fortalezas portuguesas (Quelimane, Sena, Tete);<br>– a submissão da região da Zambézia foi muito difícil para Portugal, apesar de ter empreendido numerosos combates, mas sem sucesso;<br>– as formações políticas locais que mais problemas causaram a Portugal foram Barué e Maganja da Costa;<br>– até 1902, Barué foi um Estado poderoso com uma grande capacidade militar. Em Julho do mesmo ano, as forças portuguesas com mais de dois mil homens invadiram o reino, mas após uma forte resistência são subjugados em parte devido à superioridade militar portuguesa; contudo, a resistência continuou até 1917, até que Barué é completamente derrotado. |

* Fonte: Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, pp. 159-160

## Exercitando competências

1. Interprete a tabela acima e pondere se os povos de Moçambique resistiram todos da mesma forma face à invasão portuguesa.
2. Indique os motivos da vitória final das tropas portuguesas.
3. Destaque a acção de resistência de pelo menos dois povos moçambicanos face ao invasor. Explique a acção desses povos e relacione-a com o conceito de bravura.

### 4.2.2.2. A delimitação das fronteiras moçambicanas

Com a necessidade de aplicar o princípio da **ocupação efectiva do território**, a delimitação de fronteiras tornou-se uma questão de legitimação por parte de Portugal sobre a posse dos territórios em África, depois da Conferência de Berlim de 1884-85. E assim começou o início de uma verdadeira **corrida para África**, neste caso específico para Moçambique.

As expedições ou **viagens de exploração** realizadas por geógrafos e aventureiros ao serviço de Portugal a partir de 1888 tinham como um dos objectivos alargar o território português e suas zonas de influência para o interior de Moçambique. Ao alargar o território moçambicano, as suas fronteiras foram necessariamente alteradas. No entanto, a delimitação das fronteiras não foi uma questão linear nem simples.

A fronteira sul de Moçambique ficou resolvida em 1872, quando Portugal e a Inglaterra concordaram em enviar à arbitragem do Presidente da República Francesa a questão da posse de Lourenço Marques.



A fronteira entre **Moçambique e a Suazilândia** foi delimitada em 1888, tendo a comissão formada chegado a um acordo com relativa

## 4.2.3. As resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique

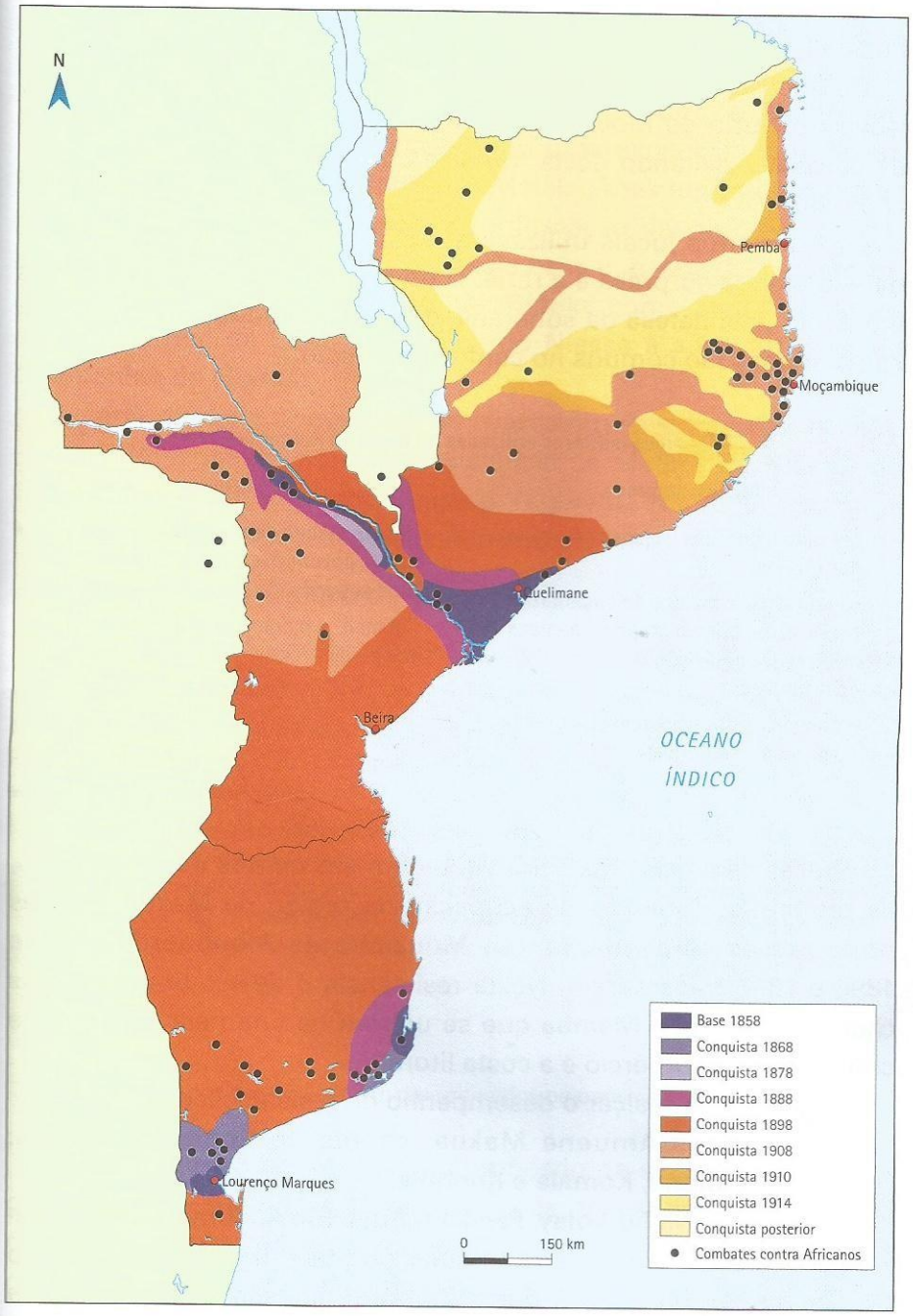
Os portugueses a partir de 1895, dez anos depois da Conferência de Berlim e em resposta ao princípio de ocupação efectiva, iniciaram as **campanhas de pacificação** em todo o território de Moçambique. O processo de ocupação de África não foi fácil. Os bravos povos africanos resistiram e os moçambicanos não foram excepção.

Contudo, convém distinguir as várias resistências registadas em Moçambique.

**Vocabulário**

**Campanhas de conquista e pacificação**

Nome dado por António Enes às violentas incursões militares sobre as colónias portuguesas, desde as últimas décadas do século XIX até aos anos 20-30 do século XX.




*Na realidade, sempre houve uma resistência através de toda a África negra. E mesmo quando a ordem parecia reinar oficialmente prosseguia a resistência sob outras formas.*

Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p. 98

[21] Sempre houve resistência ao colonialismo e ocupação de África.



[22] António Enes, ministro da Marinha e do Ultramar de Portugal, responsável político pelas campanhas de pacificação.

[23] Mapa de Moçambique sobre a progressão e conquista colonial – 1858-1918 – traçados aproximados. Fonte: René Péllissier

## – Resistências no Norte de Moçambique

As resistências no Norte de Moçambique foram fortes e violentas, mas acabaram por ser vencidas, quer por confrontos, quer por alianças com chefes locais.

No Norte de Moçambique, as campanhas de ocupação militar portuguesas começaram nas possessões costeiras: **Ilha de Moçambique, Mossuril e a ilha do Ibo**.

Os portugueses até 1864 detinham alguma vantagem em relação ao controlo do comércio de escravos na região, resultado de uma série de campanhas bem-sucedidas lançadas contra os reinos africanos da costa.

Os guerreiros locais, juntamente com a grande maioria da população do Norte de Moçambique, usavam a **guerrilha como técnica de combate**, evitando desta forma o confronto directo com o exército rival.

*Os guerreiros locais utilizavam duas técnicas militares de combate, o ataque-surpresa e a razia. O objectivo do uso destas técnicas era a luta pela defesa da soberania dos seus estados e evitar as baixas humanas tão comuns no confronto directo.*

| Técnicas militares utilizadas no Norte de Moçambique | |
|---|---|
| ***Ataque-surpresa*** | ***Razia*** |
| – era feito a pessoas isoladas ou pequenos grupos;<br>– executado por bandos de caçadores de escravos ou por um grupo de homens jovens para aquisição de esposas, gado ou alimentos;<br>– esta técnica era conhecida pelo termo "wita", em makua-lomue. | – era um ataque devastador a uma ou várias povoações, onde se voltava por uma segunda vez para fazer a pilhagem;<br>– "otiman" é o nome local para esta acção guerreira. |

Fonte: *História de Moçambique*

Apesar de haver uma certa **vantagem em termos de armamento**, as primeiras tentativas de ocupação da região de Makuana pelos portugueses comandados por Mouzinho de Albuquerque, entre 1896 e 1897, fracassaram. Nesta resistência o destaque vai para os chefes de **Moma e Memba** que se uniram na luta pela soberania e controlaram o comércio e a costa litoral.

Também é de realçar o desempenho de resistência de:

– os grandes Amuene Makua, chefes de linhagem Makua: **Mocutu-munu, Komala e Kuphula**;

– os xeques **Molid-Volay, Farelahi, Suali Bin Ali Ibraimo**, que levaram a cabo uma guerra popular que teve uma grande adesão do povo, devido em parte à grande coesão que a estrutura

social e ideológica de linhagem dava a essas uniões guerreiras, estabelecidas em resultado das alianças **clânicas**.

Apesar das lutas locais, os portugueses obtiveram resultados positivos contra as resistências também porque conseguiram alguma **colaboração de alguns chefes tradicionais** que estavam em conflito com os estados esclavagistas da costa. Em 1905, graças ao novo plano de ocupação militar, muitas unidades políticas foram destruídas (reinos afro-islamizados e **chefaturas** locais).

No processo de ocupação militar de Cabo Delgado e Niassa, os portugueses primeiro tentaram obter alguma aliança com os chefes locais através de **tratados de vassalagem**; a finalidade destes tratados era permitir a reivindicação a nível da diplomacia internacional do Norte de Moçambique como território português. Assim, em 1890, os portugueses tentaram montar uma expedição cujo objectivo era instalarem-se nas terras de Mataka, mas foram derrotados. Apesar da derrota, foi possível a confirmação das fronteiras norte como possessão portuguesa. Foi nesta base que, em 1891, os portugueses, considerando as terras de Mataka como suas, fizeram a entrega formal de Cabo Delgado e do Niassa à administração da **Companhia do Niassa**.

A partir daí foi a Companhia do Niassa que levou a cabo as campanhas de ocupação contra a resistência de Mataka no Niassa, de Mwaliya no Meto, em Cabo Delgado, região de Namuno, Balama e Montepuez, resistência dos Macondes no planalto.

**Vocabulário**

**Clânicas**

Conjunto de famílias com um antepassado comum, que se sentem solidarizadas por esse vínculo. Em quantidade de membros é superior à família alargada e inferior à tribo.

**Chefatura**

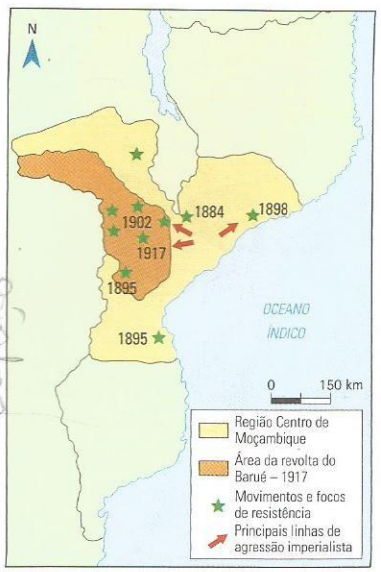
Pequena unidade territorial centralizada no chefe local, elemento da linhagem dominante. A indigitação pode ser feita por eleições ou nomeação directa. O chefe que dirige a chefatura tem autoridade sagrada e amplos poderes políticos, económicos, religiosos e até sexuais. Pode-se dizer também "chefado".

## – Resistências no Centro de Moçambique

No Centro de Moçambique, depois de uma **longa e dura resistência dos chefes locais**, as forças militares portuguesas puderam finalmente dominar os senhores dos Prazos.

*Se considerarmos a longa e contínua história da resistência pelas sociedades moçambicanas à ocupação efectiva portuguesa, a resistência dos senhores dos estados do vale do Zambeze pode ser globalmente interpretada como uma recusa frontal ao intruso colonizador, em defesa de uma soberania que esse intruso pretendia negar e pôr fim pela força das armas.*

*História de Moçambique*, vol. I, p. 261




[24] Os senhores dos prazos estavam determinados na oposição aos invasores.

**Barué** surgiu como um Estado fortificado na sequência da desagregação do Estado dos Mwenemutapas, tornando-se um Estado poderoso e fortemente armado. Resistiu às invasões Nguni e

Notabilizou-se na actividade de resistência anticolonial. Porém, o seu ponto fraco eram as constantes e sucessivas crises de sucessão. Entre 1870 e 1892, Barué esteve sob o controlo de Gouveia, chefe do Estado de Gorongosa.

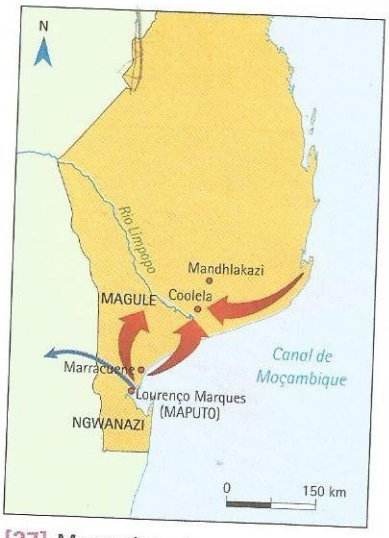
A razão que ditou o fim da independência do Estado de Barué em 1902 foi o ataque perpetrado pelos portugueses com vista à eliminação da mesma. O Barué representava uma séria ameaça aos interesses portugueses na região, dado o apoio e o incitamento das formações sociais vizinhas na luta contra o avanço das forças coloniais. Tais estados eram o Torwa, o Sena, o Gorongosa e o Mburumatsenga.

No Centro de Moçambique, destacaram-se ainda vários líderes na resistência à ocupação colonial, nomeadamente: Macombe, Hanga, Macossa, Mbuya, Nongue-Nongue, Cadendere, Mataca.

*O exemplo da rebelião dos Barué constitui uma perigosa ameaça, dado que as vastas populações que residiam no território da companhia de Moçambique mal respeitavam o prestígio do Governo português e não têm receio do seu fraco exército. Dia a dia, a população indígena torna-se mais renitente no pagamento dos impostos e no fornecimento do trabalho forçado, considerando a situação dos Barué muito mais indesejável.*

*Extracto da Acta da Sessão do Com. Adm. de 17-09-1901,* A.H.M., *in História de Moçambique*

[26] A resistência dos Barué.




[27] Mapa dos ataques portugueses ao Estado de Gaza.

## – Resistências no Sul de Moçambique

No sul do território de Moçambique a autoridade portuguesa só se tornou efectiva após a derrota do **Estado de Gaza entre 1894--1897**, culminando com a prisão do rei Gungunhana e dos seus colaboradores.

Numa primeira fase, António Enes tentou enfrentar os Vátua do imperador Gungunhana pela diplomacia política e económica. Gungunhana e o seu antecessor Muzila tinham firmado contratos com a British South Africa Company e também com a metrópole de Portugal. Mas anos depois foi a força das armas que levou ao início do fim de Gaza.

A 2 de Fevereiro de 1895, deu-se a **batalha de Marracuene**, onde os chefes locais se insurgiram contra os portugueses. Depois da derrota dos chefes locais, estes refugiaram-se nas terras de Gungunhana. Quando o imperador, o ***Leão de Gaza*** como era chamado pelos militares portugueses, se recusou a entregar os seus chefes, os portugueses avançaram sobre as suas terras.

| Cronologia da resistência de Gaza, Sul de Moçambique | |
|---|---|
| **Data** | **Acontecimento** |
| 1895 | – batalha de Marracuene |
| 8 de Setembro de 1895 | – batalha em Magul, onde estava refugiado o chefe Nuamantibjana |
| Outubro de 1895 | – esquadrilha portuguesa entra no vale do Limpopo e submete Xai-Xai |
| 7 de Novembro de 1895 | – batalha de Coolela |
| 28 de Dezembro de 1895 | – Gungunhana é capturado por Mouzinho de Albuquerque em Chaimite |

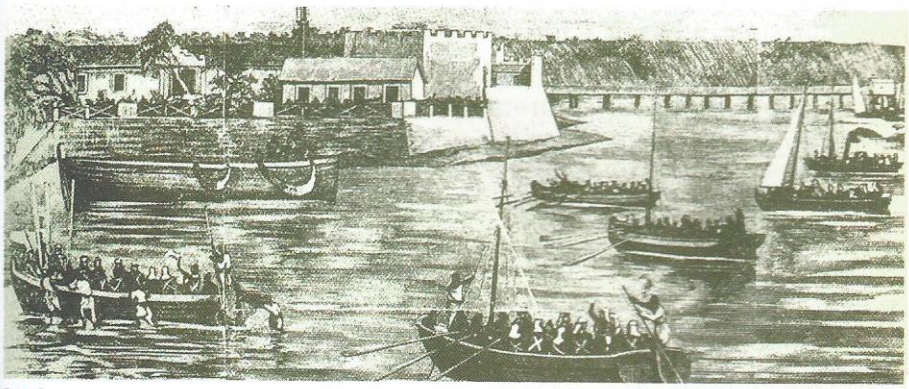


[28] A elite do Estado de Gaza. Da esquerda para a direita: Gungunhana, seu filho Godide, Molungo e Zixaxa, em 1899. Este último foi um dos líderes que lutaram contra os portugueses.

### Exercitando competências

1. Portugal depois da Conferência de Berlim levou a cabo um processo de ocupação efectiva no Norte de Moçambique. Aponte algumas acções de conquista militar portuguesa no Norte de Moçambique.
2. Identifique as razões do fracasso da resistência dos estados e reinos da Região Norte de Moçambique.
3. Mencione a grande causa que ditou o fim do Estado de Barué.
4. Elabore uma tabela-resumo das resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique contra a conquista militar portuguesa. Deve apontar nomes dos principais resistentes, datas e acontecimentos relevantes, causas do insucesso, etc.

## 4.2.4. A montagem do Estado Colonial



[29] António Enes com a sua comitiva a desembarcar em Lourenço Marques. Gravura de época, 1894. Com António Enes chegaram também outros funcionários ao serviço de Lisboa, como Aires d'Ornelas.

A montagem do Estado colonial em Moçambique não foi simples nem linear. No início debateu-se com resistências e depois surgiram problemas de ordem administrativa e económica. António Enes e Aires d'Ornelas são duas das figuras que mais contribuíram para a montagem deste aparelho de Estado. Contudo, a montagem do

Estado colonial não foi alheia à queda da monarquia e ao início do Estado Novo em Portugal.

A primeira reforma administrativa de Moçambique veio de **António Enes** enviado como **comissário** régio para Moçambique. A sua tarefa era tornar efectiva a ocupação portuguesa e a autoridade em todo o espaço territorial de Moçambique. Enes defendia a necessidade de mudanças no sistema de administração colonial no território, apoiando-se na proposta de descentralização.

**Vocabulário**

**Comissário**

Membro de uma comissão, pessoa que exerce temporariamente funções especiais de administração ou organização de um território. O comissário régio era nomeado pelo monarca e actuava em nome dele.

*É em Moçambique que Moçambique deve ser governado.*

António Enes

[30] A opinião de Enes sobre a chave de sucesso para governar Moçambique.

## – Descentralização, leis do trabalho forçado e do regime de trabalho contratado

Para Enes os concelhos deviam ser substituídos por circunscrições civis ou **comandos militares**, mas apenas nas zonas onde ainda se registavam focos de resistência.

Havia uma necessidade crescente de encontrar uma forma de tirar o maior proveito possível dos recursos existentes na colónia. Para isso, foi necessário que as autoridades portuguesas locais tivessem amplos poderes para impor a autoridade e a lei aos nativos, isto é, estabelecer a administração efectiva. E ainda criar mecanismos para o aproveitamento dos organismos políticos tradicionais locais, para impor a força do chefe local africano e a obrigação geral do pagamento de impostos, criando leis do trabalho forçado e do regime de trabalho contratado. A Lei do Trabalho concebida por António Enes foi o primeiro passo para a unificação administrativa colonial.

*Os comissários eram dotados de poderes até essa data apenas detidos pelo poder executivo.*

[31] A importância da função dos comissários régios.

Foi no final do século XIX, no âmbito das chamadas campanhas de pacificação, que se definiram duas figuras fundamentais na montagem do aparelho de Estado colonial. Foram instituídos os **comissários régios** e as **companhias majestáticas**, ambos detentores de amplos poderes.




[32] Aires d'Ornelas, militar e político português, destacou-se nas batalhas contra as resistências no Sul de Moçambique, sobretudo em Marracuene e Coolela. Pormenor do anverso da nota de cem escudos do Banco Ultramarino.

## – A reorganização administrativa de 1907

A reorganização administrativa de 1907 de Aires d'Ornelas, um dos grandes obreiros da administração colonial em Moçambique, apresentou novas propostas que sugeriam, entre outras coisas, a ampliação dos poderes do governador, embora com alguns limites. E deliberou um novo dispositivo legal com uma nova estrutura administrativa.

| A nova estrutura administrativa promovida por Aires d'Ornelas | |
|---|---|
| **Província** divide-se em cinco **distritos**: | – Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique;<br>– com sistema de administração das populações indígenas. |
| **Concelhos:** | – divididos em freguesias, nas zonas pacíficas;<br>– distritos militares, nas zonas com resistência. |

As **circunscrições** eram dirigidas por um administrador colonial português. Estas formas de administração constituíam as **unidades administrativas rurais fundamentais** e impostas em áreas habitadas por populações africanas.

Estas áreas eram divididas em **postos**, sob controlo de um chefe de posto português, o funcionário administrativo mais próximo da população rural. Este chefe de posto controlava através de chefes africanos, os **régulos**. O régulo tinha funções ambíguas. Por um lado, estava do lado e a proteger o seu povo, mas por outro tinha de prestar contas à metrópole.

As funções dos régulos eram essencialmente:

- colectar os impostos;
- controlar o processo de recrutamento da força de trabalho para as plantações;
- dirigir o trabalho de **chibalo**;
- manter as vias de comunicação;
- julgar os casos de pequena instância (milandos);
- proteger o seu povo;
- assegurar o controlo da produção agrícola.

**Vocabulário**

**Circunscrição**
Limite da extensão de um corpo ou de uma superfície; linha que limita uma área por todos os lados.

**Chibalo**
É o trabalho obrigatório para fins públicos como a construção de estradas e obras públicas, trabalhos nas fazendas e propriedades dos colonos, usado como trabalho forçado para o pagamento de impostos cobrados aos africanos.

## – Outros contributos para a montagem do aparelho de Estado colonial

Todo o sistema administrativo criado tinha bem marcada a divisão entre negros e brancos. Lourenço Marques ganhou nesta reforma administrativa o estatuto de **capital da província** da colónia de Moçambique.

No processo da montagem do Estado colonial, criou-se uma **secretaria para os assuntos nativos** que se especializou na inventariação e catalogação da mão-de-obra para fora e dentro do território de Moçambique.

Foi introduzida a **carreira administrativa sistemática** pela qual foram atribuídos amplos poderes aos governadores. No entanto, esses governadores precisavam de ter um conhecimento dos usos e costumes indígenas e a prática de serviço no interior do território. Isto é, os governadores tinham de conhecer em profundidade Moçambique, as suas gentes e os seus costumes.

**Vocabulário**

**Intendência**
Administração de um serviço público ou grande estabelecimento.

Foi criada em 1902 a **Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração**, cuja função era a coordenação de todos os assuntos relacionados com os indígenas. Algumas funções desta intendência:

- a inventariação da mão-de-obra;
- julgar e punir todos aqueles que fugissem do trabalho;
- fazer a gestão da força de trabalho;
- administrar a justiça, etc.

Houve um grande esforço por parte das autoridades administrativas coloniais de legislar um conjunto de regulamentos laborais destinados aos negros, naquilo que chamavam "a obrigação moral e legal dos nativos trabalharem". Foram **os códigos de trabalho de 1890, 1899, 1911, 1914 e 1920**.

O Estado colonial também organizou metodicamente os seus **aparelhos repressivos** na administração, no exército, na polícia, nos tribunais e nas prisões. A função destes aparelhos repressivos da administração colonial era garantir, pela violência, a disponibilidade da força de trabalho através de recenseamentos, impostos, etc.

### – A República em Portugal e o Estado Novo e as suas implicações no aparelho de Estado colonial

Com o fim da monarquia constitucional em Portugal, em 1910, foi implantado o regime republicano. A nova **Constituição portuguesa de 1911** recomendou a descentralização para as províncias ultramarinas e o estabelecimento de leis especiais que servissem ao Estado de civilização de cada uma delas.

Com a chegada ao poder do **Estado Novo**, a política de montagem do aparelho de Estado colonial mudou completamente. Com o Acto Colonial (1930), o Estado Novo centralizou o poder, acabou com o conceito de autonomia provincial e com toda a legislação promulgada até então. No fundo, o Acto Colonial traduziu-se numa centralização do poder concentrada no ministro das Colónias, em detrimento da acção da Assembleia Nacional e dos governos coloniais.

**Exercitando competências**

1. Justifique a afirmação de António Enes, no documento [30].
2. Observe a tabela da página anterior e indique quais foram os contributos da reorganização administrativa de 1907 de Aires d'Ornelas.
3. Qual era a função do Departamento da Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração?
4. Um dos grandes objectivos da montagem do Estado colonial foi controlar a mão-de-obra dos negros, apesar do nível de resistência das populações. Concorda com esta frase? Justifique.
5. A política colonial da recém-República e do Estado Novo parece ter sido oposta. Concorda com esta frase? Justifique.
6. Explique a função dos régulos e a sua importância local no sucesso da administração colonial.

## 4.2.5. A economia colonial: características gerais

A **economia colonial** em Moçambique foi caracterizada por diferentes formas de actuação. As mais importantes foram a **colecta de impostos** e o **desenvolvimento das actividades especulativas**, tais como a concessão de terras para as actividades agrícolas, mineiras e construção, baseadas na apropriação privada da terra.

A colecta de impostos compreendia o **imposto de palhota** e o **imposto de mussoco** que juntos formavam o imposto indígena de todo o território. Para além destes impostos, eram também cobrados os impostos das companhias (exemplo: imposto de Manica e Sofala e o da Companhia de Moçambique).

*O imposto de palhota servia para forçar a população a ganhar dinheiro através da venda dos seus produtos ao comércio rural ou da venda da sua força de trabalho. Metade do mussoco (o imposto pagável na Zambézia) era cobrada em trabalho a partir de 1890. A cobrança do imposto era uma das tarefas principais do administrador e dos seus subordinados. O dinheiro cobrado contribuiu largamente para as despesas da nova rede administrativa colonial (vencimentos, edifícios, estradas, etc.).*

*História de Moçambique*, vol. II, p. 2

[33] Os impostos e a economia colonial em Moçambique.

**Vocabulário**

**Economia colonial**
Conjunto de actividades desenvolvidas pelos habitantes das colónias para a metrópole obter a satisfação das suas necessidades. Drenagem da riqueza das colónias a favor da metrópole.

**Mussoco**
O imposto de mussoco podia ser pago em géneros, em dinheiro, mas houve épocas em que teve de ser pago em trabalho.

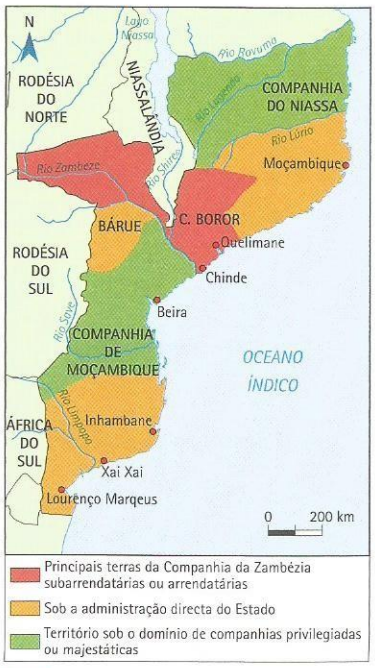
O mussoco não era um simples mecanismo fiscal. Foi usado grandemente pelo colonial-capitalismo como meio para produzir periodicamente a mão-de-obra necessária ao trabalho.

O desenvolvimento de uma **agricultura capitalista** foi possível graças à actuação das companhias, sobretudo da Companhia de Moçambique que, com a sua política concessionária, atraía capitais e colonos para Moçambique, na base de uma exploração de mão-de-obra barata. Houve também um desenvolvimento considerável de **pequenas indústrias-satélite**, tais como as do açúcar e algodão, bem como o desenvolvimento de actividades baseadas na **comercialização dos excedentes agrícolas** da produção comercial.

**Principais exportações de Moçambique, 1928-1935** (milhares de toneladas)

| produto/ano | 1928 | 1929 | 1930 | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | 1935 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Açúcar | 70 | 86 | 70 | 69 | 64 | 83 | 72 | 74 |
| Amendoim | 35 | 23 | 25 | 26 | 33 | 13 | 25 | 30 |
| Milho | 34 | 29 | 35 | 12 | 13 | 8 | 11 | 9 |
| Copra | 19 | 20 | 22 | 22 | 24 | 30 | 33 | 34 |
| Sisal | 5 | 6 | 10 | 12 | 13 | 15 | 18 | 20 |
| Algodão | 0,18 | 0,25 | 0,19 | 0,15 | 1,1 | 1,5 | 1,9 | 1,8 |
| Caju | 4 | 4,9 | 6,5 | 10 | 9 | 11 | 13 | 26 |
| Chá | 54 | 55 | 53 | 106 | 51 | 86 | 122 | 148 |

Fonte: *História de Moçambique*, vol. II, p. 38




[34] Divisão de Moçambique entre as grandes companhias majestáticas (privilegiadas), arrendatárias (ou subarrendatárias) e o Estado português.

## Exercitando competências

1. Defina mussoco.
2. Analise o documento [33] e distinga mussoco de imposto da palhota.
3. A economia colonial assentava em cobrança de impostos e exploração dos recursos naturais da terra moçambicana. O fomento da economia local, o ensinar a fazer, não era a ambição dos colonizadores. Concorda com esta frase? Justifique.

### 4.2.6. O Norte e a Companhia do Niassa

O Norte de Moçambique foi explorado por uma companhia privilegiada, a Companhia do Niassa, que abarcava os actuais distritos de Cabo Delgado e Niassa.




[35] A Companhia do Niassa tinha uma extensão de mais de 160 mil km².

*O sistema de organização de grandes companhias é o único que presentemente pode ser aplicado com vantagens aos nossos domínios ultramarinos. Este tipo de concessões originou grande controvérsia dentro do círculo governamental português, tendo sido oficialmente rejeitado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1890.*

[36] A controversa criação das companhias.

*Às companhias majestáticas foi-lhes dado direitos soberanos: de administração, direito de lançar, colectar e gastar impostos portuários, de propriedade, de serviços, de saúde, de palhota e capitação, direitos alfandegários, de ter um serviço postal, direito de aluguer de subconcessões, de construir infra-estruturas de transporte (caminhos-de-ferro), direitos de passar licenças comerciais, de possuir forças militares e policiais, etc.*

*Com todos estes poderes elas tornaram-se realmente verdadeiros estados dentro do Estado.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 160

[37] A majestade das companhias majestáticas.

A companhia majestática de Niassa obteve a sua **carta de exploração** em Setembro de 1891, por um prazo de 25 anos. Anos mais tarde, esse prazo foi estendido a 35 anos.

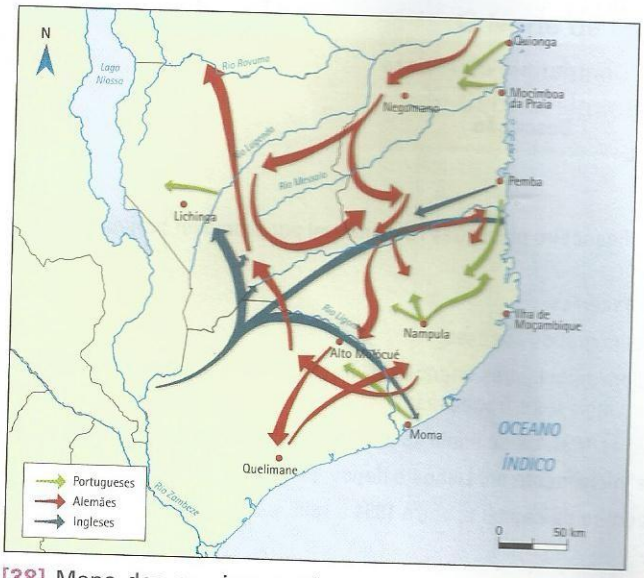
### 4.2.6.1. A periodização da história da Companhia do Niassa e principais acontecimentos

A história da Companhia do Niassa pode-se dividir em quatro períodos, de acordo com o grupo financeiro que a explorava e as actividades que desenvolvia. Abaixo apresenta-se uma proposta de periodização da Companhia do Niassa.

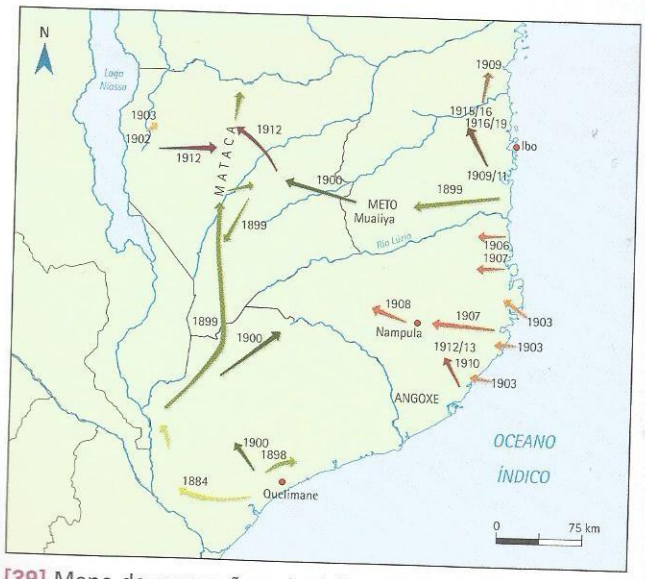
**Proposta de periodização da Companhia do Niassa**

| Período | Cronologia | Descrição |
|---|---|---|
| 1.º período | 1891-1898 | – a companhia foi criada em 1891;<br>– inicialmente explorada por um grupo financeiro português responsável por promover projectos fracos para a companhia;<br>– a principal preocupação era ocupar as terras;<br>– tentou promover a agricultura, mas sem grande sucesso;<br>– em 1892 e 1893, o grupo português, com dificuldades financeiras, financiou-se e acabou por vender a maioria das acções da companhia a ingleses e franceses;<br>– com os ingleses e franceses, a partir de 1894, dá-se início às efectivas actividades económicas;<br>– a sede financeira da companhia era inicialmente em Lisboa e depois passou para Londres;<br>– contudo, a companhia era um sorvedouro de capital e, entre 1894 e 1898, os accionistas tiveram de se refinanciar em Londres e Lisboa. |
| 2.º período | 1899-1913 | – fase de predomínio da exportação de mão-de-obra para a África do Sul;<br>– durante esta fase, a companhia mudou de accionistas maioritários por três vezes;<br>– consecutiva venda das suas acções;<br>– em 1897, a maioria das acções é comprada pelo grupo Ibo Syndicate;<br>– sediou-se a companhia na vila de Ibo;<br>– recomeça a vontade de ocupar terras aos reinos locais e, nesse sentido, promovem-se várias expedições militares;<br>– houve grande resistência dos reinos locais, como os Ajaua;<br>– devido à falta de dinheiro e ao custo elevado destas expedições, o abandono da ocupação foi o caminho mais comum;<br>– em 1899 foi comprada pelo grupo Ibo Investment Trust;<br>– em 1903 foram feitos os primeiros contactos com a WENELA (Witwatersrand Native Labour Association);<br>– mas a companhia, sobretudo pelos custos elevados das expedições militares, dava pouco lucro e a IIT resolve vendê-la;<br>– em 1908 foi adquirida pela Nyassa Consolidated que tinha como accionistas maioritários os proprietários mineiros da África do Sul;<br>– a NC viu o potencial de mão-de-obra que a companhia tinha e tratou de a negociar com a WENELA;<br>– a exportação de mão-de-obra para Sul foi o fraco aproveitamento que fizeram da companhia;<br>– com a chegada do capital da NC, avançaram com mais campanhas militares de ocupação; |

| | | |
|---|---|---|
| 3.º período | 1914-1918 | – entre 1913 e 1914, em plena I Guerra Mundial, um consórcio bancário alemão comprou a maioria das suas acções;<br>– devido à eclosão da I Guerra, a exploração não foi profícua;<br>– houve vários confrontos entre as potências imperialistas nos territórios moçambicanos;<br>– em 1917, os ingleses confiscaram as acções da companhia dos alemães. |
| 4.º período | 1919-1929 | – no final da I Guerra Mundial a ocupação do território era quase plena, no entanto, o desenvolvimento económico era nulo;<br>– os accionistas pareciam desinteressados no seu próprio negócio;<br>– houve greves e contestação social;<br>– em 1929, Salazar não renovou o contrato de exploração e a Companhia do Niassa acabou. |




[38] Mapa das movimentações das tropas imperialistas, portuguesas, alemãs e inglesas, no Norte de Moçambique, no 3.º período, entre 1914-1918, em plena I Guerra Mundial.




[39] Mapa da ocupação colonial do Norte de Moçambique. A ocupação colonial no Norte do país foi lenta e desigual. Os povos autóctones deram luta ao invasor.

## Exercitando competências

1. Construa um friso cronológico sobre a Companhia do Niassa.
2. Caracterize sumariamente cada um dos períodos da História da Companhia do Niassa.
3. A I Guerra Mundial não teve impacto na companhia. Concorda com esta frase? Justifique e tenha em atenção o mapa [38].
4. Analise o mapa [39]. A ocupação colonial do Norte de Moçambique foi rápida e homogénea. Concorda com esta frase? Justifique e tenha em conta a ocupação colonial promovida ao longo dos quatro períodos da história da Companhia do Niassa.

### 4.2.6.2. O papel dos grupos financeiros

Durante 38 anos (de 1891 a 1929), a Companhia do Niassa esteve nas mãos de vários grupos financeiros. O Estado de Portugal concessionou a sua exploração económica e a promoção da ocupação

aos seguintes grupos capitalistas: um grupo de capital português; um grupo de capitais franceses e ingleses; o Ibo Syndicate; o Ibo Investment Trust; o Nyassa Consolidated; um consórcio alemão; um grupo de capital inglês.

Mas qual foi o desempenho destas estruturas económico-financeiras na zona de Niassa e Cabo Delgado?

Em 38 anos, a administração da companhia mudou sete vezes de mãos e, consequentemente, de estratégia económica e social. A constante troca/venda das acções da companhia entre os capitalistas ocasionou focos de instabilidade entre os povos dominantes e os dominados. Nunca houve um pensamento estratégico a longo prazo para a zona ocupada pela companhia. A **instabilidade governativa** existiu desde a da sua criação.

Os grupos financeiros desempenharam o papel de **ocupadores à força da terra cedida**. Os confrontos com os reinos locais foram severos.

A par de terem ocupado à força as terras do Niassa e Cabo Delgado, os grupos financeiros **desestruturam as sociedades locais**. Muitos reinos desapareceram e outros milhares de habitantes fugiram para terras fora da alçada dos invasores.

> *Se antes de 1919 cerca de 100 mil pessoas tinham fugido para a Niassalândia, calcula-se que entre 1920 e 1930, como reacção à brutal política repressiva da Companhia do Niassa, mais de 300 mil moçambicanos terão emigrado em grupos familiares para o vizinho Tanganica e para a Niassalândia.*
>
> *História de Moçambique*, vol. I, p. 238

[41] A acção repressiva dos grupos financeiros levou ao despovoamento do Norte de Moçambique.

A exportação de mão-de-obra para o Sul protagonizou um **abandono do trabalho no campo**. Os moçambicanos não tinham tempo nem mão-de-obra para plantar as suas terras, quer para produzir produtos para vender quer para subsistirem. Quando a subsistência das populações foi posta em causa começou a haver **fome**. A fome foi durante décadas um problema endémico das províncias do Niassa e de Cabo Delgado.

De um modo geral, o desempenho dos grupos financeiros foi fraco, até mesmo medíocre. Nunca houve um pensamento concertado da exploração económica do território, houve bastante emigração para zonas limítrofes, fomes e violência na ocupação dos territórios.




[40] Titulo de acção da Companhia do Niassa.

> *Quando a companhia conseguiu mais dinheiro é que reencetou as acções militares de ocupação, sendo o território do chefe Mataca sistematicamente violado e as aldeias destruídas.*
>
> *História de Moçambique*, vol. I, p. 233 (adaptado)

[42] A ocupação efectiva promovida pelos grupos financeiros.

**Exercitando competências**

1. Quem foram os grupos financeiros que detiveram a Companhia do Niassa?
2. Relacione os documentos [41 e 42] e reflicta sobre o desempenho dos grupos financeiros na administração da companhia.

### 4.2.6.3. As formas de exploração desses grupos financeiros

Na sua fase inicial a companhia expressou-se publicamente como defensora do desenvolvimento da economia da região, mas a sua influência não se espalhou mais do que alguns pontos isolados da costa. O acontecimento mais importante foi a introdução do **imposto de palhota** em 1898. A partir de 1909 a Companhia passou a ser fornecedora de força de trabalho migrante, com a exportação de mão-de-obra para as minas sul-africanas, entre outros destinos.

Entre 1919 a 1929, a Companhia depois de ter mudado de gestores virou-se para o **aumento do nível de cobrança do imposto de palhota** como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os abusos que sempre cometera.

Ao longo das quatro fases da companhia, a exploração não foi nem profícua para os accionistas nem para os seus habitantes. Pelo contrário. Em três décadas, a companhia acumulou prejuízos financeiros e sociais. A época em que teve resultados mais positivos foi quando exportou mão-de-obra, mas isso durou pouco tempo. Com uma forte carga fiscal sobre os habitantes, muitos emigraram, abandonando as terras ao abandono e deixando de contribuir com o imposto da palhota, revelando-se estas algumas das consequências de uma exploração económica mal dirigida.



[43] O imposto da palhota era um imposto, geralmente, cobrado em géneros para exportação (borracha, café, goma, cera e marfim); em 1926, mais de metade das exportações provinha de produtos pagos pelo imposto da palhota. A punição pelo não pagamento deste imposto era queimar a palhota do infractor.

As **principais formas de exploração económica** da companhia eram: a cobrança do imposto da palhota; a emissão de selos; o monopólio de taxas aduaneiras e alfandegárias; o comércio de armas de fogo; a exportação de esponjas, corais, pérolas e âmbar; a utilização do imposto do mussoco pago em trabalho efectivo; o uso de milhares de homens para efectuarem transportes de longa distância; a exportação de mão-de-obra para as minas da África do Sul.

Os principais mercados dos produtos de exportação eram Zanzibar, França e Holanda.




[44] Selos da Companhia do Niassa.

**Exercitando competências**

1. Relacione os documentos [43 e 44] e refira as formas de exploração da Companhia do Niassa.
2. O que era o imposto da palhota?

### 4.2.6.4. O declínio da companhia

As terras da companhia eram, de todo o Moçambique, as menos promissoras para a agricultura. E a área não estava estrategicamente posicionada de modo a captar o capital estrangeiro necessário. Os Yao, os Macua e os Maconde, na altura da sua constituição, viviam fora da sua influência directa e sempre resistiram à penetração da companhia. As expedições militares para conter estes povos eram constantes e também dispendiosas.

A adopção da política de cobranças compulsiva do imposto da palhota conduziu ao despovoamento. Por volta de 1922, a fuga para a Niassalândia foi complementada com fuga de grupos de Yao e Macua para o Tanganica, em resposta à nova política de impostos. Sem gente e sem dinheiro, a companhia estava votada ao fracasso. Em 1929, Salazar não renovou a concessão e extinguiu a companhia.

**Laboratório do historiador**

Elabore um trabalho de pesquisa sobre a Companhia de Niassa tendo em conta os seguintes aspectos:

- os objectivos da sua formação;
- as concretizações dos grupos financeiros;
- as consequências para as comunidades locais. Se possível, consulte familiares que tenham memórias da companhia.

## 4.2.7. Os prazos e a Companhia da Zambézia

### 4.2.7.1. A acção do Estado colonial e a transformação dos prazos em plantações

Segundo António Enes, o mestre da colonização em África, era necessário **tornar as terras dos prazos mais rentáveis para a Coroa.** A fórmula encontrada foi passá-las para as mãos das companhias agrícolas e agro-industriais.

> [O decreto de 1890 deixava claro a necessidade do] *desenvolvimento da agricultura industrial na terra dos prazos e para isso converter o imposto do mussoco em meio indirecto de obrigar quem o paga e quem o cobre a aplicar-se à exploração do solo porque a Zambézia "agriculturada e retalhada em propriedade particular, ficará mais sujeita à autoridade da Coroa do que ocupada militarmente".*
>
> *O objectivo de todas as reformas que se façam no sistema de prazos deve pois ser o de transformá-los em fazendas agrícolas, pelo trabalho e pelo aforamento.*
>
> Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 210 (adaptado)

[45] Explicação do decreto de 1890, sobre a transformação de prazos em fazendas.

Foi na base do decreto de 1890 que grandes extensões de terra das províncias nortenhas da Zambézia e de Tete foram entregues a indivíduos e a empresas privadas.

Como já vimos anteriormente, a falta de capitais por parte dos capitalistas portugueses levou as autoridades portuguesas a transferirem os direitos de exploração a grandes companhias estrangeiras. Sem capital, Portugal nunca conseguiria assegurar a ocupação efectiva de territórios tão vastos como Tete e a Zambézia. A criação de companhias acabou por ser a estratégia possível, no entanto, demorou bastante tempo a operar em pleno.

**Exercitando competências**

1. Quem foi o mentor legal das companhias?
2. Analise o documento [45] e refira qual era o objectivo do decreto de 1890.

### 4.2.7.2. O surgimento da companhia

*Na sequência do decreto de 1890, criaram-se várias companhias* arrendatárias. Uma delas foi a Companhia da Zambézia.

A adopção da política de cobranças compulsiva do imposto da palhota conduziu ao despovoamento. Por volta de 1922, a fuga para a Niassalândia foi complementada com fuga de grupos de Yao e Macua para o Tanganica, em resposta à nova política de impostos. Sem gente e sem dinheiro, a companhia estava votada ao fracasso. Em 1929, Salazar não renovou a concessão e extinguiu a companhia.

## 4.2.7. Os prazos e a Companhia da Zambézia

### 4.2.7.1. A acção do Estado colonial e a transformação dos prazos em plantações

Segundo António Enes, o mestre da colonização em África, era necessário **tornar as terras dos prazos mais rentáveis para a Coroa**. A fórmula encontrada foi passá-las para as mãos das companhias agrícolas e agro-industriais.

> [O decreto de 1890 deixava claro a necessidade do] *desenvolvimento da agricultura industrial na terra dos prazos e para isso converter o imposto do mussoco em meio indirecto de obrigar quem o paga e quem o cobre a aplicar-se à exploração do solo porque a Zambézia "agriculturada e retalhada em propriedade particular, ficará mais sujeita à autoridade da Coroa do que ocupada militarmente".*
>
> *O objectivo de todas as reformas que se façam no sistema de prazos deve pois ser o de transformá-los em fazendas agrícolas, pelo trabalho e pelo aforamento.*
>
> Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 210 (adaptado)

[45] Explicação do decreto de 1890, sobre a transformação de prazos em fazendas.

Foi na base do decreto de 1890 que grandes extensões de terra das províncias nortenhas da Zambézia e de Tete foram entregues a indivíduos e a empresas privadas.

Como já vimos anteriormente, a falta de capitais por parte dos capitalistas portugueses levou as autoridades portuguesas a transferirem os direitos de exploração a grandes companhias estrangeiras. Sem capital, Portugal nunca conseguiria assegurar a ocupação efectiva de territórios tão vastos como Tete e a Zambézia. A criação de companhias acabou por ser a estratégia possível, no entanto, demorou bastante tempo a operar em pleno.

### 4.2.7.2. O surgimento da companhia

Na sequência do decreto de 1890, criaram-se várias companhias arrendatárias. Uma delas foi a Companhia da Zambézia.

**Laboratório do historiador**

Elabore um trabalho de pesquisa sobre a Companhia de Niassa tendo em conta os seguintes aspectos:

- os objectivos da sua formação;
- as concretizações dos grupos financeiros;
- as consequências para as comunidades locais. Se possível, consulte familiares que tenham memórias da companhia.

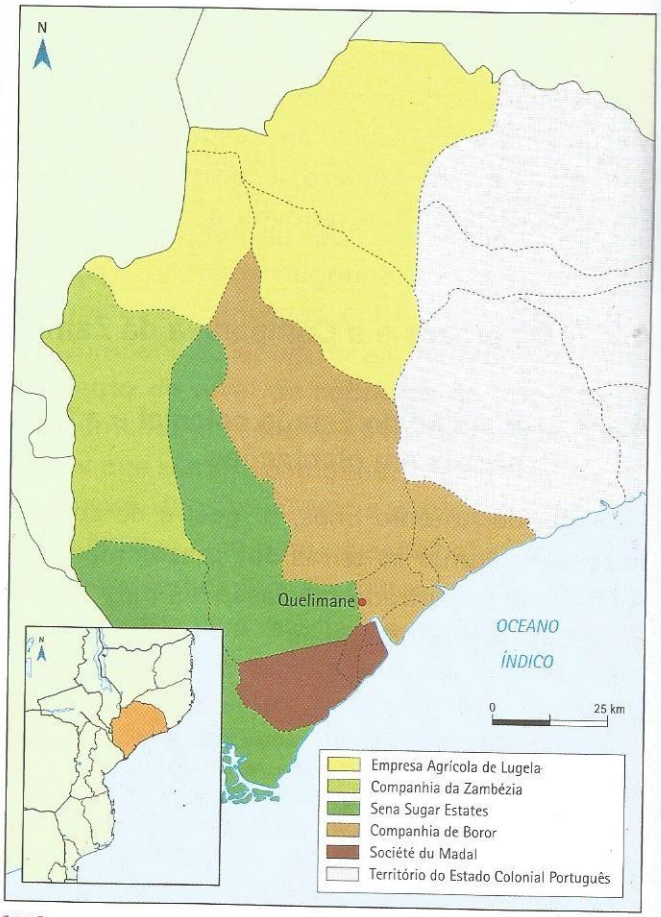
**Exercitando competências**

1. Quem foi o mentor legal das companhias?
2. Analise o documento [45] e refira qual era o objectivo do decreto de 1890.

**Tabela das Companhias da Zambézia**

| Nomes das companhias | Fundação | Prazos e datas de compra, arrendamento ou subarrendamento |
|---|---|---|
| Zambézia | 1892 | Massingire, Andone, Anquaze (1897) e Timbué (1900) |
| Boror | 1898 | Boror, Macuse, Licungo, Tirre (1898) e Nameduro (1899) |
| Société du Madal | 1904 | Madal (1903, pelos predecessores Gonzaga, Bovay e C.ª), Tangalane, Cheringone (1903), Maindo (1904) e Inhassunge (1916) |
| Empresa Agrícola do Lugela | 1906 | Lugela, Milange (1906) e Lómué (1910) |
| Sena Sugar Estates | 1920 | Maganja d'Aquém Chire (1894, pela predecessora Companhia do Açúcar de Moçambique); Luabo (1911, pela segunda predecessora Sena Sugar Factory) e Marral (1911, SSF) |

Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 255




[46] Mapa das companhias arrendatárias na Zambézia. As que mais se destacam são a Companhia da Zambézia e a do Boror.

A Companhia da Zambézia foi constituída em 1892 com direitos arrendatários. A sua área até 1894 cobria cerca de 100 mil hectares de terra, que foram entregues à chefia de Paiva de Andrade. O seu território ficava a norte da Companhia de Moçambique, ocupando as terras de Chire, a fronteira com a Niassalândia e a Rodésia do Norte (Zâmbia), às quais se juntavam as terras da margem direita do Zambeze, entre o Zumbo e o Luenha (idêntica à actual província de Tete).

Ao longo dos anos, a companhia apoderou-se de áreas territoriais no curso do Zambeze. Acabou mesmo por ficar na posse de vários prazos da Coroa, quer em Tete quer em Quelimane. Por volta de 1897, incluiu os prazos de Massingir, Milange, Lugela e Lomué. A companhia, para além da posse das terras dos prazos no quadro da legislação de prazos de 1890, passou também a controlar toda a força de trabalho e os recursos naturais no seu território, bem como o monopólio do mercado sobre a produção camponesa.

**Exercitando competências**

1. Num mapa de Moçambique, localize a Companhia da Zambézia.
2. A extensão da Companhia da Zambézia foi sempre a mesma. Concorda com esta frase? Justifique.
3. Qual foi a influência do decreto de 1890 na criação da Companhia da Zambézia?

### 4.2.7.3. O impacto do mussoco e do trabalho nas plantações para a população camponesa

O mussoco foi o principal responsável no atraso das forças produtivas no seio das comunidades camponesas locais. Devido à sua prática, houve várias mortes na região da bacia do Zambeze e foi a principal causa da fuga da mão-de-obra local para regiões distantes.

> *O mussoco que havia sido estabelecido na base da legislação laboral de 1890 com o seu pagamento metade em dinheiro e metade em trabalho rural, em 1899, para além de ter sido elevado de $800 réis para 1$200 réis, obrigava o camponês a cumprir um terço em trabalho rural, equivalente a uma semana de trabalho.*
>
> Gerhard Liesegang, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10, p. 88

[47] O mussoco foi um imposto de capitação pago em trabalho, em espécies ou em dinheiro, nas terras dos prazos, e serviu de mecanismo para a acumulação capitalista colonial. Este imposto foi muito violento para as populações locais.

A **destruição das forças produtivas** locais continuou quando a companhia introduziu a exploração das propriedades destinadas às plantações, sendo os principais alvos os camponeses locais.

Para além dos problemas de mão-de-obra local, alguns arrendatários da Companhia da Zambézia confrontaram-se com **aspectos negativos**, tais como: fraca densidade populacional, falta de vias de comunicação e transportes, carência de culturas e minerações lucrativas.

**Havia várias formas de pagar o mussoco**: do simples pagamento em género até aos **trabalhos forçados**, como o transporte de cargas pesadas às costas durante vários quilómetros. A violência e a injustiça do mussoco acabaram por levar muitos habitantes da Zambézia a emigrar para regiões menos exigentes.

> *A Companhia da Zambézia e seus arrendatários, incapazes de dinamizar a sua acumulação com a exploração agrícola ou mineira, enveredaram pela coerção e cobrança do mussoco, provocando a fuga da população para a Rodésia do Sul, onde as condições eram melhores, embora não maravilhosas.*
>
> *Para estes êxodos contribuíram significativamente as pressões exercidas sobre a população para o trabalho de construção de estradas, cobrança de impostos, comércio fraudulento e transporte de cargas às costas, até aos vapores no Zambeze ou, mesmo, até à costa do Índico, com baixos salários ou como forma de pagamento do mussoco.*
>
> Gerhard Liesegang, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10, p. 88

[48] A violência e a injustiça do pagamento do mussoco.

**Exercitando competências**

1. O que era o mussoco?
2. Analise o documento [47] e indique como se podia pagar o mussoco na Zambézia?
3. O mussoco era um imposto predial ou *per capita*?
4. Analise o documento [48] e explique a violência e a injustiça imputadas ao mussoco.

**Laboratório do historiador**

Elabore um trabalho de pesquisa sobre a Companhia da Zambézia, tendo em conta os seguintes aspectos:
- a sua formação;
- os seus objectivos;
- o papel do mussoco;
- as consequências para as comunidades locais.

## 4.2.8. O Centro e a Companhia de Moçambique



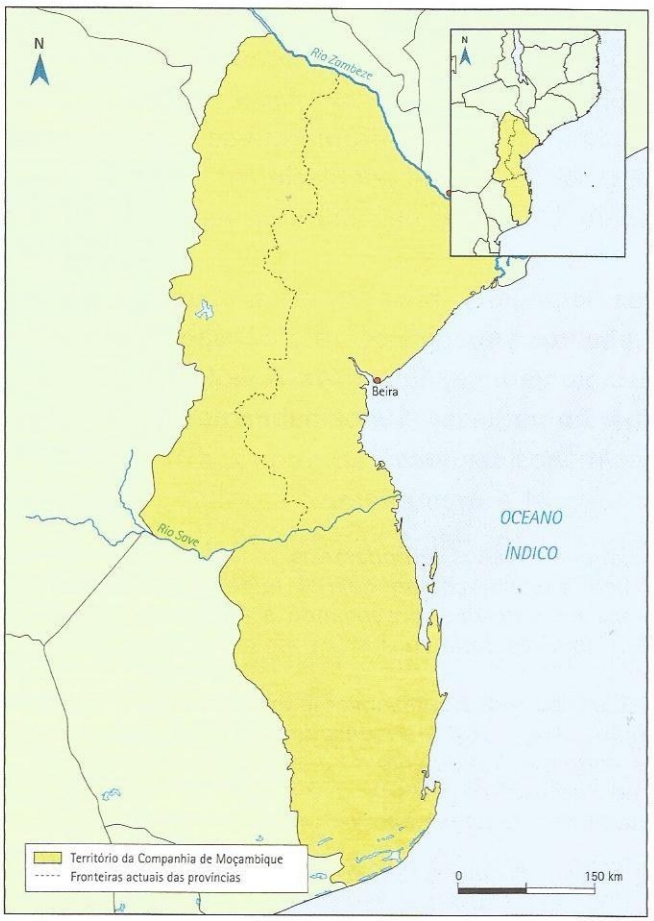

[49] Título de 50 acções nominais da Companhia de Moçambique.

### 4.2.8.1. A origem da Companhia de Moçambique

Uma das mais importantes companhias foi a Companhia de Moçambique, que precedeu outras companhias relevantes, tais como a Societé des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambèze (1878-1879) e a Companhia de Ophir (1884).

Em **1888** é constituída a Companhia de Moçambique dotada de direitos de exploração mineira. O seu capital inicial era de **200 mil libras** e era chefiada por **Paiva de Andrade**, coronel ao serviço da Coroa portuguesa em Moçambique. Os direitos de concessão da companhia foram grafados numa carta concessionária, onde se determinava como período de duração da exploração **45 anos**; isto é, o contrato teria o seu fim no ano de 1942.

Em 1891, foram-lhe dados direitos majestáticos, passando a ser uma companhia majestática de administração e exploração. Depois foi definitivamente vocacionada para actuar nos territórios de **Manica e Sofala**.




[50] Território da Companhia de Moçambique.

O português Paiva de Andrade foi a figura mais notável no processo do desenvolvimento desta companhia. A partir de Fevereiro de 1891, um diploma legal português definiu a **área e pressupostos administrativos importantes** sobre a companhia:

- área: entre os prazos do Zambeze a norte e o rio Save a sul;
- sede na capital portuguesa, Lisboa;
- corpo directivo maioritariamente português;
- o Governo teria o direito de revisão dos estatutos;
- facilitação na compra de quotas de não-portugueses;
- a companhia podia fazer subconcessões de exploração.

O facto de a companhia poder fazer subconcessões originou a entrada de **capital estrangeiro** nos seus capitais. Ao arrendarem subconcessões, os estrangeiros ganhavam cada vez mais poder. Um cidadão inglês muito influente de nome **Albert Ochs** começou a ter maior controlo sobre a companhia. Durante a década de 90 o domínio da administração inglesa na companhia era maioritário.

**Exercitando competências**

1. Que ligação tem Paiva de Andrade com a Companhia de Moçambique?
2. Indique os pressupostos administrativos de criação da companhia.
3. Como entrou o capital estrangeiro na companhia?

**Laboratório do historiador**

Elabore um ensaio histórico sobre "A prisão de Paiva de Andrade e o reforço do poder da Companhia de Moçambique". Neste ensaio, deve evidenciar:

- o papel de Cecil Rhodes e do Reino Unido;
- o problema da delimitação das fronteiras;
- o dilema da Coroa portuguesa: reforçar as companhias ou ceder ao poder económico da época?
- o desempenho de Paiva de Andrade e do seu compatriota Manuel António de Sousa.

### 4.2.8.2. O sistema tributário: o mussoco e o imposto da palhota

A população africana sofreu grandes abusos por parte das autoridades de várias companhias. A Companhia de Moçambique não foi excepção. Esta detinha o monopólio sobre todo o processo da produção africana e promovia o trabalho forçado, os baixos salários, a retenção de uma percentagem das receitas das mercadorias produ-

zidas pelas populações africanos, a imposição do imposto da palhota sobre a população. Mas, apesar da acção repressiva da companhia, as populações locais sempre ofereceram uma forte oposição à exploração e à dominação.

A institucionalização do regime de impostos no território marcou o início de um processo de transformação da economia camponesa de subsistência para a economia virada para o mercado. O regime de impostos obrigatórios foi um dos instrumentos fundamentais de compulsão do campesinato para o trabalho assalariado e foi uma das principais fontes directa de obtenção de receitas por parte da companhia.

Nas plantações, os trabalhadores forçados estavam organizados em grupos chamados ensacas e o seu chefe era o shecunda.

O **imposto de mussoco** foi usado pelo colonial-capitalismo como meio para produzir periodicamente a mão-de-obra necessária ao trabalho. O mussoco não era um simples mecanismo fiscal de impostos aos trabalhadores, que estes pudessem resgatar com o produto da venda de alguma mandioca, de coco ou peixe; era, também, a obrigatoriedade de trabalho nas plantações.

O **mussoco garantia o que o capital precisava**:

– a mão-de-obra;

– a produção de sementes para a exportação;

– a produção de alimento para os trabalhadores;

– a acumulação de capitais.

O mussoco não era uma instituição nova nas relações sociais no Norte do rio Pungoé. Inicialmente, os camponeses através do mussoco, **renda em géneros**, canalizavam parte dos seus excedentes agrícolas para a elite prazeira, sendo, muitas vezes, utilizados para a alimentação dos A-Chicundas. Para além de alimentos, o mussoco cobrava-se também em produtos exóticos para a exportação: marfim, mel de abelha, etc.

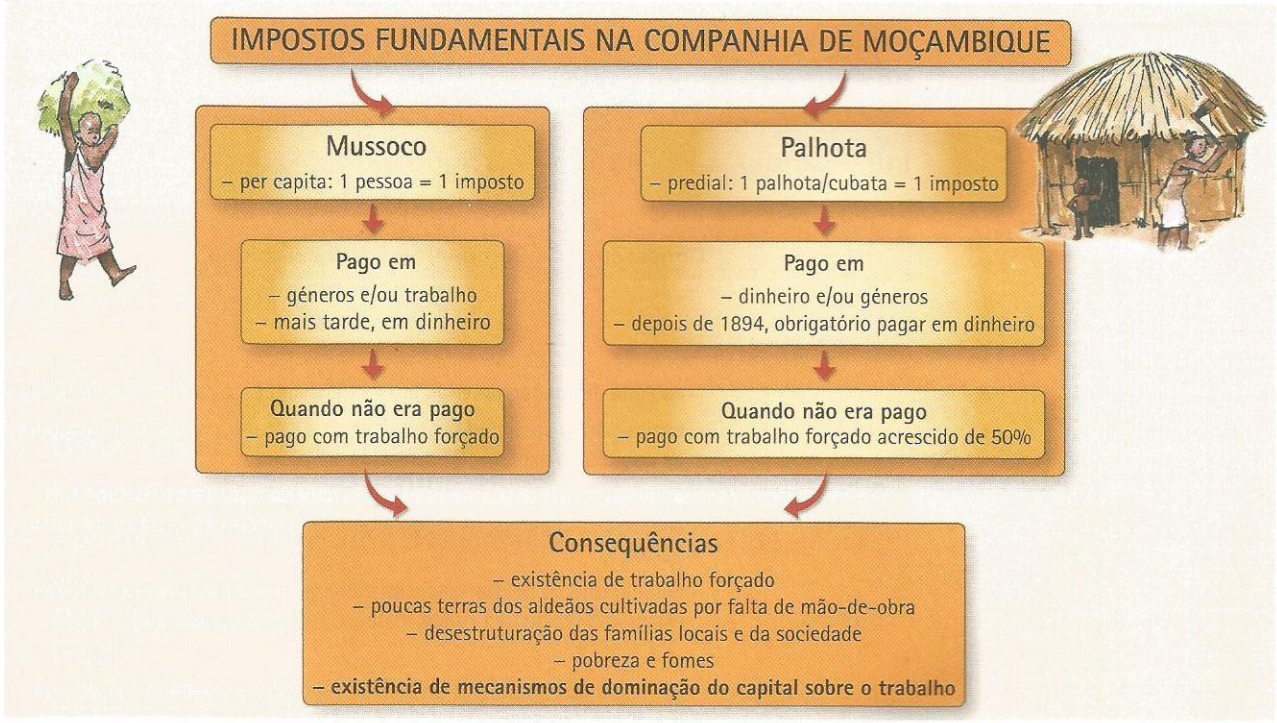
Com a penetração crescente do capitalismo colonial, o mussoco passou a ser cobrado em trabalho e, depois, em **dinheiro**, o que mostra uma profunda mudança nas relações sociais de produção.

No início, em 1890, o imposto da palhota podia ser cobrado em dinheiro ou em géneros. A partir de **1894**, passou a ser cobrado obrigatoriamente em dinheiro. O não cumprimento desta obrigação era punido com trabalho forçado durante o número preciso de dias para que se perfizesse o quantitativo do imposto acrescentado de 50%. Como o salário era quase fictício, esta medida tornou-se, de facto, um mecanismo de angariação de mão-de-obra gratuita. Conclusão, o mussoco e o imposto de palhota constituíram os mecanismos de dominação do capital sobre o trabalho.

*Os proprietários de palhotas ou cubatas situadas no interior do território ficavam obrigados ao pagamento do imposto anual de $900 réis por palhota ou cubata, utilizada como habitação.*

*Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de Julho de 1892*

[51] O imposto da palhota foi introduzido ao abrigo do decreto de 9 de Julho de 1892 e cobrado à luz do *Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de Julho de 1892.*




[52] Esquema do impacto do mussoco e do imposto da palhota.

A cobrança destes impostos só foi possível porque foram implementados bons instrumentos de controlo das populações: a **caderneta indígena** e os recenseamentos da população. O regime de caderneta individual indígena imposto pelas autoridades coloniais e o aperfeiçoamento do **recenseamento colonial** permitiram à companhia um maior controlo sobre a população, levando à obtenção de maiores receitas como resultado da cobrança de impostos.

## Exercitando competências

1. Redija um texto de 20 linhas, no mínimo, sobre o imposto da palhota e o mussoco e as suas consequências na sociedade da época.
2. Analise o esquema [52] e explique porque era necessário haver um controlo das populações.
3. Como era efectuado esse controlo?

### 4.2.8.3. A política concessionária

**Vocabulário**

**Concessionária**
Que obteve uma concessão ou privilégio.

***Farms***
Propriedade agrícola; exploração pecuária.

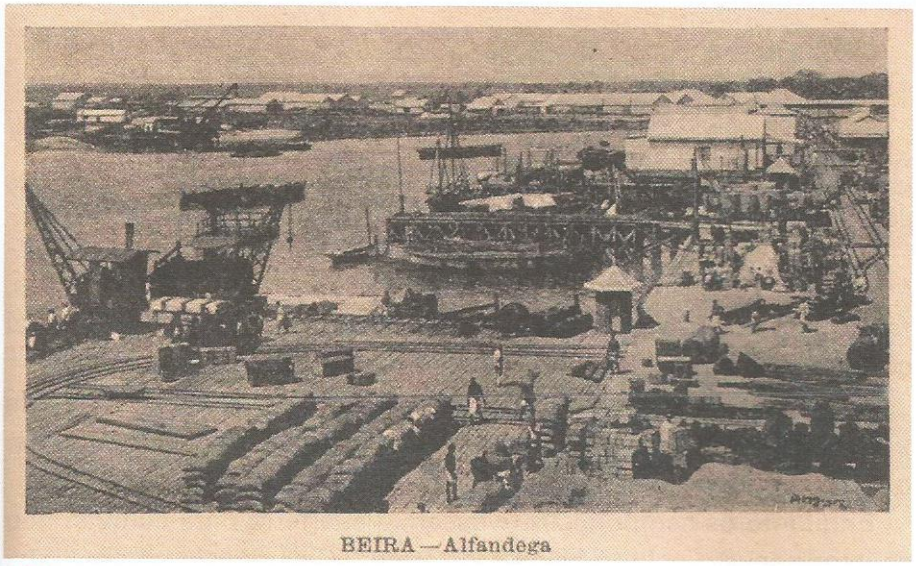
A Companhia de Moçambique desenvolveu a política **concessionária**, baseada no direito de posse sobre a terra segundo a Carta Concessionária. Deste modo, para a companhia, o **arrendamento da terra** às empresas subsidiárias ou aos colonos era uma actividade especulativa que proporcionava uma **elevada rentabilidade**.

O direito de posse sobre a terra proporcionava à Companhia um benefício indirecto, quer dos lucros obtidos do desenvolvimento das explorações agrícolas e mineiras dos arrendatários, quer das taxas normais do arrendamento.

A companhia fazia diferentes tipos de concessões: mineiras, de infra-estruturas dos transportes, agrícolas e de construção.

**Concessões da Companhia de Moçambique**

| Tipo de concessão | Descrição |
|---|---|
| **Concessões mineiras** | – na zona de Macequece iniciaram a prospeção e exploração de ouro;<br>– assim, várias sociedades começaram a adquirir *cailms* (terrenos para as acções de exploração mineira);<br>– a companhia instalou naquele local uma delegação do Serviço dos Negócios Indígenas, de modo a facilitar a obtenção da mão-de-obra barata;<br>– como forma de prestar assistência financeira às empresas mineiras criou-se o Fundo de Crédito Mineiro. |
| **Concessões nas infra-estruturas dos transportes** | – cedência de exploração à *The Beira Railway*, sociedade constituída por capitais ingleses (*British South Africa Company*), da construção das **linhas de caminho-de-ferro** que ligam a Beira a Macequece;<br>– construção do **Porto da Beira**, em 1925, por *The Port of Beira Development Corporation*;<br>– esta obra foi concluída em 1929, proporcionando **vantagens para a companhia**: aumento das receitas resultantes da cobrança de impostos aduaneiros sobre a importação e exportação, bem como o trânsito de mercadorias para as Rodésias e a Niassalândia; dinamizou a agricultura colonial, bem como a exploração mineira, e facilitou o escoamento da produção camponesa. |
| **Concessões agrícolas** | – só no período 1895-96 é que surgem algumas concessões com uma significativa importância;<br>– concessões a destacar: concessão de Marromeu, Búzi e Moribane, pertencentes à Sociedade Açucareira da África Oriental; concessão do prazo de Gorongosa à Companhia de Gorongosa; arrendamento do prazo de Chupanga à Companhia de Luabo; etc.;<br>– produção agrícola virada em parte para uma **economia de plantação**: produção de culturas para a exportação, como a sacarina, o coqueiro, a borracha, o algodão e também para o desenvolvimento de *farms* com culturas de milho, fruticultura e horticultura, que serviam para abastecer os centros urbanos e vilas e também para exportação. |




[53] Porto da Beira cuja concessão de construção foi feita à *The Port of Beira Development Corporation.*

**Exercitando competências**

1. O que entende por política concessionária?
2. Quais as vantagens em concessionar terras para exploração?
3. Aponte pelo menos uma desvantagem da política de concessão.
4. Que tipo de concessões foram feitas na Companhia de Moçambique?
5. Descreva cada um dos tipos de concessões da Companhia de Moçambique.

### 4.2.8.4. A política laboral

As autoridades coloniais portuguesas viam no trabalho africano um dos maiores recursos que as colónias possuíam e um recurso cujo valor podia ser facilmente arrecadado.

As autoridades portuguesas com a abolição da escravatura vêem-se num dilema no que diz respeito à gestão e controlo de mão-de-obra, pois era preciso garantir a força de trabalho necessária para continuar com a exploração. Assim, foram elaborados **instrumentos legislativos que preconizavam o controlo da força de trabalho** sem recorrer a um sistema de escravatura aberto.

O **Código de Trabalho apresentado por António Enes**, em 1899, defendeu a justeza legal da força de trabalho africano, conhecido pelo nome de **chibalo**, onde todos os camponeses africanos eram obrigados a procurar e a adquirir pelo trabalho os meios que necessitavam para a subsistência e para elevar o seu nível de vida.

*Não há que ter escrúpulos em obrigar, forçar esses rudes negros de África a trabalhar, a civilizarem-se a si mesmos através do trabalho.*

António Enes, 1899

[54] Para Enes, obrigar os negros a trabalhar não era motivo de vergonha, muito pelo contrário, era uma obra de civilização.

O domínio e exploração do trabalho assalariado nas plantações, *farms*, explorações mineiras e outros sectores da economia colonial constituíam formas de desenvolvimento do **capitalismo colonial**.

Assim, o **trabalho assalariado** para os camponeses não constituía a única fonte de sobrevivência, pois tinham as suas **machambas**, onde cultivavam alimentos para si e suas famílias.

Enquanto os camponeses tivessem a sua terra para cultivar, não se interessavam pelo trabalho assalariado. O campesinato não tinha uma motivação para as solicitações de trabalho assalariado. Por isso, a Companhia de Moçambique teve de utilizar outros **métodos para garantir o fornecimento de mão-de-obra** a preços baixos. Sem esta mão-de-obra era impossível garantir o desenvolvimento da economia colonial. A primeira medida tomada, como forma de garantir o trabalho assalariado, foi a institucionalização do **imposto em dinheiro**. Assim, os camponeses eram obrigados a trabalhar para obterem o dinheiro para o pagamento de impostos.

A principal **legislação de trabalho** aprovada pelo Governo português para o território foi:

- *o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas no Território da Companhia de Moçambique;*
- *o Regulamento para o Fornecimento de Indígenas a Particulares no Território de Manica e Sofala;*
- *e o Regulamento para o Recrutamento de Indígenas de Manica e Sofala.*

Estes regulamentos assentavam em **três aspectos essenciais**: a institucionalização do trabalho forçado; o sistema de controlo rigoroso da força de trabalho; e a interdição de recrutamento para serviços fora do território.



[55] Machamba de arroz na actualidade, Moçambique.

| Aspectos essenciais dos regulamentos sobre o trabalho na Companhia de Moçambique | |
|---|---|
| **Institucionalização do trabalho forçado** | – obrigava todas as pessoas em idade activa a prestarem o trabalho assalariado;<br>– o camponês era obrigado ou a vender de forma coerciva a sua força de trabalho ou a dedicar-se a culturas viradas para a exportação em benefício do capital estrangeiro;<br>– esta situação criava, no seio do núcleo familiar, uma grande instabilidade, pois prejudicava o desenvolvimento da economia familiar de subsistência. |
| **O sistema de controlo rigoroso da força de trabalho** | – cada trabalhador devia ser portador de um **certificado** onde estivesse patente o tempo de serviço prestado à companhia e as datas de início e de termo do contrato;<br>– entre 1926-27 é instituído o regime de **Caderneta de Identificação Indígena** para os indivíduos do sexo masculino com idade aparente ou provada superior a 14 anos;<br>– desde então, todos os indivíduos eram obrigados a circular com esta caderneta individual;<br>– na caderneta registavam-se os contratos de trabalhos cumpridos e a sua história criminal;<br>– os chefes de circunscrição e os seus subordinados, régulos ou inhacuacua, chefes de povoação ou fumos, sipaios e outros auxiliares foram obrigados a implementar rigorosamente este regime de caderneta;<br>– o **recenseamento colonial** passou também a constituir um instrumento de controlo do pagamento dos impostos e do trabalho forçado. |
| **Interdição de recrutamento para serviços fora do território** | – o recrutamento da mão-de-obra devia ser feito dentro do território da companhia;<br>– a emigração clandestina era proibida;<br>– para impedir a fuga dos trabalhadores para fora do território foi imposto um policiamento rigoroso nas fronteiras;<br>– a aplicação destas medidas serviram para a companhia reduzir o problema da falta da mão-de-obra, mas promoveu o pagamento de salários baixos, mesmo aos trabalhadores classificados como "voluntários";<br>– consequências destas medidas: fugas para os países vizinhos ou outras zonas da colónia; adopção por parte dos camponeses de nomes falsos; falta de mão-de-obra e a revolta de Barué de 1905 e 1917 contra a presença colonial. |

Para fazer face à crise de mão-de-obra, João Pery de Lind, em 1911, criou a Repartição do Trabalho Indígena, **RTI**, cuja finalidade era a centralização da procura e da oferta de mão-de-obra. João Pery convenceu os *farmeiros* a aceitarem trabalhadores provenientes dos distritos de Moçambique, Tete e Zambézia, além da mão-de-obra recrutada localmente.

Com o Estado Novo foi decretado a 6 de Dezembro de 1928 o Código do Trabalho Indígena, que impunha como **dever moral** para cada cidadão procurar trabalho, mas era contrário ao trabalho obrigatório para fins exclusivamente privados.

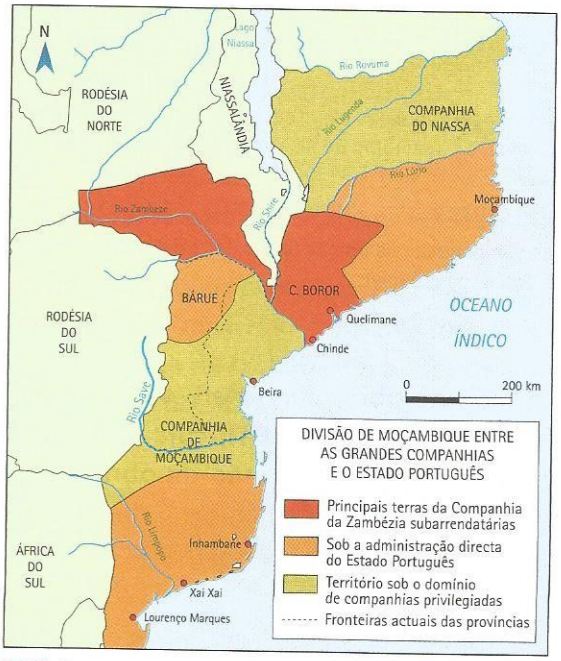
**Exercitando competências**

1. Explique o que defendia o Código de Trabalho apresentado por António Enes.
2. O novo decreto de 6 de Dezembro de 1928 impunha um novo dever aos trabalhadores. Qual era esse dever e como se intitulava esse diploma?
3. A Companhia de Moçambique desenvolveu com o Estado colonial um conjunto de medidas severas como forma de controlar a mão-de-obra.
   - 3.1 Quais foram essas medidas?
   - 3.2 Aponte consequências derivadas da implementação destas medidas.

## 4.2.9. O Sul e o trabalho migratório

### 4.2.9.1. A situação política e económica do Sul do Save em 1880

Uma das principais características do sistema colonial português era o seu carácter de **dependência em relação ao capital estrangeiro**. Em 1880, essa dependência continuava, sobretudo, nos territórios que o Estado português tinha de administrar, como a zona abaixo do rio Save.




[56] A sul do rio Save, em 1880, localizavam-se territórios sob a administração directa do Estado português. Eram territórios que hoje corresponderiam, *grosso modo*, a Inhambane, Gaza e Maputo.

Portugal transformou-se num Estado dependente e a economia moçambicana numa economia de **prestação de serviços**. Moçambique era a principal reserva de força de trabalho para o mercado da África Austral e um campo aberto ao investimento internacional.

A partir de finais do século XIX, a **mão-de-obra moçambicana e a sua exportação** para os centros mais avançados da acumulação capitalista na África do Sul tornou-se uma das características mais importantes da história colonial do país.



[57] Trabalhadores negros, brancos e chineses numa mina na África do Sul, em 1890-1900.

O recrutamento da mão-de-obra moçambicana para a África do Sul foi confiado à **WENELA**, organização da câmara das minas que detinha o monopólio do recrutamento em Moçambique. Este monopólio foi obtido por meio de um acordo secreto com as autoridades portuguesas em 1901 e confirmado mais tarde na Convenção de 1909. Esta organização proporcionava à indústria mineira um fornecimento constante de trabalhadores, bem como o controlo sobre o número de trabalhadores recrutados, em conformidade com as necessidades de cada momento.

**Exercitando competências**

1. Portugal era dependente política, mas sobretudo economicamente, das outras potências. Concorda com esta afirmação? Justifique.
2. Atendendo ao mapa [56], porque era essa dependência evidente a sul do Save?
3. Observe a imagem [57] e justifique a frase: a sul do Save residia a mão-de-obra necessária às minas de outras potências.

### 4.2.9.2. Os acordos sobre o trabalho: 1867, 1897, 1901, 1909 e 1928

A partir de 1867, com a crescente saída de mão-de-obra moçambicana para a África do Sul, Portugal sentiu necessidade de regulamentar o sector. Nesse sentido publicou alguns acordos sobre o trabalho.

| Acordos sobre o trabalho | |
|---|---|
| **Ano** | **Descrição** |
| **1867** | Os governos de Natal (África do Sul) e de Portugal estabeleceram um acordo que permitia a saída voluntária de trabalhadores, a partir de Lourenço Marques por via marítima;<br>– foi alargado em 1875 no sentido de permitir aos moçambicanos trabalharem na província do Cabo. |
| **1897** | O primeiro estatuto regulamentado sobre a migração de trabalhadores para o Transvaal foi estabelecido pelo governador colonial de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque.<br>Este estatuto estabelecia a função de curador, cujo titular tinha como competências dirigir e controlar os "nativos" moçambicanos na África do Sul.<br>– neste mesmo ano foi criada a Witwatersrand Native Labour Association, WENELA. |
| **1901** | O recrutamento de trabalhadores moçambicanos foi interrompido quando começou a guerra Anglo-Bóer (1899-1902).<br>Segundo os novos regulamentos assinados pelos ingleses, depois de estes terem assumido o controlo do Transvaal, e como resultado de pressão por parte dos colonos em Moçambique, o período de contrato foi limitado a um ano.<br>Foi permitido à WENELA gerir o monopólio de recrutamento no Sul de Moçambique. |
| **1909** | Nesta data foi oficialmente assinada a primeira Convenção entre Moçambique e o Transvaal e o recrutamento de mão-de-obra.<br>A Convenção estabelecia o seguinte:<br>a) a manutenção de uma "zona de competência" da parte de Lourenço Marques em relação à área do Rand; a garantia de que 50% do tráfego dessa área passaria pelo porto de Lourenço Marques; o estabelecimento de uma comissão mista para a coordenação dos dois sistemas ferroviários; e o sistema de tarifas ferroviárias;<br>b) a formalização do acordo prévio que estabelecia o monopólio de recrutamento da WENELA; um sistema de pagamento diferido de salários (mas numa base voluntária); a possibilidade de o Governo português poder cobrar os impostos nas minas; o direito a receber uma taxa por cada mineiro recrutado, a ser paga pelas minas; os contratos teriam a duração de 12 meses, mas renováveis. |
| **1928** | Este acordo que devia vigorar durante dez anos incluía os seguintes pontos principais:<br>a) mantinha em vigor todos os acordos anteriores no que diz respeito ao porto de Lourenço Marques, nomeadamente o que estabelecia que 50% das importações por mar dirigidas à "zona de competência" do Rand, e que seriam feitas através de Lourenço Marques;<br>b) o período de contrato era de 12 meses, extensíveis por mais 6 meses, e era proibido voltar a empregar os trabalhadores antes destes terem passado, pelo menos, 6 meses em Moçambique, depois de cada contrato;<br>c) estabelecia um sistema de pagamento diferido obrigatório, nos termos do qual uma parte dos salários era entregue à Curadoria e pago aos trabalhadores depois do seu regresso a Moçambique;<br>d) estipulava que o número de moçambicanos nas minas fosse reduzido para 80 mil mineiros até 1933. Impôs o repatriamento compulsivo depois desse período e proibia a celebração de um novo contrato durante os seis meses seguintes. |

## Exercitando competências

1. Redija um texto, no máximo com 20 linhas, sobre as principais preocupações dos acordos laborais firmados entre 1867 e 1928.

### 4.2.9.3. A entrada do Sul do Save na economia-mundo

A entrada do Sul do Save na economia-mundo fez-se de várias formas e a vários ritmos.

As unidades políticas a sul do Save até 1880 eram politicamente independentes do sistema colonial português. Antes da conquista e dominação colonial, os estados africanos estabeleciam relações comerciais com o capital asiático e europeu através de pequenos estabelecimentos portugueses em Inhambane e Lourenço Marques, situados ao longo da costa e alguns no interior. Os Estados mais pujantes eram Gaza e Maputo. Estes Estados fizeram parte da economia-mundo ao estabeleceram contactos com mercadores estrangeiros, essencialmente **na caça ao elefante** e **produção de oleaginosas.**

Na segunda metade do século XIX, a economia do Sul de Moçambique começou a ser profundamente influenciada pela **expansão da economia capitalista** que se verificava nas colónias britânicas do Cabo e do Natal e nas repúblicas bóers do Transvaal e Orange.

Com o fim da caça ao elefante e da exportação do marfim em larga escala, novas actividades se desenvolveram, tais como:

- o aumento da exportação de milho;
- a exportação de peles de animais destinadas aos mercados de Natal;
- a exportação de amendoim para Marselha;
- Lourenço Marques tornou-se um local de trânsito de muitos homens de negócios e dos recrutadores de mão-de-obra para as minas da África do Sul;
- o crescimento de empreendimentos comerciais, incluindo a construção de lojas, armazéns e hotéis;
- a abertura das minas de diamantes em Kimberley, dando início à exportação de mão-de-obra para as minas.



[58] Minas de Kimberley, em 1872.

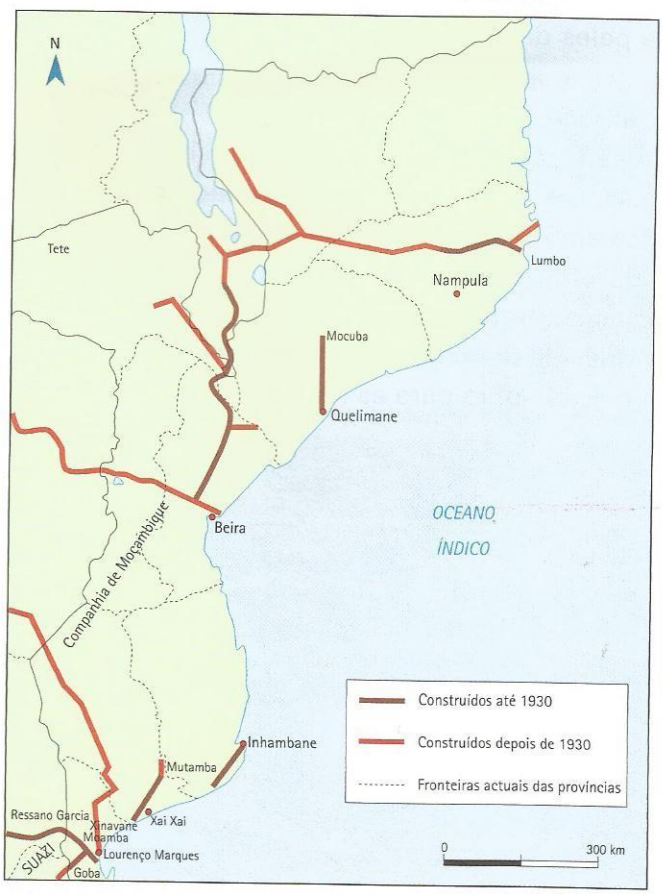
O Sul de Moçambique, na altura do desenvolvimento capitalista das actuais províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, transformou-se na principal reserva de **mão-de-obra**, quer para o mercado interno em crescimento quer para a África do Sul.

**Exercitando competências**

1. O Sul do Save nunca precisou do colonizador português para ser bem-sucedido no comércio internacional. Concorda com esta frase? Justifique.
2. Uma das "minas" do Sul do Save era as suas gentes. Concorda com esta frase? Justifique.
3. Qual foi a importância da África do Sul na entrada do Sul do Save na economia-mundo?

### 4.2.9.4. As vias de comunicação

Toda a economia colonial de Moçambique dependia de dois factores importantes: a utilização da mão-de-obra africana (para uso interno ou para exportação) e a cobrança de impostos aos camponeses. Mas para a colónia crescer economicamente e ser completamente dominada pelo invasor era necessário implementar um bom sistema de comunicações. A via-férrea foi a opção escolhida, por excelência. Contudo, também se registou um interesse substancial em desenvolver os portos e algumas estradas térreas.




[59] Mapa da rede ferroviária de Moçambique.

A ideia da construção do caminho-de-ferro de **Lourenço Marques ao Transvaal** foi objecto de discussão pela primeira vez em 1870, no Transvaal. O Governo do Transvaal tinha o desejo de se libertar do domínio e influência britânicos e Lourenço Marques garantia-lhe a libertação por via marítima. Para Portugal, a construção do caminho-de-ferro era importante porque serviria de corredor de acesso ao interior, facto relevante na implementação do princípio da ocupação efectiva.

Outra linha de comunicação importante era a linha que ligava Beira à Rodésia. Os trabalhos da sua construção iniciaram-se em 1892, com a construção da linha férrea Beira-Macequece e, em 1897, com a construção da linha férrea entre Beira e Umtail. Esta linha começou a funcionar oficialmente somente em 1898.

| Cronologia das principais vias de comunicação de Moçambique | |
|---|---|
| 1871 | Início da construção da estrada de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal |
| 1887 | Início da construção da linha férrea Lourenço Marques-Transvaal |
| 1892 | Início dos trabalhos de construção da linha de caminho-de-ferro Beira-Macequece |
| 1897 | Linha férrea Beira-Umtali entra em funcionamento (via reduzida) |
| 1901 | Linha de caminho-de-ferro, via normal, entre Beira e a Rodésia do Sul encontra-se em expansão |
| 1912 | Linha de caminho-de-ferro Suazilândia chega a Goba |
| 1929 | Conclusão da construção do porto de Maputo |

**Exercitando competências**

1. Que acções foram desenvolvidas para melhorar o sistema das vias de comunicação em Moçambique nos finais do século XIX e princípios do século XX?
2. Relacione a cronologia acima com o mapa [59] e identifique o meio de transporte e via de comunicação mais privilegiados.
3. Qual a sua importância para a economia a sul do Save?

## 4.2.10. A política social

### 4.2.10.1. A estrutura social

O processo de colonização do território de Moçambique foi dinamizado pela burguesia colonial aliada à burguesia estrangeira.

O objectivo principal era a exploração de recursos usando a força de trabalho local, os camponeses. A convivência destas camadas sociais não foi pacífica, pois os camponeses mantiveram sempre a sua resistência activa contra a ocupação colonial, através de fugas maciças, revoltas, greves, etc.

| A estrutura social de Moçambique no início da ocupação efectiva | |
|---|---|
| **Burguesia** | – colonial e estrangeira;<br>– fomentou o colonialismo capitalista. |
| **Camponeses** | – garantiam a força de trabalho nas plantações, transportes, minas e comércio rural;<br>– com o pagamento dos seus impostos forneciam grande parte dos rendimentos ao Governo;<br>– constituíam o principal consumidor de grandes quantidades de produtos de indústrias portuguesas e europeias. |

Com o desenvolvimento da economia colonial em Moçambique, emergiram outras camadas sociais secundárias, que tiveram um papel importante na vida política e económica da colónia. Por exemplo, a **burguesia comercial local** sediada em Lourenço Marques interessada na sua maioria pelo crescimento das importações e exportações de produtos. Mais tarde, surge a **burguesia agrícola local** composta por colonos que, no processo de ocupação de terras, foram expulsando os camponeses dos melhores terrenos.

No Sul de Moçambique esta nova burguesia local entrava sempre em **conflito** com a burguesia da Europa e o Estado colonial, bem como com a burguesia mineira inglesa.

**Exercitando competências**

1. Com o avançar do capitalismo colonial, a estrutura social de Moçambique tornou-se mais complexa. Concorda com a frase? Justifique-a à luz do conhecimento que tem sobre as várias camadas da população na época.
2. A burguesia vivia em conflitos com quem e porquê?

**Vocabulário**

**Proletariado**

É a classe operária. Pertencem ao proletariado todas as pessoas que não detêm meios de produção, produzem mais-valia e vivem essencialmente de um salário em troca da sua força de trabalho. Divide-se em industrial, agrícola, dos transportes, de construção, das minas, dos portos e das pescas.

*História de Moçambique*, vol. I, p. 494

## 4.2.10.2. A emergência do proletariado urbano

A integração económica de Moçambique no **complexo económico da África Austral** esteve na origem da emergência do **proletariado** urbano. A construção e desenvolvimento dos portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira foram impulsionados não só pelos capitais estrangeiros como também pelo crescimento dos aglomerados populacionais urbanos. A estes locais convergiam obrigatoria e voluntariamente milhares de pessoas à procura de trabalho, oportunidades de negócios e melhores condições de vida.

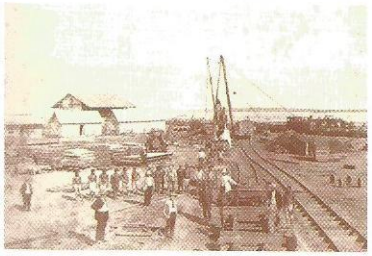
As **construções nos centros urbanos** exigiam a utilização de muita mão-de-obra, recrutada muitas vezes em regime de trabalho obrigatório. A necessidade de manutenção de diversas actividades exigia cada vez mais mão-de-obra assalariada, bem como a fixação de mais colonos portugueses nos centros urbanos; por exemplo, a par da construção de centros urbanos, havia a necessidade de mão-de-obra para serviços paralelos, como obras públicas, turismo, remoção de lixo, trabalho doméstico, etc. Assim, surgiram as camadas sociais de **semiproletários urbanos.**

No **porto e caminhos-de-ferro** de Lourenço Marques, por volta de 1912, o número de trabalhadores ultrapassava os 26 mil e, em 1928, era cerca de 37 mil entre africanos e não-africanos. O porto de Lourenço Marques foi o principal centro embrionário do proletariado urbano e constituía um importante empregador dessa mão-de-obra.

Contudo, esta camada de proletariado urbano em emergência apresentava uma instabilidade acentuada, pois na sua maioria eram trabalhadores não qualificados, agrupados numa base étnica e regional.

Os salários serviam para pagar os impostos liquidados em dinheiro, para o sustento da família e para o pagamento do **lobolo.**

O proletariado urbano pouco a pouco vai tomando consciência da exploração e isolamento de que é alvo, o que originará greves e manifestações.



[60] Construção do porto de Lourenço Marques em 1892.

**Exercitando competências**

1. Defina proletariado por palavras suas.
2. Qual foi o sector que viu emergir os proletários?
3. E qual foi a cidade mais importante na emergência do proletariado urbano?

## 4.2.10.3. A luta do proletariado urbano

Os centros urbanos da Beira e Lourenço Marques, por serem os mais ricos em proletariado, registaram várias greves e manifestações. Contudo, mesmo na luta dos trabalhadores havia diferenças entre negros e brancos.

| As principais greves dos anos 20 | |
|---|---|
| **Ano** | **Descrição da greve** |
| 1916 | Greve do pessoal branco dos transportes urbanos |
| 1917 | Greve dos ferroviários brancos |
| 1919 | Greve dos estivadores negros |
| 1920 | Greve dos ferroviários brancos<br>Greve do pessoal branco dos transportes urbanos |
| 1921 | Greve dos estivadores negros |
| 1923 | Greve do pessoal branco dos transportes urbanos |
| 1925 | Greve geral contra a Companhia Majestática da Beira |

Embora não houvesse organizações sindicais no seio dos trabalhadores negros moçambicanos, a luta destes esteve sempre presente, manifestando-se de diferentes formas.

Os exemplos mais reportados foram as greves dos trabalhadores assalariados da Beira e Lourenço Marques. A greve da Beira foi uma consequência, segundo jornais da época, da crise económica mundial que afectou Manica e Sofala. Após 1928, a baixa de cotação para os principais produtos agrícolas provocou a falência de muitas propriedades agrícolas dos colonos e despedimentos em massa dos trabalhadores das grandes plantações. Verificou-se também um declínio das exportações e importações para a Rodésia do Sul e uma redução do tráfego ferroportuário de Manica e Sofala. Esta situação ocasionou o excedente de mão-de-obra, levando a que os salários baixassem, o que preocupava ainda mais os trabalhadores. A Companhia de Moçambique também sofreu com a crise, pois viu os seus rendimentos declinarem. Na Beira, os serviçais assalariados dos diferentes ramos de actividades insistiam em exigir a diminuição de impostos cobrados pela companhia.

**Laboratório do historiador**

Elabore um trabalho de pesquisa e síntese histórica sobre uma greve de trabalhadores negros e uma de trabalhadores brancos:
- pesquise imagens e textos em jornais, revistas, livros e *sites* da Internet;
- indique os objectivos das greves;
- registe as suas conquistas;
- analise e confronte as diferenças entre ambas.

### 4.2.10.4. A I Guerra Mundial e a crise económica e social da década de 20



[61] Richebourg, França: cemitério militar português onde se encontram sepultados os portugueses mortos em La Lys.

Com o início da I Guerra Mundial, em 1914, os problemas económicos de Portugal começam a ser mais evidentes. O sector financeiro ressentiu-se logo e promoveu-se a **desvalorização da moeda**, o escudo português. Esta situação resultou no aumento do custo de vida, na queda de salários, no agravamento dos impostos, etc. Para Moçambique, registaram-se aumentos do mussoco e do imposto da palhota. Em algumas zonas do território, principalmente no Sul, estes impostos passaram a ser exigidos em libras (moeda inglesa que na altura era usada no mercado sul-africano e rodesiano), tanto ao trabalhador migrante como aos demais trabalhadores locais.

Foi neste período que se agravaram os **problemas de recrutamento de mão-de-obra**, fonte de obtenção

das receitas em libras. A administração colonial levou a cabo acções violentas que passavam pelo aprisionamento de pessoas e rusgas nas aldeias, como forma de garantir mão-de-obra para as companhias, obras públicas e também para ingressarem nas fileiras de combate por Portugal. A I Guerra Mundial exigiu a utilização de recursos materiais e humanos dos países em confronto e também das suas colónias.

> *Estima-se, provisoriamente, em 100 mil o número de moçambicanos recrutados obrigatoriamente. Estes recrutados destinavam-se a engrossar o exército português, que operava no Norte de Moçambique contra as forças alemãs vindas do Tanganica.*
>
> *História de Moçambique*, vol. II, p. 23

[62] A I Guerra Mundial era alimentada também por exércitos forçados de moçambicanos.

**Exercitando competências**

1. Analise o documento [62] e redija um texto, no mínimo com 10 linhas, sobre as consequências da I Guerra Mundial na economia e sociedade moçambicanas da década de 20.
2. Quais foram as medidas encetadas pela administração colonial para controlar os problemas económicos e sociais?

## 4.2.11. As primeiras formulações nacionalistas

As primeiras formulações **nacionalistas** surgem no âmbito da nova dinâmica da política colonial e da crise económica mundial do pós-I Guerra Mundial. Às populações de Moçambique era-lhes negado o exercício dos direitos políticos e o único caminho era, consequentemente, a luta pela emancipação.

O nascimento do nacionalismo moçambicano, bem como a contestação ao colonialismo europeu, manifestava-se nas associações, na imprensa e na poesia, na linha de um movimento mais amplo de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou de **pan-africanismo**.

**Vocabulário**

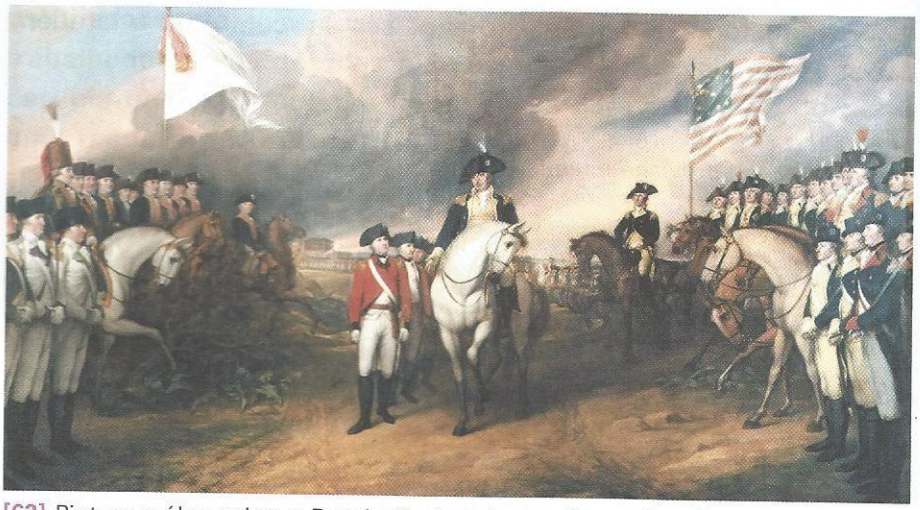
**Nacionalismo**
Preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence; patriotismo; movimento político que reclama o direito de um povo de constituir uma nação.

**Pan-africanismo**
Tinha como objectivo a união dos povos de África na luta pela promoção da identidade cultural e na emancipação africana.

### 4.2.11.1. Diferença entre nacionalismo europeu e africano

Os movimentos nacionalistas foram despoletados na Europa e nos EUA. A primeira revolução liberal de cunho nacionalista foi a Revolução Americana em 1776. Depois, as ideias revolucionárias

nacionalistas espalharam-se à Europa e a Revolução Francesa foi a sua expressão máxima, em 1789. Depois dos EUA e da Europa, os movimentos nacionalistas difundem-se pela América Latina, Ásia e no século XX chegam a África.



[63] Pintura a óleo sobre a Revolução Americana, *Surrender of Lord Cornwallis at Yorktown.*

Mas o que distingue os nacionalismos europeus dos de África?



[64] Nkrumah, líder ganês, e MaoTsé-Tung, líder comunista chinês.

### Esquerda *versus* direita

Os movimentos nacionalistas estão ligados tanto a facções políticas de **esquerda** como da **direita**, tendo dado origem a regimes fascistas e de direita na Europa, mas também a movimentos autonomistas e de esquerda, tanto em África como na Ásia.

### Racistas *versus* autonomistas

O nacionalismo, embora mais concentrado nas identidades históricas e culturais dos povos, foi também usado pelos sectores **pró-racistas** para sustentar as diferenças étnicas que estiveram na base dos movimentos fascistas, neofascistas ou os sectores nacionalistas conservadores, que defendem certas formas menos radicais de racismo. Em África o nacionalismo era um movimento, um sentimento de busca pela autonomia da **opressão colonialista.**

### Liberdade e prosperidade para todos

No início dos movimentos nacionalistas, como na Revolução Americana, o desejo era a liberdade aliada à necessidade de engrandecimento e prosperidade. Nos últimos movimentos nacionalistas africanos, esse desejo mantinha-se. Os povos do mundo sempre sentiram a necessidade de serem livres, mas prósperos e ricos.

**Exercitando competências**

1. Construa e complete uma tabela-resumo com as principais diferenças entre os nacionalismos europeu e africano.
2. Quais eram as necessidades comuns aos dois nacionalismos?

### 4.2.11.2. O papel das associações: o Grémio Africano, a Liga Africana e a Associação Africana de Moçambique

Foi permitido a uma pequena **minoria** de indivíduos instruídos, regra geral mulatos e assimilados, alguma actividade de carácter político, associativa e sindical. Foi assim que, na década 30, começou a surgir um surto de críticas contra aspectos do colonialismo português.

Neste período começaram também a aparecer vários movimentos associativos e alguns jornais de contestação, apesar de vigorar a Lei da Imprensa de 1926, que impunha cautela e diminuta liberdade de expressão.

Em 1920, foi legalizado o **Grémio Africano** de Lourenço Marques, que era tido como a **mais importante organização da oposição moderada**. Nessa altura mudou de nome para **Associação Africana da Colónia de Moçambique.**

Esta organização foi dirigida desde a sua criação pelos irmãos Albasini e era composta por mulatos e negros assimilados. Entre as personalidades ligadas ao Grémio, para além dos irmãos **Albasini**, destacavam-se Estácio Dias, Karel Pott, Francisco Benfica, etc. Esta organização surgiu como um instrumento da valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra. Contudo, na essência, era pela **defesa dos mulatos e assimilados e contra a discriminação racial**. Devido à sua fraca capacidade económica, o Grémio dependia dos fundos do Estado para o exercício das suas actividades. O jornal *O Brado Africano* constituía a expressão mais activa e prática desta organização.



[65] Karel Pott é o mulato ao centro, com a criança ao colo, a sua afilhada portuguesa.

*Assentando baterias...*

*Todo aquele que não lucta pelo seu Direito condemna-se voluntariamente a ser capacho dos outros. Parar é morrer (...) Ante o Altar do Dever prostremo-nos pois e façamos por nos fazer ouvir nas nossas queixas, nos nossos brados, nas nossas suplicas! Programa... Para quê a explanação aqui de um programa, se todos sabem ao que vimos e o que queremos? Vamos seguir a mesmíssima senda que encetamos ao fundar O Africano em 1908.*

João Albasini, *Editorial de "O Brado Africano"*, 1918-12-24

[66] *O Brado Africano* foi o grande momento dos irmãos Albasini. Texto do editorial de lançamento do jornal, firmado por João Albasini.

Em 1930, **Karel Pott** é indicado como director do jornal *O Brado Africano* e, em 1932, foi eleito presidente do Grémio Africano, tendo imprimido uma forte dinâmica ao movimento de contestação, que pouco a pouco foi assumindo o seu **carácter nacionalista**.

O Grémio Africano de Lourenço Marques, entre 1931--32, foi seriamente abalado por divergências internas de carácter racial e ideológico: a ala radical dos assimilados negros defendia a promoção de acções enérgicas contra as barreiras raciais de que eram vítimas, mas os mulatos não concordavam pois estes tinham acesso mais fácil à educação e ao emprego, defendendo deste modo posições mais moderadas.

Gradualmente, começam a surgir outros grémios por todo o país:

- Grémio Africano de Quelimane, fundado em 1925; só em 1931 viu os seus estatutos aprovados;
- Grémio Africano de Moçambique, surgiu de um grupo de pessoas na ilha de Moçambique em 1924-25, mas só em 1930 foi oficialmente conhecido por Grémio Luso-Africano da Ilha;
- Grémio Africano de Manica e Sofala, surgiu em 1932 na Cidade da Beira; nos seus estatutos defendia a protecção moral e material dos africanos e dos seus membros.

As divergências internas do Grémio Africano foram aproveitadas pelo regime para dividir os mulatos e os assimilados e fragilizar a sua acção reivindicativa. Foi assim que se consumou a divisão entre ambos: os negros saíram do Grémio e formaram o **Instituto Negrófilo,** cujos estatutos foram imediatamente aprovados pelo regime colonial em Março de 1932. As figuras mais importantes do Instituto foram: Brown Dulela, João Manuel e Enoque Libombo.

Em 1910 nascia a **Liga Africana**, que chegou a patrocinar a 2.ª parte do Congresso Pan-Africano, realizado em Lisboa em 1923. A Liga era um movimento político e social que buscava a igualdade de direitos entre os moçambicanos e foi influenciada pelo Pan-Africanismo de Nkrumah, Burghardt du Bois, etc.

Sobre o pan-africanismo recordem-se os conteúdos da 11.ª classe.

**Laboratório do historiador**

Redija um trabalho de pesquisa sobre as primeiras formulações nacionalistas em Moçambique, tendo em conta os seguintes aspectos:
- os factores internos e externos;
- o surgimento das associações e o seu papel;
- os desentendimentos e as divisões raciais.

**Exercitando competências**

1. Leia a fonte [66] e refira como se intitulava o jornal editado pelo Grémio Africano.
2. Quem foi o seu primeiro editor?
3. O que era a Liga Africana?
4. O que era a Associação Africana da Colónia de Moçambique?
5. O que tinham estas associações em comum?

### 4.2.11.3. O papel da imprensa

A imprensa moçambicana serviu para denunciar abusos e veicular a literatura de constatação. Em 1868, foi publicado em Moçambique o **jornal *Progresso***, o primeiro jornal não oficial. O tempo da sua publicação teve uma curta história, mas deu início a um período

bastante combativo. O ***Proletário*** surge em 1912. Era um jornal criado por militantes residentes em Moçambique e estava ligado ao Partido Socialista português. Esta publicação defendia as ideias de igualdade, fraternidade e justiça, uma luta acesa no sentido de despertar a consciência operária entre os colonos brancos. Seguiram-se outras publicações: o ***Ferroviário***, 1915-16; o ***Germinal***, 1914-18; o ***Simples***, 1911-13, entre outras.

Nos anos 1910-11, a Lei da Censura de João Belo, então Ministro das Colónias, tornou a situação mais grave e previa acções duras de repressão contra o movimento sindical e os seus jornais. Face à presente lei, os jornalistas tentaram responder legalmente com a alteração de nome dos jornais. Por exemplo, o jornal ***O Emancipador*** tomou em 1926, ano de publicação da famigerada Lei de Censura, nomes como ***Emancipador Amordaçado***.

**Alfredo de Aguiar** foi o precursor do movimento de contestação ao sistema colonial através da imprensa. Em Quelimane, onde se radicou, este angolano dedicou-se à actividade jornalística, criando vários jornais.

No período de contestação ao regime colonial, destacaram-se duas figuras do mundo jornalístico: os irmãos Albasini, que **lutavam pela dignidade do negro** e pela terra natal Moçambique.

As dificuldades materiais e as próprias leis impediam uma acção activa do movimento operário branco em Moçambique, mas estes procuraram sempre que possível agir aproveitando todas as possibilidades que se lhes ofereciam, como era o caso da publicação de jornais.

*Rimo-nos com gosto todavia por ver e constatar o pavor daqueles que se valem da cor para afastar os concorrentes, por temerem, talvez, o desaire de se verem preteridos pela cor.*

João Albasini, *Africano*, 1915

[67] Em 1915, no jornal *Africano*, Albasini reivindicava iguais vencimentos para os portugueses e para os africanos usando os subterfúgios do humor para cobrir a revolta, mas também para a tornar mais incisiva.

*O Brado Africano*, o *Africano*, o *Emancipador* foram jornais que desde a sua fundação sempre se colocaram do lado dos trabalhadores e eram contra as imposições e humilhações coloniais, os baixos salários, a miséria e a discriminação.

## Exercitando competências

1. Quais eram os principais objectivos da imprensa nesta época?
2. Mencione o papel dos irmãos Albasini no processo da formação do nacionalismo moçambicano.

## 4.2.11.4. As manifestações literárias e artísticas

Até ao fim da II Guerra Mundial eram pouquíssimos os escritores que se consideravam pertencentes à literatura moçambicana. Não havia um grupo coeso capaz de se identificar como uma instituição literária a funcionar em pleno.

O ***Livro da Dor***, uma colectânea de contos, escrita por João Albasini, foi publicado em 1925 e é considerado a obra inaugural da literatura moçambicana. Nos anos 30, poemas dispersos de **Rui de Noronha** são publicados em livro.

*É tempo de pagar impostos aos portugueses*
*Os portugueses que comem ovos.*
*E as galinhas*
*Troca-me essa libra inglesa...*

Excerto de poema de Rui de Noronha

[68] Versos de Rui de Noronha que falam dos impostos.

De 1945-48 a 1963, foi um período de intensiva formação da literatura moçambicana. Pela primeira vez, uma consciência grupal instala-se no seio dos escritores, influenciados em parte pela Negritude.

O período de 1964 até 1975 foi o período que coincidiu com o início da **luta de libertação nacional** pela via das armas e a Independência Nacional, e foi aqui que Moçambique assistiu ao nascimento de muitos escritores moçambicanos, muitos inspirados na poesia que se chamava de **combate** e numa literatura que reflectia a época conturbada da luta armada de libertação nacional. Luís Bernardo Honwana publica em 1964 a obra ***Nós matámos o cão tinhoso***. Também se revelaram nesta época intelectuais e artistas tais como Eugénio Lisboa, Rui Knopfli, Orlando Mendes, Heliodoro Baptista, Leite Vasconcelos, Rui Nogar, Guilherme de Melo, etc.

Após a independência, durante algum tempo, de 1975 a 1982, assistiu-se sobretudo à divulgação de textos que tinham "ficado nas gavetas" ou se encontravam dispersos. Surgem também jovens escritores, com destaque para Ungulani Ba Ka Kossa, Mia Couto, Hélder Muteia, Pedro Chissano, Juvenal Bucuane, Paulina Chiziane e outros.

**Vocabulário**

**Luta de libertação**
Movimentos políticos e sociais com vista à libertação de um povo que se encontra subjugado.

*Nós matámos o Cão Tinhoso* insere o leitor em estruturas sociais violentas através de uma extraordinária capacidade de persuasão que envolve e move o leitor numa superior energia afetiva com o que é narrado



[69] Mia Couto, um dos brilhantes escritores do pós-Independência.

### As artes, a canção, música e danças populares

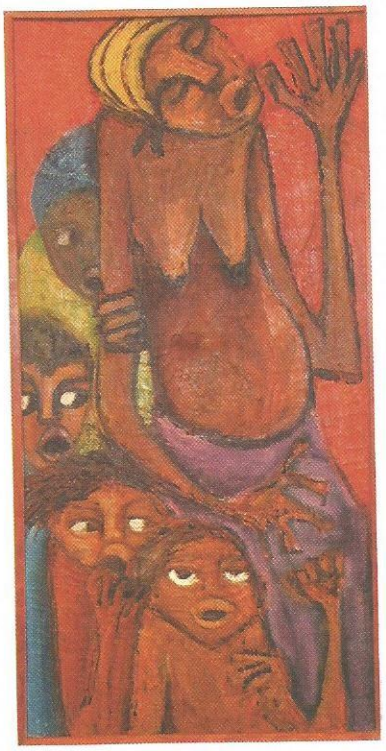
As populações moçambicanas, negando a cultura do colonizador, desenvolveram um conjunto de manifestações de carácter cultural e de contestação face à dominação. Recorreu-se a estas formas de expressão, por um lado, por serem **incompreensíveis ao coloniza-**

**dor** e, por outro lado, porque eram imunes à censura colonial, pois os colonos ao desprezarem a língua e a cultura do povo negro, não eram capazes de lhes atribuir o seu real valor.

As artes plásticas, a canção, a música e as danças na época colonial, durante longos anos, servira como formas de **expressão popular de repulsa e de denúncia das humilhações raciais** e a repressão colonial a que a maioria do povo estava sujeita. A maior parte das manifestações artísticas exprimia a angústia das populações face à forte repressão colonial.

> *Os contos que se narravam no ambiente familiar, as canções dos camponeses e trabalhadores nos campos e portos, as obras de arte plástica (escultura e máscaras), a pintura e a literatura oral e escrita, como meios de transmissão de valores culturais da sociedade, constituíam as formas de crítica social e de protesto ao colonialismo.*
>
> *História de Moçambique*, vol. II, p. 222

[70] O protesto na arte dos moçambicanos.



[71] Pintura a óleo de Bertina Lopes, cognominada pelos colonialistas como a "pintora revoltada". *Olhos brancos de farinha de milho*, 1961. Museu Nacional de Arte, Maputo.

## Exercitando competências

1. Relacione os documentos [68, 70 e 71] e explique porque é que a canção, a música e as danças na época colonial durante longos anos serviram como formas de expressão popular de repulsa e de denúncia das humilhações raciais e da repressão colonial.

## Laboratório do historiador

Toda a turma deve participar na elaboração de uma exposição/jornal/blogue intitulado "A luta artística do meu país":

- a turma deve dividir-se em grupos de 2 pessoas;
- cada grupo deve escolher o artista contestatário do colonialismo que pretende estudar;
- sobre essa personalidade, deve-se recolher o máximo de recursos possíveis (textos, imagens de obras, recortes de jornais, etc.);
- no final, toda a turma deve compilar a informação e criar uma exposição, ou um blogue, ou um jornal impresso sobre esta temática.

Nota ao professor: este trabalho pode ter alguma interacção com outras disciplinas, como Português, por exemplo.

## 4.3. O período do colonialismo português a partir de 1930



[72] General Gomes da Costa, líder militar do golpe de Estado de 1926.

Após a implantação da República em Portugal em 1910, agravou-se o clima político e económico. As dificuldades económicas e a instabilidade política, social e militar eram constantes. Esta situação arrastou Portugal para o golpe de Estado encetado pelo general Gomes da Costa em 28 de Maio de 1926. Depois da criação da República, implantou-se a **ditadura militar** em Portugal.

Em 1928, António de Oliveira Salazar foi chamado para o cargo de ministro das Finanças. Em 1930, foi nomeado ministro das Colónias. E em 1932 era eleito para a presidência do Conselho de Ministros, cargo que ocupou ininterruptamente até 1968. A chegada de Salazar ao poder, sobretudo à pasta das Colónias, marcou uma viragem no colonialismo português. Deu-se início ao Estado Novo que marcou para sempre a História de Moçambique.

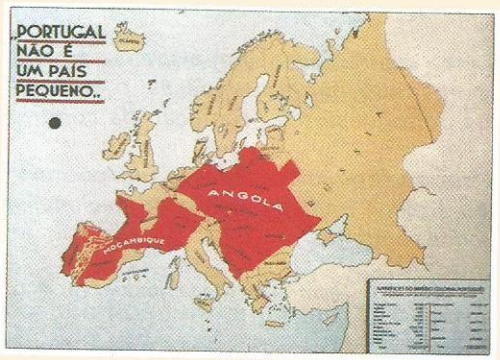
O **Estado Novo** edificado por Salazar foi, essencialmente, um modelo de Estado corporativista, conservador, colonialista e repressivo. Só com a crise colonial colocada abertamente no início dos anos 70 é que se lançaram as bases para a implantação democrática em Portugal. Mas até à liberdade Salazar instalou um governo de compromisso e arbitragem, estabelecendo alianças com a burguesia fraca mas em ascensão e os grandes proprietários fundiários bem estabelecidos. As razões desta aliança estão nos grandes objectivos do Governo de Salazar que assentavam no desenvolvimento de uma forte componente agrária. Foi assim que se consolidou a burguesia portuguesa e que se permitiu a Portugal acumular algum capital. Mas a grande mudança que Salazar promoveu foi colocar Moçambique e outras colónias portuguesas no ultramar ao serviço dos interesses metropolitanos (nacionalismo de Salazar). Com o Estado Novo, houve uma centralização no controlo das colónias e estas passaram a estar sempre ao dispor do Estado.

Durante o Estado Novo pode-se traçar uma periodização acerca da atitude colonialista de Portugal face a Moçambique.

| Periodização do colonialismo português em Moçambique durante o Estado Novo e principais atitudes coloniais | |
|---|---|
| **Datas** | **Descrição geral** |
| 1930-1937 | Reforço do colonialismo |
| 1938-1944 | Restruturação da sociedade moçambicana |
| 1945-1961 | Contestação dos moçambicanos em relação à situação colonial |

**Exercitando competências**

1. Faça uma análise do seguinte documento à luz da frase "As colónias passaram a estar ao serviço de Portugal, com o novo colonialismo dos anos 30".




[73] Cartaz colonialista – "Portugal não é um país pequeno".

## 4.3.1. A conjuntura política e económica e os marcos de viragem

A partir do momento que Salazar integrou o Governo de Portugal, houve uma viragem política e económica em relação a todas as colónias, sobretudo Moçambique.

### 4.3.1.1. O nacionalismo económico de Salazar: características gerais

Toda a política colonial do período do Estado Novo estava orientada para **colocar ao serviço da economia da metrópole a economia das colónias**. Moçambique era uma das mais ricas colónias de Portugal e as suas matérias-primas e as suas gentes foram incorporadas no sistema económico-financeiro português. Essa era a visão do **nacionalismo económico** de Salazar.

As causas do nacionalismo económico foram, essencialmente, as seguintes:

- *acabar com o caos administrativo e económico que se vivia em* Portugal e nas colónias;
- acabar com o domínio do capital estrangeiro não-português, sobretudo com a hegemonia inglesa;
- necessidade de obrigar as colónias ao fornecimento das matérias-primas e ao consumo de produtos portugueses.

Esta nova política era baseada num forte proteccionismo económico e num aproveitamento dos recursos das colónias. Salazar pôs fim às concessões das companhias, legislou profundamente sobre o comércio colonial, forçou o trabalho de determinadas culturas, tudo no sentido de proteger o império ultramarino.

**Vocabulário**

**Nacionalismo económico**
Sistema económico-financeiro a fim de pôr ao serviço da economia da metrópole as economias das colónias.

As colónias eram parte integrante do Estado Português e restaurava-se assim a ideia de um **Império Colonial Português**, no contexto do Acto Colonial e na Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1930.

> *Entre outras acções figuraram a centralização administrativa e política, a redução dos direitos das companhias não portuguesas, o estabelecimento de uma zona monetária portuguesa e a promoção da cultura do algodão.*
>
> *Assim, os anos 1930-1937 foram fundamentalmente um período de transição, que apontava já para a plena implementação do nacionalismo económico português nos períodos seguintes.*
>
> *História de Moçambique*, vol. II, p. 35

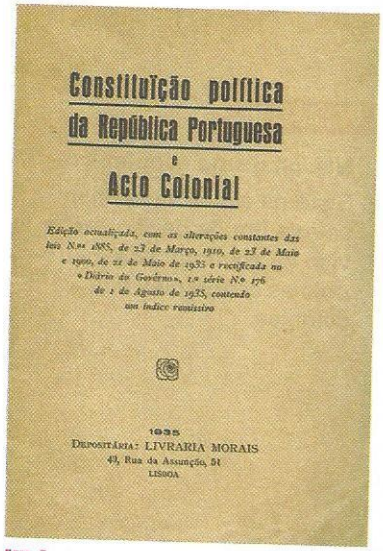
[74] O nacionalismo económico.

**Exercitando competências**

1. Analise a fonte [74]. Como se caracterizou o nacionalismo económico português aplicado a Moçambique?
2. Dê exemplos concretos da política económica de nacionalismo económico implementada em Moçambique.

### 4.3.1.2. O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português

O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português foram importantes instrumentos da política portuguesa a partir de 1930. Ambos constituíam uma espécie de orientação para a gestão política dos territórios ultramarinos.


Constituição política
da República Portuguesa
e
Acto Colonial
Edição actualizada, com as alterações constantes das leis N.os 1885, de 23 de Março, 1910, de 23 de Maio e 1900, de 21 de Maio de 1933 e rectificada no «Diário do Governo», 1.ª série N.º 176 de 1 de Agosto de 1935, contendo um índice remissivo
1935
DEPOSITÁRIA: LIVRARIA MORAIS
49, Rua da Assunção, 51
LISBOA

[75] Publicação do Acto Colonial e da Constituição de 1933.

> ***Artigo 2.º***
>
> *É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.*
>
> ***Artigo 3.º***
>
> *Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português. O território do Império Colonial Português é o definido nos 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição.*
>
> ***Artigo 8.º***
>
> *Nas colónias não pode ser adquirido por governo estrangeiro terreno ou edifício para nele ser instalada representação consular senão depois de autorizado pela Assembleia Nacional e em local cuja escolha seja aceite pelo Ministro das Colónias.*

*Artigo 22.º*

*Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.*

Acto Colonial, in *Diário do Governo*, 1.ª série, 11 de Abril de 1933

[76] Alguns artigos relevantes do Acto Colonial de 1930.

No seu conteúdo, o Acto Colonial defendia:

- os direitos fundamentais da nação portuguesa;
- os direitos históricos sobre as suas colónias;
- as condições dos indígenas;
- o estatuto de "colónia";
- os artigos que orientaram a administração ultramarina portuguesa e as relações que a metrópole devia estabelecer com as colónias.

Estes documentos definiam como competência exclusiva do Estado a administração e a **cobrança de impostos** e mesmo a exploração dos **portos**. Definiu-se ainda o estatuto especial dos **indígenas**, como base para o recrutamento da força de trabalho para as empresas capitalistas.

A presente política colonial passou a guiar-se pelo princípio de que as **colónias deviam ser as principais reservas de fonte de matérias-primas** para a metrópole e mercados para as manufacturas portuguesas. Perante este cenário, Moçambique apresentou-se como importante **fornecedor de matérias-primas** (algodão para a indústria portuguesa) e **consumidor do vinho e têxteis portugueses**, bem como destino da massa de camponeses empobrecidos em Portugal.

A economia das colónias segundo o Acto Colonial passou a fazer parte da economia da metrópole. Assim, a administração das colónias devia estar sujeita ao **mandato directo e efectivo de Lisboa**, assegurando, desta forma, os interesses da burguesia portuguesa.

No geral, a publicação e implementação destes diplomas deram a Portugal **maior poder sobre a colónia de Moçambique**, tornando cada vez mais presente o capital português.

As dificuldades impostas ao capital estrangeiro e a **diversificação de fontes externas de capital reduziram sobremaneira a hegemonia da Inglaterra** sobre a colónia de Moçambique e abriu espaço para a entrada de outros capitais externos.

*A organização económica dos territórios portugueses depende da organização económica habitual da Nação Portuguesa, e ela deve por consequência ser integrada no conjunto da economia mundial.*

*Constituição Portuguesa* de 1933

[77] A economia colonial faz parte da economia da metrópole, vontade já transposta para a Constituição Portuguesa de 1933.

**Exercitando competências**

1. Qual foi o impacto para Moçambique, na prática, dos diplomas Acto Colonial e Carta Orgânica do Império Colonial Português?
2. Analise o documento [77].
   - 2.1. Qual é o n.º do artigo que retira a autonomia formal a Moçambique?
   - 2.2. Qual é o n.º do artigo que limita a entrada de capital estrangeiro em Moçambique?
   - 2.3. Como são nomeados os moçambicanos e demais nativos das colónias?

### 4.3.1.3. A crise de 1929 e suas repercussões em Moçambique


DECATUR EVENING HERALD

WALL STREET IN NEW PANIC

[78] Capa de jornal americano a relatar a crise que assolava Nova Iorque e se espalhou ao resto do mundo, em 1929.



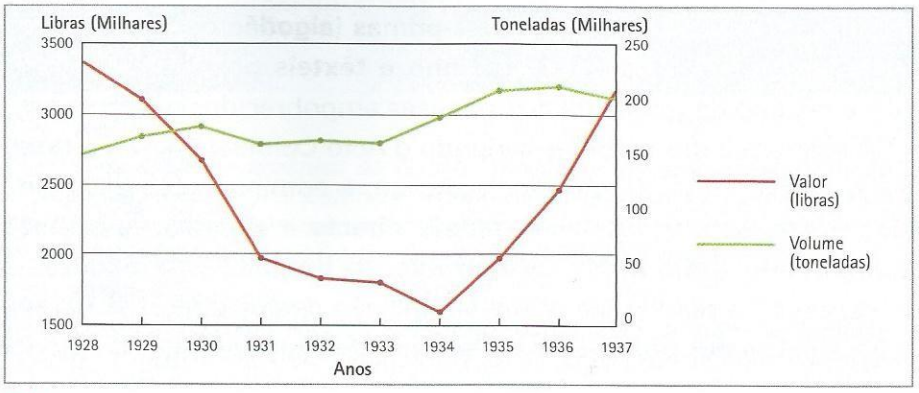
[79] A confusão social instalou-se em Nova Iorque, epicentro da crise de 1929.



[81] O algodão tinha sido a aposta do nacionalismo económico de Salazar e felizmente pouco sofreu com o *crash* de 1929.

A crise de 1929 que estalou em Nova Iorque com o *crash* bolsista atingiu todo sistema capitalista mundial. Esta crise foi originada pela superprodução, isto é, a produção ultrapassou o consumo, tendo afectado o sistema financeiro que começou a ressentir-se, diminuindo os créditos e provocando uma reacção em série no sistema económico mundial. Esta crise gerou muito desemprego, o fecho de fábricas e a redução da produção.

Todas as colónias dos países capitalistas foram muito atingidas com a **redução da procura de matérias-primas** e a **diminuição drástica dos preços de venda**. Como se pode ver no gráfico do valor e volume de vendas moçambicanas, ainda que o volume de vendas não tenha descido de forma acentuada, o valor pago por essas matérias-primas atingiu níveis baixíssimos, que só foram repostos oito anos mais tarde.




[80] Valor e volume de vendas de produtos moçambicanos, entre 1928-1938.

Para o caso de Moçambique, os produtos mais afectados foram:
– o amendoim, milho, copra, açúcar e sisal.

Os únicos produtos agrícolas de exportação que conseguiram manter os preços foram o caju e o algodão.

**Exercitando competências**

1. Analise o gráfico [81]. As tendências das linhas do volume e do valor das vendas são idênticas? Justifique.
2. Relacione as fontes [78 e 79] e caracterize o *crash* de 1929.
3. Quais foram as consequências práticas para a economia moçambicana da crise que começou nos EUA?

### 4.3.1.4. O capital comercial no quadro da agricultura forçada: o caso do algodão, arroz e chá

> *Um estudo histórico do modo da divisão da terra e da orientação da produção mostram-nos o seguinte: antes da invasão portuguesa, as terras em Moçambique, da mesma maneira como as da maior parte da África anterior à invasão branca, nunca foram propriedade privada dos imperadores, dos reis ou dos agricultores, dos chefes tribais, embora estes tivessem de pagar um tributo. A terra foi sempre propriedade colectiva do povo, do reino ou tribo e o sistema de repartição do terreno era feito segundo as necessidades do grupo familiar.*
>
> *Portugal e Capital Multinacional em Moçambique*, vol. II, p. 33

[82] O fim da propriedade colectiva em Moçambique.

O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português impuseram às colónias o papel de fornecedoras de matéria-prima e manifestou-se ainda a declarada intenção de cultivar certos produtos em detrimento de outros.

#### Caso do algodão

Moçambique tornou-se um fornecedor de matéria-prima para Portugal, sobretudo de algodão. O algodão era produzido em regime desumano de trabalho forçado, sem qualquer dispêndio do capital em salários. A promoção da cultura de algodão em trabalho forçado permitiu que os industriais portugueses usufruíssem de alguns benefícios, tais como:

- o fornecimento certo de boa e barata matéria-prima;
- o Governo fornecia as sementes à população camponesa e comprava-lhes toda a produção do algodão colhido;
- *a penetração do produto final nos mercados coloniais e europeus* com preços competitivos;
- o Governo devia fazer concessões de terras algodoeiras a empresas que assumissem o compromisso de construir uma fábrica de descaroçamento do algodão e um armazém.

Principais decretos que regulamentam a obrigatoriedade e processo de cultura do algodão em Moçambique:

- Decreto n.º 11 994, de 29 de Agosto de 1926;
- Decreto n.º 35 844, de 1946.

Ao serem **obrigados a cultivar o algodão**, os camponeses tinham pouco tempo para o cultivo de culturas de subsistência. A prazo, os camponeses deixaram de ter culturas para se alimentarem a si e às suas famílias. A fome instalou-se sobretudo nas zonas onde a cultura daquela planta era mais abundante, como Cabo Delgado, Nampula, Norte da Zambézia, Norte de Manica e Sofala (Chemba).

O processo de cultivo do algodão também não era justo. Geralmente, as sementes era dadas aos camponeses; estes semeavam-nas numa terra alugada ao Estado e colhiam o produto; o produto era vendido sempre ao Estado (companhia) a um preço baixo; as condições de trabalho eram péssimas e havia fome, pois não restava tempo para tratar das culturas de subsistência; por ano, tinham ainda de pagar os seus impostos e rendas da terra. Ao serem obrigados a cultivar o algodão, os moçambicanos perderam o uso livre da terra, passaram fome e a estar mais dependentes do capital português para pagar as suas rendas e impostos. Instalou-se um **ciclo vicioso** vantajoso apenas para o colonizador.



[83] Colheita do algodão, Moçambique, período colonial.

A cultura obrigatória do algodão trouxe **consequências graves para as comunidades**:

- fome no seio das comunidades;
- camponeses que protestavam contra o cultivo do algodão;
- camponeses que fugiam das zonas de cultivo do algodão para os territórios vizinhos;
- os camponeses juntavam pedras nos sacos de algodão para aumentar o peso e consequentemente o valor a receber por ele.

Face à resistência dos camponeses, as autoridades reforçaram a vigilância, organizando e controlando o processo de cultivo.

## Caso do arroz

Com a crise pós-II Guerra Mundial, que ocasionou o descontrolo dos circuitos comerciais mundiais no que diz respeito à importação do arroz do Sudeste Asiático (via Singapura), aumentou a necessidade da produção de arroz para abastecer as necessidades alimentares da população urbana portuguesa.



[84] Plantação de arroz na actualidade, Moçambique.

Assim, o Governo colonial decidiu criar **círculos orizícolas**, em 1942, com poderes iguais à Junta do Algodão. Os concessionários da junta deviam distribuir as sementes, fertilizantes e sacos, tendo cada homem moçambicano de cultivar um hectare e cada mulher 1/2 hectare. A cultura do arroz baseava-se na pressão exercida pelos administradores, sipaios e capatazes sobre os camponeses. O arroz devia ser vendido pelo camponês apenas ao concessionário a um preço baixo fixado pelo Governo.

Esta situação também criou muita revolta no seio dos camponeses e muitas fugas de camponeses que preferiam emigrar para outras zonas onde não se praticava esta cultura.

**Vocabulário**

**Orizícola**
Referente à cultura de arroz.

## Caso do chá

Apesar da crise mundial provocada pelo *crash* bolsista de 1929, o consumo de chá não baixou. O chá, a par do algodão e do caju, foi um dos produtos que mais valorizou, sobretudo devido às seguintes razões:

- na Zambézia, na década de 30, havia condições económicas e administrativas propícias para a plantação de chá;
- havia muita mão-de-obra disponível;
- havia ajuda estatal no fornecimento de mão-de-obra;
- em 1933, firmou-se o Acordo Internacional de Chá (AIC), que limitou a produção dos pricipais produtores, dos quais Portugal colonial não fazia parte;
- nesse acordo foi feita ainda a concertação de preços.

Moçambique começou por usar os férteis terrenos da Zambézia na produção de folha de chá e, fruto do AIC de 1933, conseguiu impor-se num mercado tão exigente.





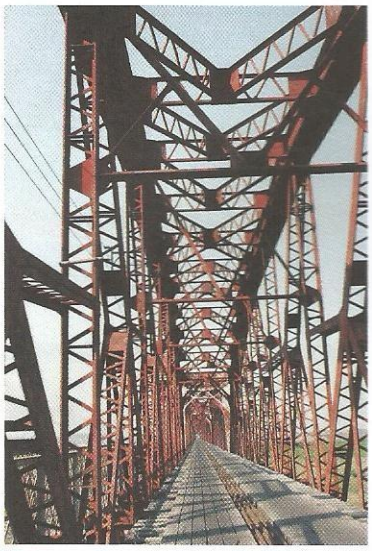


[85] Duas marcas de chá preto de Moçambique: Chá Zelly e Chá Li-Cungo.

**Exercitando competências**

1. O Governo colonial decidiu criar círculos orizícolas em 1942 com poderes iguais à Junta do Algodão. Quais eram esses poderes?
2. Quais foram as consequências da intensificação do cultivo forçado do algodão e do arroz em Moçambique?
3. Observe as imagens do documento [85]. Como se explica o sucesso da cultura do chá moçambicano em contexto de crise?

### 4.3.1.5. A continuação da exportação de mão-de-obra e da dependência em relação ao capital estrangeiro



[86] Ponte de Dona Ana, província de Tete. Uma ponte construída com capitais britânicos.

As finanças portuguesas, apesar de terem sido ligeiramente equilibradas por Salazar, continuaram a depender dos capitais estrangeiros, sobretudo dos capitais britânicos.

Mesmo que o Acto Colonial condenasse a **venda de mão-de-obra** para outros países, essa actividade manteve-se na clandestinidade, mas com a anuência do regime. Havia também introdução do capital estrangeiro feito às claras. Foi o caso da **construção de algumas infra-estruturas**, como a ponte ferroviária do rio Zambeze, entre Sena e Mutara.

> *Com a ajuda diplomática britânica, Portugal obteve um empréstimo de 17 milhões de dólares do Banco de Importações e Exportações, sediado nos EUA, que pagava cerca de 80% das despesas de construção, e que constituiu cerca de 36% do total das despesas do I Plano de Fomento.*
>
> *História de Moçambique*, vol. II, p. 164

[87] A dependência do capital externo no I Plano de Fomento.

Mas havia mais casos de introdução de capital estrangeiro em Moçambique. Era o caso das **taxas e impostos alfandegários** fruto da utilização do porto e caminhos-de-ferro. Esses capitais constituíam importantes receitas para Moçambique.

**Exercitando competências**

1. O nacionalismo de Salazar defendia a limitação da intervenção do capital estrangeiro nas colónias. Então como se justifica o conteúdo do documento [87]?

### 4.3.2. A política social: a crescente importância da colonização mental

Desde a colonização dos finais do século XIX e mais especificamente depois da chegada de Salazar ao poder em Portugal, desenvolveu-se uma política social para promover a colonização mental. O colonizador percebeu que havia duas formas de formar as consciências dos colonizados. Uma era através da religião e a outra era por meio da educação, sobretudo a educação escolar. O principal objectivo da colonização mental era convencer o indígena a tornar-se um trabalhador barato na economia colonial e cada vez mais português na língua e na fé.

### 4.3.2.1. O papel das missões católicas

Antes de 1930, a política das missões religiosas era ditada pelo pensamento de **António Enes**.

> *Podem ir para lá* [Moçambique] *padres, mas lá é que hão-de aprender a ser missionários.*
> *Não se aprende a catequizar negros sem nunca ter visto um negro. Não se adquirem habilitações para influir no estado social dos povos africanos sem conhecer os caracteres, os costumes, as línguas, o modo de ser intelectual e moral. É pois em Moçambique que, na minha opinião, se deve educar o clero destinado às igrejas e missões de Moçambique. Não quer isto dizer que se faça lá toda a educação deste clero, mas sim a educação especial, prática e teórica, que o padre precisa de adquirir para ser missionário.*
>
> António Enes, *in Guia Bibliográfico*, pp. 301-304

[88] O papel das missões católicas, na opinião de António Enes (comissário régio para Moçambique, no seu relatório sobre a Igreja na colónia).

Para além das propostas acima descritas no documento, Enes defendia também a elaboração de um plano para a criação de uma **Congregação das Missões Portuguesas da África Oriental**, uma instituição que, subordinada ao Governo português e à diocese de Moçambique, tinha como fim congregar, formar e habilitar pessoal para os serviços eclesiásticos. A verdadeira missão destes missionários era:

- fazer a divulgação da propaganda religiosa e moral;
- formar o professorado primário.

No início do século XX, viveu-se um período de crise na relação entre o Estado Português e a Igreja. Com o fim da monarquia em Portugal e a proclamação da República em 1910, a ligação entre o Estado e Governo sofreu um revés, pois a nova república era abertamente laica e anticlerical. Uma das medidas tomadas foi a instituição da **separação da Igreja do Estado (1911)** e a aplicação em 1913 das suas disposições às colónias.



[89] António Enes foi o comissário régio para Moçambique que redigiu o relatório sobre a Igreja na colónia.

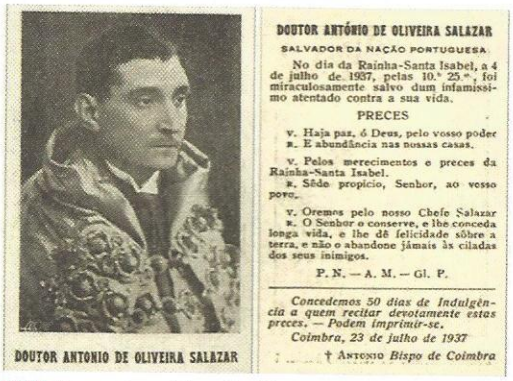
A partir de 1926, com a implementação da ditadura militar e, sobretudo depois de 1930 com a **promulgação do Acto Colonial, teve lugar uma mudança no papel das missões católicas nas colónias**. Nesse documento, as missões eram os instrumentos de civilização dos indígenas e influência nacional nas colónias.

Em 1940, deu-se uma formalização da aliança entre a Igreja Católica e o Estado Português ao mais alto nível. O Governo central de Lisboa e o Vaticano assinaram o **Acordo Missionário**. Neste acordo estabeleceu-se o seguinte:

- a atribuição de subsídios para as missões;
- as missões podiam fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos e hospitais;
- nas escolas indígenas era obrigatório o ensino da língua portuguesa, devendo as línguas indígenas serem usadas no ensino da religião conforme os princípios da Igreja.



[90] Fotografia de alunas e Irmã de um colégio salesiano em Moçambique, época do Estado Novo.




[91] Durante o Estado Novo verificou-se uma estreita parceria entre a Igreja e o Governo. Nesta imagem vê-se que o bispo de Coimbra dava indulgência de 50 dias a quem rezasse pelo ditador.

Em 1941, pelo ***Estatuto Missionário*** clarifica-se o acordo e delibera-se o seguinte: o Estado garante à Igreja Católica no Ultramar o livre exercício da sua actividade sem impedimentos; os bispos recebem salário equivalente ao dos governadores distritais; os arcebispos recebem um vencimento igual ao dos governadores-gerais; é proibida a atribuição de subsídios a outras igrejas que não fossem portuguesas e católicas.

Entre 1930 e 1937 houve uma **expansão das missões católicas**. A partir de 1930 era necessário tornar a população moçambicana mais portuguesa através do ensino da língua e cultura portuguesas e as missões deviam ocupar-se deste papel.

**Exercitando competências**

1. Leia o documento [88] e analise como evoluiu o papel da Igreja, sobretudo das missões, em Moçambique, na época colonial?
2. Qual foi o papel das missões durante a I República Portuguesa?
3. Analise a tabela ao lado.
   - 3.1. Entre 1930 e 1937 houve expansão das missões?
   - 3.2. Porque considera que isso aconteceu?

**Expansão das missões católicas entre 1930 e 1937**
(dados em números absolutos)

| | 1930 | 1935 | 1937 |
|---|---|---|---|
| Missões | 30 | 42 | 50 |
| Filiais | 108 | 157 | 188 |
| Missionários | 34 | 53 | 66 |
| Auxiliares | 234 | 342 | 408 |

Fonte: *História de Moçambique*, vol. II, p. 47

### 4.3.2.2. A natureza do ensino

Antes de 1845 a educação dos filhos da burguesia mercantil cristã esteve entregue, por certos períodos, a padres, professores particulares e professores pagos pelo Estado que substituíam as escolas. A educação dos rapazes era complementada com o encaminhamento para escolas no exterior. As filhas não recebiam qualquer educação escolar complementar.

As primeiras mudanças educacionais com o envolvimento do Estado foram introduzidas pelo decreto de 14 de Agosto de 1845 de Joaquim José Falcão. Deste modo foram estabelecidas as escolas públicas nas províncias ultramarinas. Assim, o decreto de Falcão uniformizou a educação formal e dividiu o ensino primário em dois graus: o primeiro grau, a ser ministrado nas escolas elementares; e o segundo grau, que ficaria circunscrito às escolas principais a instalar nas capitais das províncias.

Um facto muito importante é que esta legislação **não tinha nenhuma distinção legal entre africanos e europeus**, estando de acordo com os princípios liberais de igualdade que proibiam qualquer discriminação.

Mais tarde, foi promulgado o decreto de Rebelo da Silva, em 1869, que acrescentou ao anterior alguns pontos: sujeitou todo o ensino público à superintendência e fiscalização das autoridades responsáveis; definiu melhor as atribuições da inspecção; ampliou a competência e o número de vogais do conselho inspector; o grau elementar de instrução primária foi dividido em duas classes; separaram-se os sexos nas escolas; e, nas escolas principais, foram introduzidas novas disciplinas, entre elas o ensino de línguas estrangeiras, o inglês e o francês.

Anos mais tarde, com o agudizar do colonialismo sobre Moçambique, nota-se claramente a intenção de **promover a colonização mental através da educação escolar**. Essa colonização mental só foi possível graças ao crescimento do número de escolas oficiais e católicas. Nestes anos também se notou um decréscimo do número das escolas protestantes e maometanas.

*Devemos antes pensar em fazer de cada criança um operário, um profissional, capaz de ganhar a vida labutando no campo ou na oficina, porque as condições da actual luta social, por toda a parte, e as necessidades desta colónia exigem que se dê hoje à criança uma educação menos vistosa mas mais prática, menos senhorial mas mais utilitária, menos intelectual mas mais manual e criadora de riqueza e do conforto de todas as classes.*

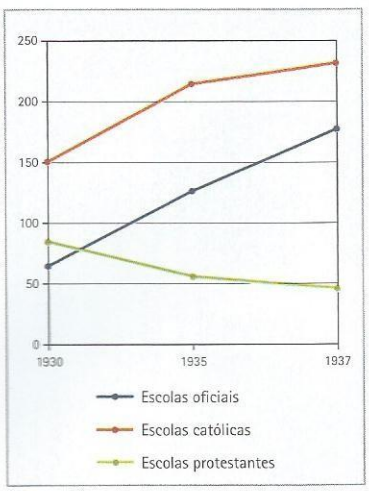
Azevedo, 1920

[92] Os objectivos da educação escolar colonial foram claramente formulados em várias cartas pastorais e documentos oficiais, com destaque para esta de Azevedo datada de 1920.

Em Moçambique, o ensino colonial dos africanos tinha os seguintes objectivos:

- formar elementos da população que actuariam como intermediários entre o Estado colonial e as massas;
- e inculcar uma atitude de servilismo nos africanos educados.

No período entre 1929 e 1930 foi redigida uma legislação que aprovava uma série de regulamentos e programas do ensino. O seu objectivo era o mesmo: formar a consciência dos indígenas, aportuguesá-la, torná-la mais civilizada.




[93] Gráfico: aumento do número de escolas rudimentares, sobretudo católicas e oficiais, entre 1930-1937.



[94] Uma típica sala de aula salazarista, com toda a propaganda colonial afixada nas paredes.

> [O ensino deve] *conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-o útil à sociedade e a si próprio.*
>
> Diploma n.º 238 de 17 de Maio de 1930, *in*, Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 315

[95] Excerto de um diploma de 1930 sobre a função do ensino rudimentar.

**Exercitando competências**

1. Analise o gráfico [93]. Como evoluiu o número de escolas entre 1930 e 1937?
2. Relacione os documentos [92 e 95] e defina os objectivos do ensino dos africanos na época colonial.

**Laboratório do historiador**

Qual é a opinião da turma sobre o impacto do colonialismo na educação nos moçambicanos?

1. Pesquise informações sobre o tema (ex.: testemunhos orais de familiares e amigos; bibliografia).
2. A turma deve organizar uma sessão de esclarecimento sobre o tema: *A educação como poder colonial.*
3. O professor deve orientar os trabalhos, num espírito de liberdade e incentivo.

## 4.3.3. Alterações na política colonial

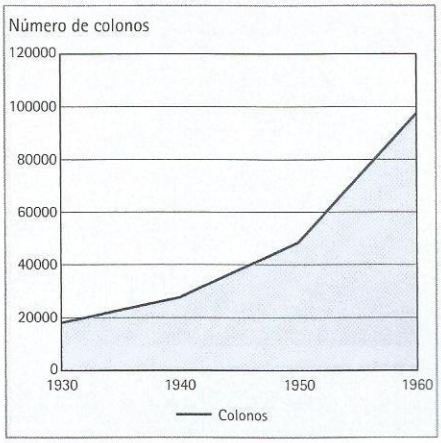
A política do Estado Novo visava favorecer a burguesia metropolitana portuguesa. Face a isso, no período da II Guerra Mundial e após a guerra, Portugal encontrou nas colónias um terreno fértil para os seus investimentos, numa altura em que vivia um período de relativa estabilidade devido em parte à acumulação de reservas públicas e ao afluxo de matérias-primas provenientes das colónias.

### 4.3.3.1. O crescimento da população colona

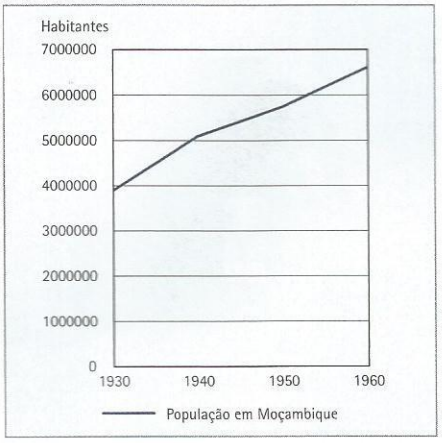
Assim, começaram a surgir grandes monopolistas portugueses que estudavam as possibilidades de canalizar investimentos para as

colónias como forma de rentabilizar os seus investimentos. A industrialização de Portugal levou a uma rápida **proletarização de uma massa enorme de camponeses portugueses** que, permanecendo em Portugal sem emprego, constituíam uma camada potencialmente perigosa para a estabilidade social e política. Assim, o Governo procurou **canalizar esta massa para as colónias** onde se converteriam numa camada leal ao Governo, não só no desenvolvimento económico das colónias, como na manutenção da autoridade colonial.

A vaga de povoamento colono pelo Estado foi incrementada no período entre 1945 e 1960, quando a II Guerra terminou e o clima económico mundial começou a florescer. Nessa altura começou uma verdadeira campanha de montagem de colonatos.




[96] Gráfico: População colona em Moçambique, de 1930 a 1960.
Fonte: Tabela in *História de Moçambique*, vol. II, p. 165




[97] Gráfico: População total em Moçambique, 1930 a 1960.
Fonte: Tabela in *História de Moçambique*, vol. II, p. 165

**Exercitando competências**

1. Confronte os gráficos [96 e 97].
   1.1. Como decorreu a evolução da população total em Moçambique entre 1930 e 1960?
   1.2. E como decorreu a evolução da população colona na mesma época?
   1.3. Justifique a evolução da população colona em Moçambique durante o período após 1930.

### 4.3.3.2. Colonatos

Os colonatos eram locais ou regiões de ordenamento e fixação dos colonos europeus. Podiam ser **propriedades rurais ou aldeias inteiras** constituídas por uma população branca portuguesa, com o

objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal. Nestas propriedades cada família portuguesa tinha direito a 25 ha de terrenos para cultivo e 25 ha para pastos.

A presença colona foi precedida da **expulsão de camponeses africanos** das suas terras. Em alguns locais ou regiões eram admitidos os africanos como trabalhadores do colonato com o pretexto de lhes virem a ser ensinados os hábitos portugueses de trabalho rural.

Os colonatos desenvolveram-se, fundamentalmente, em áreas agrícolas de grande fertilidade, nos principais vales fluviais, como os do **Limpopo e Revué**, e nas terras altas de **Lichinga e Montepuez**.

Exemplos de colonatos:

- Colonato do Limpopo (Gaza);
- Colonato de Revué e Sussundenga (Manica);
- Colonato de Nova Madeira (Niassa).



[98] Colonos de Cela, Angola.



[99] Colonato moçambicano, vista aérea.

**Exercitando competências**

1. Defina colonatos por palavras suas.
2. Dê exemplos de nomes de colonatos no território moçambicano.
3. Havia mão-de-obra indígena a trabalhar nos colonatos? Justifique a sua resposta.

**Vocabulário**

**Plano de fomento**
Planificação de um conjunto de investimentos orientados para determinadas áreas da economia. Em Portugal ultramarino, os planos de fomento foram pensados a 5 anos.

### 4.3.3.3. Os planos de fomento: primeiro plano (1953-1958), segundo plano (1959-1964)

Na época da II Guerra Mundial, Portugal reforçou o processo da **acumulação de capital**. Essa acumulação foi feita essencialmente pela **burguesia**. Com esse capital disponível, e alguma ajuda externa, Portugal lançou **planos de fomento** a 5 anos um pouco por todo o território ultramarino.

**Portugal não participou na II Guerra Mundial** pois nunca se definiu nem pelo lado dos Aliados nem pelo lado do Eixo; no final, a sua

posição era ambígua face aos blocos em conflito. Esta situação permitiu a Portugal o **reforço do seu comércio externo** e o fluxo constante de divisas, provenientes, sobretudo, do comércio com as suas colónias. Depois da II Guerra terminar, a indústria portuguesa cresceu rapidamente, embora o país continuasse a ser essencialmente uma nação agrária e profundamente analfabeta. Contudo, havia uma burguesia detentora do capital que conseguiu crescer, aumentando o seu poderio industrial e bancário.

Os investimentos de capital eram feitos de forma distinta:

- os investimentos governamentais eram alocados, na forma de empréstimos reembolsáveis a curto prazo, para financiar a construção de infra-estruturas, como caminhos-de-ferro e portos;
- os investimentos privados apostavam para a comercialização e criação de pequenas e médias indústrias de transformação de produtos agrícolas para exportação.

Salazar e o seu Governo sentiram ser necessário de concertar esforços e ter uma política económica única para aplicação do investimento disponível. Nesse sentido, criaram os **planos de fomento**. Os grandes objectivos da promoção dos planos de fomento para Moçambique eram: **facilitar a exploração de recursos de Moçambique e a fixação de colonos.**

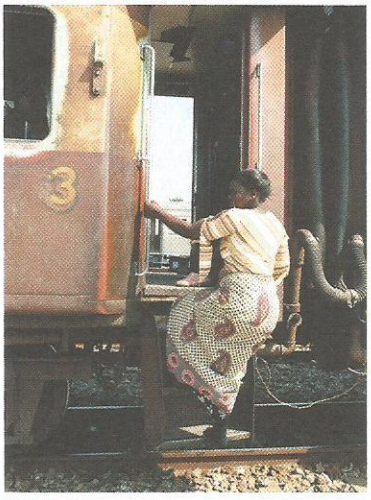
## O I Plano de Fomento

O I Plano de Fomento vigorou entre os anos **1953-1958**. Foram investidas elevadas somas em dinheiro para a **construção de infra-estruturas** como: caminhos-de-ferro, portos, transportes aéreos.

O I Plano de Fomento: conjunto de investimentos públicos orientados para a construção de infra-estruturas.



[100] Ramais ferroviários que confluem à estação ferroviária de Maputo.



[101] Moçambicana a subir para o comboio na estação ferroviária de Maputo.

Alguns exemplos de obras concretizadas no âmbito deste plano:

- os 300 km da linha férrea de Lourenço Marques-Malvérnia (actual Chicualacuala, perto da fronteira com o Zimbabwe);
- a fixação sistemática de colonos no vale do Limpopo;
- a construção da ponte principal rodoviária sobre o Limpopo;
- a preparação dos terrenos, abertura, irrigação e enxugue;
- a assistência técnica e financeira à colónia;
- o ordenamento do espaço;
- e a criação de propriedades agro-industriais.

## O II Plano de Fomento

O II Plano de Fomento deu prioridade à estratégia de investimento, mas com entrada da iniciativa privada.

O II Plano de Fomento vigorou entre 1959 e 1964. No essencial foi uma continuidade do I Plano, virado para investimentos públicos mas com a novidade de incluir **investimento privado** também.

*Tinha investimentos programados, basicamente, para os seguintes sectores:*

- *povoamento com o prosseguimento da obra do colonato do Limpopo e novos programas para a fixação de colonos para as culturas de tabaco e do chá;*
- *comunicações e transportes;*
- *aproveitamento de recursos, concretamente, no fomento agrário, florestal, pecuário, hidroagrícola e hidroeléctrico;*
- *conhecimento científico do território, com estudos a realizar no que se refere a cartografia geral e estudos geológicos (mineiros e pedológicos).*

*História de Moçambique*, vol. II, p. 167

[102] O programa do II Plano de Fomento.

Depois destes planos de fomento, a metrópole promoveu ainda mais alguns. Mas os dois primeiros são os mais importantes para a história de Moçambique. Convém ressalvar que o objectivo destes planos não era fomentar o apoio aos moçambicanos. O objectivo era, sim, facilitar e promover a instalação de colonos portugueses em Moçambique.

*Na totalidade, podemos afirmar que mais de 75% dos investimentos tinham essa finalidade (...): a criação de condições de formação de "centros de colonização" e de melhoramento dos já existentes.*

*História de Moçambique*, vol. II, p. 167 (adaptado)

[103] O objectivo dos planos de fomento.

**Exercitando competências**

1. Analise o documento [103]. Aponte as razões que levaram Portugal a enveredar pela elaboração dos planos de fomento.
2. Em que é que consistiu o I Plano de Fomento (cronologia e programa)?
3. Analise atentamente o documento [102]. Em que consistiu o II Plano de Fomento (cronologia e programa)?

## 4.3.4. O nacionalismo moçambicano

O nacionalismo moçambicano deve muito aos movimentos estudantis e aos contributos das artes, poesia, imprensa e missões protestantes.

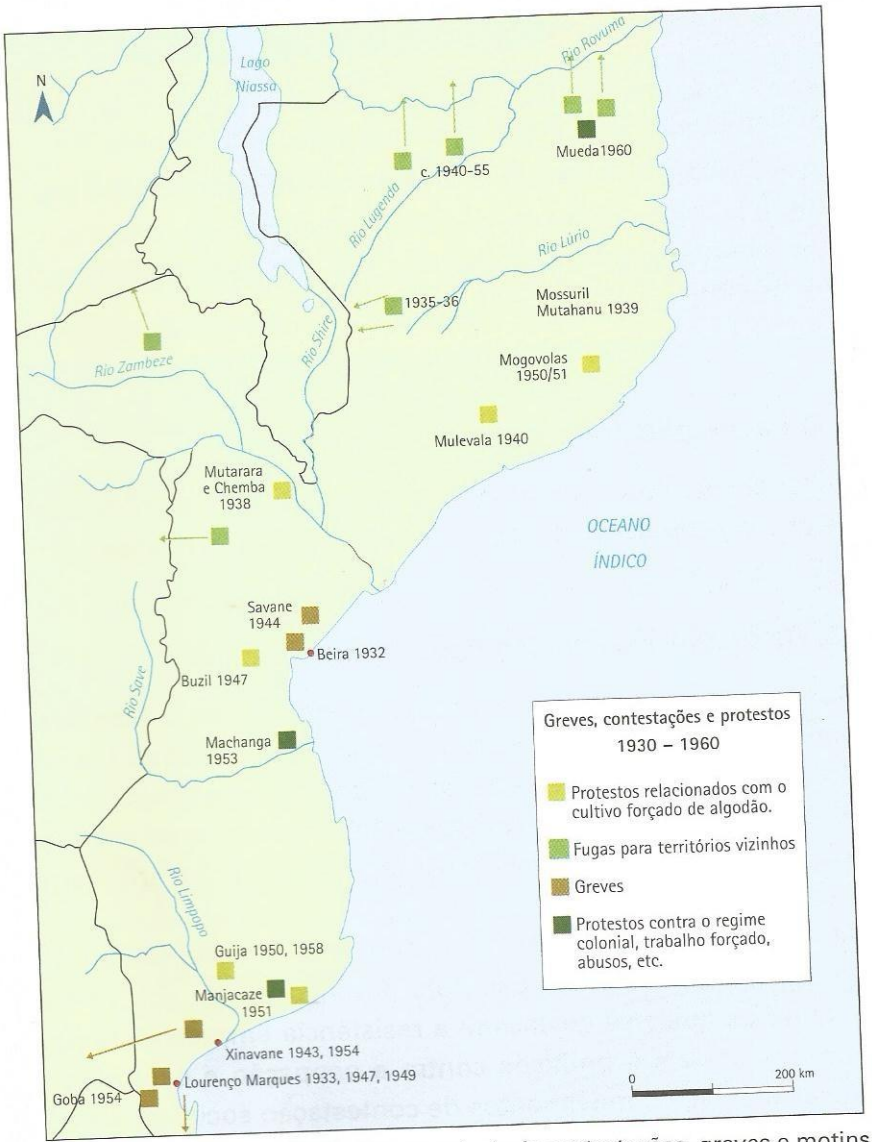
### 4.3.4.1. Os factores do nacionalismo moçambicano

O grande factor do nacionalismo moçambicano era a **insatisfação** do seu povo em relação ao colonizador. Moçambique estava ocupado há anos por estrangeiros, cerceado nas suas liberdades e liderado contra a sua vontade. E, desde 1930, a repressão colonial sobre os moçambicanos crescia, mas as revoltas populares também.

Os factores do nacionalismo moçambicano enquadram-se no processo da luta anticolonial. Esta luta desenvolveu-se sob várias formas, entre as quais se destacam: a resistência empreendida por vários grupos sociais e políticos contra a ocupação e exploração económica colonial; os movimentos de contestação social no sector produtivo; as greves e manifestações proletárias nos principais centros urbanos (Beira e Lourenço Marques); a formação de movimentos políticos dentro e fora do país e o seu acompanhamento cultural e intelectual.

Mas o nacionalismo moçambicano nasceu como uma continuação da resistência das populações contra a ocupação colonial e manifestou-se, principalmente, ao nível das igrejas separatistas, das associações, da imprensa e da poesia, num movimento crescente de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou de pan-africanismo.

As missões cristãs não portuguesas e protestantes que, a partir de 1880, se estabeleceram em Moçambique fizeram crescer as contestações. A Igreja Católica e as autoridades coloniais portuguesas viam as acções destas missões como subversivas e muito perigosas. As missões protestantes não só aprenderam as línguas locais




[104] Mapa de Moçambique com as principais contestações, greves e motins realizados entre 1930 e o final da década de 60.

como redigiram importantes obras nessas línguas. Por falarem a mesma língua, os protestantes eram mais próximos e influentes junto das populações locais.

Algumas traduções importantes para as línguas locais:

- publicação dos livros de referência em ronga por Roberto Mashaba, entre 1885 e 1893;
- tradução para xitsua da Bíblia (a partir do inglês) feita pelos metodistas Wilcox e Richards, apoiados pelos moçambicanos Tizora Navesse e David Maperre, e concluída por Sicobele, entre 1901 e 1908;
- as missões suíça e metodista fizeram o mesmo traduzindo a Bíblia para a língua ronga.

AEVANGELI

HI YOHAN

1 1 ARiru afa ḍi ḳone ku sunguleni, aḽitu afa ḍi ku Šikwembu Nkulukumba, aRitu afa e Šikwembu Nkulukumba.
2 Afa e kone ku sunguleni ku Šikwembu
3 Nkulukumba. Hikwaŝu ŝa tumbulušiwi hi yene: ahandle kwa kwe a ka tumbulukanga ntšhumu amakaṛi ka le'ŝi nga
4 tumbuluka. Abutomi afa byi ko ku yene; kutani abutomi hi libaningo la bhanu.
5 Alibaningo li baningile amunyameni, kambe amunyama a wu li yamukelanga.
6 Ka humeleli mhunu, lweyi a nga ṛumiwa hi Šikwembu Nkulukumba, abito ḍa kwe
7 e Yohan. Lweyo a teli ku ta hamba bumboni, a ta ta hambela libaningo bumboni, akuba hikwabu ba ta pfumela
8 ha yene. Af'a nge yene libaningo, kambe a tile ku ta hambela libaningo
9 abumboni. Afa li libaningo lo'linene, lo'li baningaka mhunu muṅwana ni muṅwana lweyi a taka misabeni.

[105] Excerto do texto bíblico em ronga.

**Exercitando competências**

1. Que factores contribuíram para o descontentamento moçambicano generalizado?
2. Analise o mapa [104]. De que formas protestaram os africanos?
3. Atente no documento [105]. Que legados deixaram as missões protestantes em Moçambique?

### 4.3.4.2. O papel das associações e movimentos estudantis

Depois da II Guerra Mundial, o colonialismo em Moçambique tornou-se mais repressivo. Esta **repressão** sobre quem discordava do regime aliada ao desenvolvimento das comunicações via **rádio** viu nascer uma forma de nacionalismo moçambicano genuína, as associações e os movimentos estudantis. Os principais legados destas formas de oposição foram:

- encorajar oponentes ao regime de Moçambique;
- ver nascer nomes que projectaram a democracia de Moçambique.



[106] Ouvir a rádio, sobretudo estações de rádio que emitiam notícias que pudessem levar à revolta, como a BBC e radioamadores, era proibido entre os moçambicanos. E a associação em grupo também era alvo de vigia por parte das autoridades coloniais.

#### – A Associação dos Naturais de Moçambique

A Associação dos Naturais de Moçambique surgiu no âmbito do aparecimento nos principais centros urbanos do país de associações de carácter reivindicativo e de defesa dos direitos cívicos dos assimilados e mulatos. Em 1935, nasceu a Associação dos Naturais de Moçambique constituída por brancos nascidos em Moçambique e que, para as autoridades portuguesas, eram considerados "braços de segunda". Na década de 50 um pequeno grupo de brancos antifascistas assumiu a vanguarda no seio da associação e abriu as portas para a adesão de outras raças, bem como para a colaboração com outras associações, como foi o caso da NESAM.

#### – O Movimento do Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM)

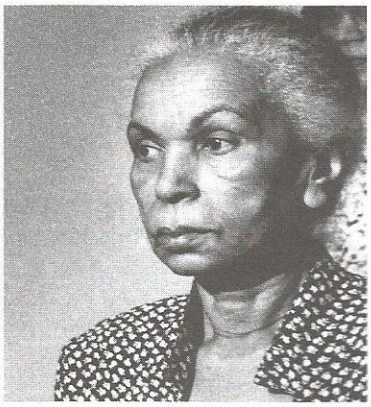
Pouco depois do término da II Guerra Mundial, surgiu em Moçambique um movimento complementar ao **MUD Juvenil** português, o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique (MJDM). Os propósitos do MJDM eram:

- desenvolver uma intensa campanha de propaganda política clandestina, através de panfletos contra o regime;
- combater as grandes injustiças sociais de que estavam a ser vítimas os trabalhadores por parte dos patrões;
- e despertar nos africanos a necessidade de unidade de todos na sua luta contra as formas de repressão colonial.

**Vocabulário**

**MUD Juvenil**

O MUD era o Movimento de Unidade Democrática, um movimento de luta contra o salazarismo em Portugal. Foi ilegalizado pelo regime, por considerar que tinha ligações ao Partido Comunista Português. A secção do MUD Juvenil contava com a participação de Mário Soares, Salgado Zenha, Octávio Pato, José Borrego, Maria Fernanda Silva, Júlio Pomar, Mário Sacramento, Rui Grácio, António Abreu, Nuno Fidelino Figueiredo, entre outros.



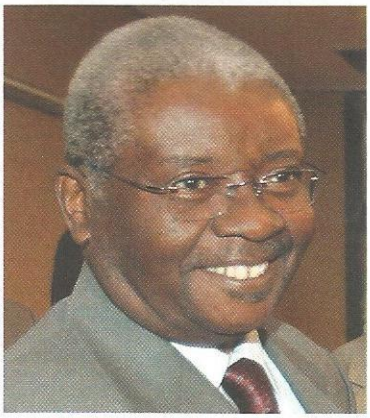
[107] Noémia de Sousa, um dos membros do MJDM.

Alguns dos seus dirigentes foram: Sobral de Campos (antigo consultor jurídico da Confederação Geral de Trabalho e de outros organismos operários portugueses, radicado em Moçambique), Sofia Pomba, Raposo Beirão (advogado), João Mendes, Ricardo Rangel e **Noémia de Sousa** (poetisa).

Vigiado pela polícia e limitado pelas divisões raciais impostas ao movimento, o MJDM viria a ser reprimido no período de 1948-1949, quando seus principais dirigentes foram presos e condenados. Mas a semente da contestação havia sido lançada. Assim, em princípios de 1949, formou-se em Lourenço Marques, com cerca de 20 membros, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), integrado no Centro Associativo de Moçambique (CAM).

### – O Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM)

O objectivo do núcleo era **fomentar a unidade e camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sociedade.**



[108] Armando Guebuza foi um dos membros deste núcleo; foto actual.

Nos primeiros anos da sua existência foi considerada pelas autoridades coloniais como uma organização nacionalista embrionária. Daí ter sido policiada e, sob influência da direcção colaboracionista do Centro Associativo, passou a restringir a sua actividade a acções socioculturais entre a pequena camada estudantil negra constituída pelos filhos das famílias que integravam o Centro.

Na segunda metade da década de 50, a contradição entre o colaboracionismo do Centro e a tendência nacionalista da NESAM agudizou-se. A NESAM voltou a ser uma plataforma de discussão e comunicação não só sobre o problema da **educação discriminatória**, mas também do **nacionalismo e independência.**

Alguns dos seus dirigentes foram: Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hunguana, Josina Muthemba, Pascoal Mocumbi, Jorge Tembe, entre outros.

Devido às suas ideias, o núcleo viria a ser banido em 1965.

### – O papel da Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos

Em Lisboa existia a Casa dos Estudantes do Império, uma associação legal, que tinha por objectivo integrar os estudantes provenientes das colónias e incutir-lhes o espírito de **lusitanidade**. A grande mais-valia desta casa não foi, por certo, o objectivo a que ela se propunha, mas o facto de os **estudantes de várias etnias africanas se poderem reunir livremente.**

Mais tarde, o Centro de Estudos Africanos foi formado pelos afri-

**Vocabulário**

**Lusitanidade**
Qualidade de ser português ou lusitano.

**Lusitano**
Habitante ou natural da Lusitânia, vulgo Portugal.

canos saídos da Casa dos Estudantes do Império. O centro promovia reuniões semanais e clandestinas, para a análise da questão do colonialismo em África. Por esta associação passaram pessoas como: Marcelino dos Santos, Noémia de Sousa, Mário de Andrade e também Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

As movimentações nacionalistas dos estudantes africanos a operar fora de Moçambique conseguiram criar **condições para a realização da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas**, em 1961, em Casablanca.



[109] Marcelino dos Santos, um dos membros da Casa dos Estudantes do Império, que depois ajudou a fundar o Centro de Estudos Africanos.

**Exercitando competências**

1. Mencione os grandes objectivos da NESAM.
2. Qual foi o contributo da Associação dos Naturais de Moçambique para a formação do nacionalismo africano?
3. Porque é a Casa dos Estudantes do Império importante para a História de Moçambique?
4. Como surgiu o Centro de Estudos Africanos e em que consistia?

## 4.3.5. A luta anticolonial

Se nas cidades surgiam movimentos de contestação, também no campo as populações se revoltavam contra o sistema colonial. A contestação e resistência acabaram por levar à formação das primeiras formações políticas moçambicanas, a UDENAMO, UNAMI E MANU.

### 4.3.5.1. A resistência no campo

No planalto de Mueda desenvolveu-se um movimento rural que conseguiu aproveitar temporariamente o sistema económico colonial e as circunstâncias específicas locais. De que forma? Os macondes do Norte de Moçambique criaram sociedades algodoeiras.

*A organização, criada por um grupo misto de camponeses, comerciantes e professores de Mueda, tem sido considerada como representativa dos esforços nacionalistas. Embora dedicada a desafiar a ordem prevalecente, a organização foi também uma instituição que procurou integrar-se na economia colonial, conferindo aos seus promotores a* ***possibilidade de um melhor negócio com as autoridades portuguesas e com as empresas de comercialização do algodão****. Constituiu um esforço organizativo para afastar o bloqueio imposto pelo Estado Colonial à expansão económica desse grupo de macondes ricos.*

Adam Yussuf, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 14, p. 20

[110] Estas sociedades constituíram, na prática, uma ameaça potencial ao regime colonial, no distrito, e contribuíram para as tensões do planalto, nos inícios de 1960. Este movimento foi muito influenciado pelos acontecimentos ocorridos no Tanganica.

Neste contexto, em 1957, surgiu em Cabo Delgado a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM), dirigida por Lázaro Kavandame (presidente), João Namimba (vice-presidente), Cornélio João Mandanda e Raimundo Pachinuapa (secretários). Inicialmente constituída por 12 membros, no decorrer do tempo este número foi-se alargando, tornando-se uma potencial ameaça política, uma base para possíveis contestações ao regime. É preciso destacar que a **SAAVM foi a primeira forma organizada de tipo unitário no planalto de Mueda**, o primeiro centro de discussão e de difusão da ideia de independência no meio camponês, situação que vai favorecer mais tarde a actuação da FRELIMO.

O ponto alto da resistência no campo deu-se no quarto encontro entre o presidente da SAAVM e o governador da província de Cabo Delgado. No dia **16 de Junho de 1960**, o governador avisou os membros da SAAVM que, dado ter havido várias reclamações em relação à sua existência, decidira prender os porta-vozes da MANU (que apoiavam a independência da província), Faustino Vanomba e Kibiriti Diwane. Esse foi o mote da revolta que se seguiu. Ao verem os seus compatriotas algemados e serem levados para a cadeia, os moçambicanos tentaram impedir o arranque do carro. Mas as tropas portuguesas abriram fogo. E aconteceu assim o massacre de Mueda em 1960. **Este massacre mudou para sempre e de forma irreversível a forma de os moçambicanos verem os portugueses. A partir daqui, tudo mudou**, no campo e na cidade.

Para além da criação de mecanismos fiscais e económicos de protecção, a comunidade rural protestava de outras formas, tais como: cozendo sementes; diminuindo o ritmo de produção; fugindo para os países vizinhos.

**Exercitando competências**

1. Que ameaça está documentada no texto [110]?
2. Que luta específica ocorreu no planalto de Mueda? Em que consistiu?

### 4.3.5.2. A formação das primeiras organizações nacionalistas: Convenção do Povo de Moçambique; União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI); União Africana Nacional de Moçambique (MANU)

Por volta de 1960 havia três organizações nacionalistas que, com meios pacíficos, tentavam obter a independência. Elas tinham como militantes-base os imigrantes moçambicanos nos países vizinhos e operavam, por isso, sob um perfil regional e clandestino quando se deslocavam a Moçambique.

Nos finais da década 50 é constituída na África do Sul a **Convenção do Povo de Moçambique**. São poucas as informações existentes

em relação à actividade desta organização. Sabe-se somente que os seus líderes foram Tomás Nhantumbo, de Madender, Dr. Agostinho Ilunga (representava o partido na Suazilândia) e Dinis Menjane, de Manjacaze e residente em Durban.



# Terminou na Boa Hora
## o julgamento dos dois moçambicanos

LISBOA, 1 (Lusitânia). — No Plenário Criminal da Boa Hora, terminou o julgamento dos moçambicanos Diniz Menjane ou Diniz Mossossote, de 30 anos, e de Tomás Betulane Nhantumbo, de 31 anos, que organizaram na África do Sul um movimento denominado «Convenção do Povo de Moçambique» que tinha por fim principal separar da Mãe-Pátria aquela província. Foram condenados a 4 e 2 anos e meio de prisão respectivamente, a 15 anos de suspensão dos direitos políticos, e a medidas de segurança por um período de 3 anos, depois de cumpridas as sentenças. Presidiu o desembargador Silva Caldeira.

**PRINCIPIOU na Boa-Hora**

**o julgamento de dois moçambicanos acusados de crime grave contra a integridade da Pátria**

LISBOA, 27 (Lusitânia). — No Plenário Criminal de Boa Hora começou o julgamento dos moçambicanos Diniz Menjane ou Diniz Massossote, de 30 anos, natural de Manjacaze, residente em Durban, África do Sul, e Tomás Betulane Nhantumbo, de 31 anos, natural de Madender. Ambos são acusados do crime grave contra a integridade da Pátria. Os réus organizaram na República da África do Sul, um partido ou movimento denominado «Convenção do povo de Moçambique», que tinha o fim principal de separar a Mãe Pátria daquela Província e viviam ambos na clandestinidade, sendo possuidores de documentos falsos, relacionados com a identidade que usavam, respectivamente os nomes de Dennis Titus Motley e Thomas Barlows. Segundo o despacho de pronúncia, o meio previsto para separar a Província da Mãe Pátria era a violência e fraude e luta de terroristas. Os réus colaboravam com o dr. Agustino Ilunga, já condenado. Tinham relações com os Negócios Africanos de Gana, com o chamado «Bureau of African Affiars», movimento com sede em Gana.

A sessão da tarde de hoje foi preenchida com um demorado interrogatório aos réus e inquirição dos declarantes e das testemunhas de acusação.

[111] Extracto da reportagem da época sobre o julgamento dos dirigentes da Convenção do Povo de Moçambique, Lisboa 1962-02-84.

Os nacionalistas do Sul e Centro de Moçambique formaram, na Rodésia, a **UDENAMO** (União Democrática Nacional de Moçambique). A **UNAMI** (União Nacional Africana de Moçambique Independente) tinha o seu apoio principal entre os moçambicanos das províncias de Tete, Zambézia, mas operavam através do Malawi. Os imigrantes, especialmente da província nortenha de Cabo Delgado, formaram a **MANU** (Mozambique African National Union). Na MANU existia também o núcleo dos camponeses que tinham tentado criar as suas próprias formas para a produção de algodão (SAAVM).

Desde a década de 50, a situação no Norte de Moçambique tinha-se tornado fonte de grande preocupação para a administração colonial portuguesa devido a vários factores:

- o movimento dos Mau-Mau no Quénia contagiava as consciências dos moçambicanos na diáspora;
- as acções conducentes à independência da Tanzânia levaram a que muitos moçambicanos que lá residiam ansiassem pela independência;

MANU
Inicialmente era a sigla de Maconde African National Union e mais tarde de Mozambique African National Union.

- a administração colonial não era muito forte no Norte de Moçambique (era sobretudo feita por funcionários públicos e serviços residuais e o grosso do colonialismo português estava implantando no Centro e sobretudo no Sul de Moçambique);
- os macuanos tinham imensa capacidade de luta;
- havia uma enorme insatisfação das populações rurais que, para além de terem de cultivar a monocultura, começaram a ter de pagar a água.

*Quando a MANU apareceu nós* [Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda] *confiámos nela porque era um movimento que vinha para nos libertar, mas no decorrer do processo verificámos que não havia indivíduos capazes de dirigir o movimento. Os elementos que existiam eram ladrões porque enganavam as populações e comiam o dinheiro, tal como descobrimos depois. A preocupação desses líderes era roubar o dinheiro das pessoas. O massacre de Mueda não teria ocorrido se os líderes tivessem tido a calma necessária.*

Depoimento de Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda, *in* Adam Yussuf, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 14, p. 27

[112] Considerações sobre a **MANU**.

Ainda que imperfeito, o surgimento destas organizações significou um passo em frente na **construção de um movimento nacionalista**. Elas colocavam como objectivos a luta anticolonial e pela independência, ao invés de simples ajuda entre grupos. As suas actividades estavam influenciadas pelo clima político dos territórios que os albergavam, as colónias britânicas. Entretanto, mostrou-se impossível criar um diálogo com Portugal e o sistema das Nações Unidas não oferecia quaisquer caminhos possíveis.

## Exercitando competências

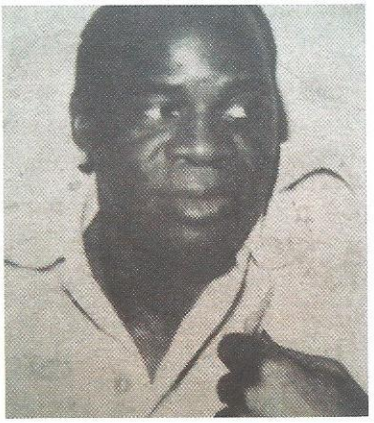
1. Componha uma tabela-resumo sobre as três forças políticas mais importantes a partir dos anos 50 em Moçambique. Indique os países onde se formaram, os nomes dos políticos mais relevantes, a sua acção e outros elementos que considere importantes.
2. Aos olhos do autor da notícia documentada em [111], qual era o objectivo da Convenção do Povo de Moçambique?
   2.1. Qual era o nome dos réus?
   2.2. Qual foi a sua sentença?
3. Analise o documento [112] e comente a frase: ainda que imperfeito, o surgimento destas organizações significou um passo em frente na construção de um movimento nacionalista.

## 4.3.6. A fusão dos três movimentos e a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Os três movimentos, MANU, UDENAMO e UNAMI, uniram-se em 1962 e formaram a FRELIMO, nome escolhido pelos três movimentos pela sua forte sonoridade libertadora: **Frente de Libertação de Moçambique.**

Porque sentiram a necessidade de se unirem?

Estava agendado para se realizar em Dar-es-Salam, na actual Tanzânia, em 1962, o Congresso das Nações Africanas. Os movimentos moçambicanos foram convidados a participarem, mas tinham de falar a uma só voz. Então, foi necessário unirem-se e elegerem um líder com carisma político e vontade de independência.



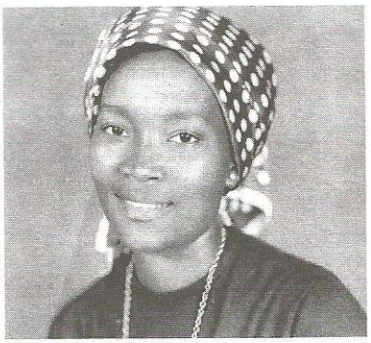
[113] Eduardo Mondlane era moçambicano, mas estava já radicado nos EUA, a trabalhar como docente numa universidade e a trabalhar também nas Nações Unidas. Porque era um esclarecido, um estudioso, um bom falante em línguas estrangeiras e um profundo conhecedor dos meandros políticos internacionais, foi escolhido para liderar a FRELIMO.

### O I Congresso da FRELIMO

O I Congresso da FRELIMO foi o início da sua história formal. Realizou-se em Dar-es-Salam, entre 23 e 28 de Setembro de 1962, e lá foram elaborados os **primeiros Estatutos e Programa da FRELIMO**. Definiram-se ainda os órgãos que deviam compor a organização. A FRELIMO estava aberta a ouvir a opinião de todos no Congresso. E juntos elegeram o seu líder que os movimentos já haviam pensado, Eduardo Mondlane.

O Congresso, depois de examinar as necessidades da luta contra o sistema colonial português em Moçambique, declarou a sua firmeza na condução do processo da luta até à obtenção da independência total e completa de Moçambique. Para isso, teve de adoptar algumas resoluções importantes, tais como:

- desenvolver e consolidar a estrutura organizacional da FRELIMO;
- promover a unidade de todos os moçambicanos;
- iniciar e acelerar o treino de quadros militantes para o arranque da luta;
- cooperar com organizações nacionalistas africanas, de colónias portuguesas e amigas;
- envolver a mulher no processo de luta;
- criar mecanismos para levar a mensagem de engajamento na luta a todas as regiões do país;
- criar condições para pedidos de apoio junto dos países amigos de Moçambique e defensores desta luta.



[114] Josina Machel foi a líder da Liga Feminina da FRELIMO.

**Exercitando competências**

1. O que significa FRELIMO?
2. Porque foi constituída a FRELIMO?
3. Quem foi Mondlane? Líder ou fundador da FRELIMO?
4. Relacione a MANU, UNAMI e UDENAMO com a FRELIMO.
5. Quais foram as resoluções iniciais da FRELIMO?

**Laboratório do historiador**

Elabore um texto histórico sobre "FRELIMO e a sua importância como frente única na resposta ao colonialismo". Para tal:

- pesquise fontes primárias e secundárias;
- documente-se com testemunhos escritos, orais, etc.;
- a elaboração deste texto visa dois objectivos:
  a. aprofundar os seus conhecimentos sobre a história da Frente de Libertação de Moçambique, destacando o percurso dos três movimentos, MANU, UDENAMO e UNAMI;
  b. realçar a importância da criação da frente única de luta nacional em 1962.

## 4.4. O desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional

Depois de muito se debater a forma de libertar Moçambique, o Congresso da FRELIMO optou pela luta armada. Em 1964 foi dado início à luta armada pela independência que começou pelo Norte do país.

*No início era só conversa, conversa, conversa, mas depois era preciso fazer outra coisa.*

Janet Mondlane, in *A Guerra* (documentário da RTP), 2009

[115] Janet Mondlane diz que Eduardo, seu marido, no início, tinha sido sempre favorável à resolução diplomática do conflito, mas os portugueses não aceitavam conversar e foi necessário agudizar o protesto com recurso à luta armada.




[116] Com o desenrolar da guerra da libertação, foram surgindo nas províncias do Norte de Moçambique onde a FRELIMO experimentou as formas de organização de um Estado popular: incremento da agricultura em moldes colectivos e a criação de escolas para alfabetização das populações. Essas zonas serviam também de locais de preparação de novos combatentes da FRELIMO. O lema era "estudar, produzir, combater".

*Em VOSSO NOME, A FRELIMO proclama hoje, solenemente, a insurreição geral armada do Povo Moçambicano, contra o colonialismo português, para conquista da independência total e completa de Moçambique.*

*O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.*

*Declaração do desencadeamento da luta armada de libertação nacional feita pelo Dr. Eduardo Mondlane, líder da FRELIMO*, in *Datas e documentos da História da FRELIMO*, p. 39

[117] O início da luta armada.

Durante os primeiros anos da luta armada foram libertadas **zonas no Norte de Moçambique**, mas essas zonas estavam limitadas às províncias de Niassa e de Cabo Delgado.

### O II Congresso da FRELIMO

O II Congresso da FRELIMO realizou-se nas zonas libertadas da província de Niassa, tendo participado cerca de 170 delegados e

observadores nacionais e internacionais. O Congresso modificou as estruturas da organização, adaptando-se à nova fase da luta de libertação nacional, com a actualização dos estatutos e do programa.

*A FRELIMO fez um congresso do movimento, o primeiro desde a sua organização em 1962, no Norte de Moçambique, distrito do Niassa. Foi um risco. Mas tais eram as pressões públicas que se tinham levantado, por motivo da crise interna, que assim se fez.*

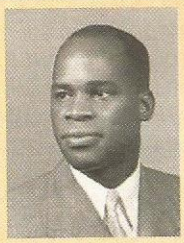
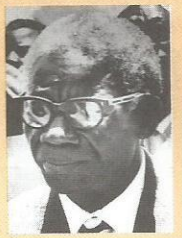
*O Congresso principiou e continuou a salvo. Um avião de reconhecimento português só localizou a assembleia nas florestas do Niassa na última tarde. Quando os bombardeiros vieram no dia seguinte, tudo se dispersara.*

Basil Davidson, in Armando Pedro Muiuane, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, 3.ª edição, p. 94 (adaptado)

[118] Relato do historiador Basil Davidson, que assistiu ao II Congresso da FRELIMO.

Este congresso foi caracterizado por divergências entre as duas alas que se formaram com o agudizar das contradições no seio do movimento.

**Divergências no seio da FRELIMO**

|  ALA DE MONDLANE (moderada) defendia: |  ALA DE NKAVADAME (radical) defendia: |
|---|---|
| – a modernização do movimento; | – queriam a separação com a actual liderança da FRELIMO; |
| – a forte mobilização do povo para a guerra; | – não concordavam com a liderança de Mondlane; |
| – a adopção da política de clemência em relação aos soldados portugueses prisioneiros; | – eram macondes e, por isso, lutariam sem clemência pelo seu território; |
| – a participação da mulher na política; | – o Congresso realizou-se sem a participação do Nkavadame e seus correlegionários. |
| – a criação do exército popular. | |

Foi feita uma tentativa de avançar sobre a **Zambézia** que teve de ser interrompida. Depois de 1968 surgiram também zonas libertadas na província de Tete. No entanto, a guerra de libertação nunca chegou a abranger mais do que 30% da área de Moçambique.

A ideologia da Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, foi-se afirmando no processo da luta, como uma **luta entre tendências e uma acumulação de mudanças nas mentalidades das pessoas, assim como na organização social real.**

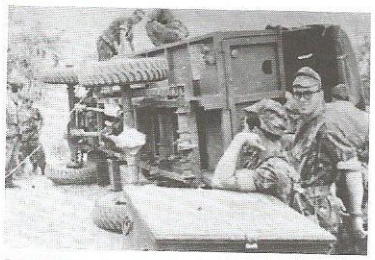


[119] Guerrilheiros da FRELIMO.

## • Algumas etapas

A primeira etapa da luta de libertação nacional vai desde o início da luta armada a 25 de Setembro de 1964 até ao início da operação "Nó Górdio" (Julho de 1970), onde os guerrilheiros faziam as **emboscadas** contra as fortificações do exército português junto aos quartéis e acampamentos militares portugueses.

Na segunda etapa, os guerrilheiros da FRELIMO, face à ofensiva-surpresa dos portugueses, contrariaram a ofensiva lançando ataques no Norte de Tete, enquanto estes se concentravam nas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, obrigando o exército português a mudar de estratégia, o que levou ao descalabro da "Operação Nó Górdio". A FRELIMO sob a liderança de Samora Machel venceu os portugueses nesta pesada ofensiva.



[120] Emboscada às tropas portuguesas, Moçambique, 1965.



[121] Kaulza de Arriaga (à direita) e outros militares, durante a "Operação Nó Górdio", em Mueda.

*Derrota final da ofensiva militar portuguesa denominada "Nó Górdio" lançada pelo general fascista Kaulza de Arriaga contra as forças da FRELIMO.*

*Nesta ofensiva, iniciada em Maio, Portugal, segundo os seus próprios comunicados, utilizou cerca de 35 000 a 50 000 soldados, além de caçadores especiais e comandos, equipados com 15 000 toneladas de armamento. Um grande número de aviões a jacto, bombardeiros e helicópteros, carros blindados e carros antiminas foram mobilizados. Os bombardeiros realizavam-se com uma média de 16 a 20 aviões e helicópteros em cada operação.*

Armando Pedro Muiuane, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, 3.ª edição, p. 157

[122] A "Operação Nó Górdio" foi intensa em meios logísticos e humanos e durou cerca de 36 dias.

## • O início do fim da luta pela independência

**Eduardo Mondlane foi assassinado em 1969**, por meio do rebentamento de uma bomba armazenada num livro, e Samora Machel, passados alguns meses, assumiu a liderança da FRELIMO.

A luta armada passou a ser liderada por Samora Machel, e a partir de 1970 a actividade militar da FRELIMO aumentou significativamente. Mas o fim da luta armada foi beneficiado pelo fim da comissão de Kaulza de Arriaga e pelo 25 de Abril de 1974.

### • Os heróis da luta armada de libertação nacional

Neste período destacaram-se figuras heróicas moçambicanas, como Eduardo Mondlane, Samora Machel, Josina Machel, Tomás Nduda, Filipe Samuel Magaia, Mateus Sansão Muthemba, John Issa, José Macamo, Paulo Samuel Nkankomba e Francisco Manyanga, entre muitos outros.

**Laboratório do historiador**

Elabore uma biografia sobre "Um herói/Uma heroína da independência".
Para tal:
- seleccione o herói ou heroína que pretende estudar;
- pesquise fontes primárias e secundárias;
- documente-se com testemunhos escritos, orais, etc.;
- todos os trabalhos da turma devem ser compilados numa obra colectiva e apresentada à comunidade escolar.

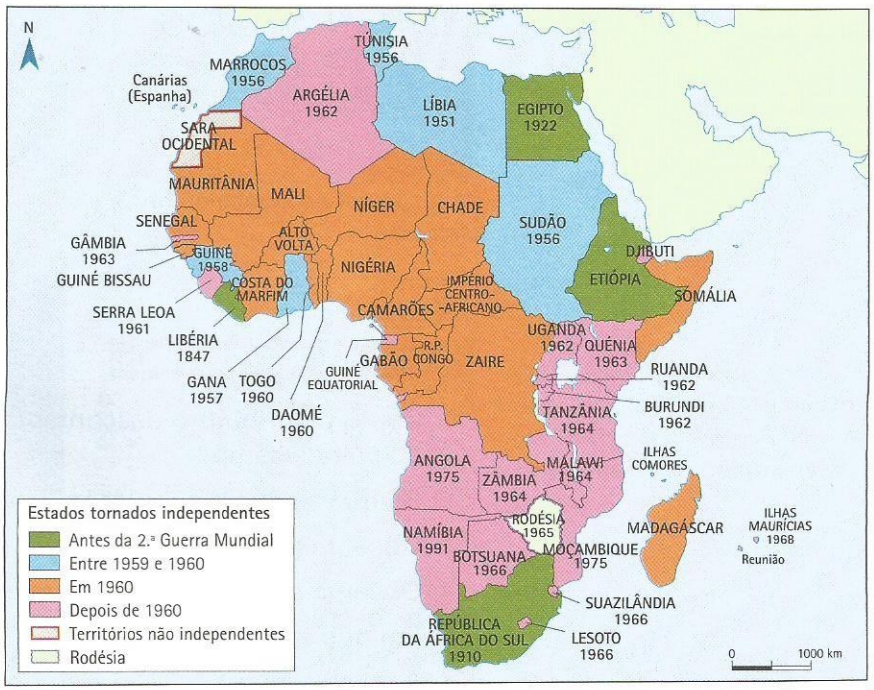
**Exercitando competências**

1. Confronte os documentos [115 e 117]. Como foi decidida a via armada para a luta de libertação nacional?
2. Porque não foi seguida a via diplomática?
3. Em que sentido foi feita a luta armada (Norte-Sul; Este-Oeste; Sul-Norte)? Justifique porque ocorreu assim.
4. Qual era a política desenvolvida nas zonas que iam passando para o domínio da FRELIMO?
5. O que foi o "Nó Górdio", segundo as fontes [121 e 122]?
6. Enumere nomes de heróis da luta nacional.

## 4.4.1. A crise do colonialismo português

Depois da vitória sobre os portugueses durante o "Nó Górdio", a FRELIMO ganhava cada vez mais força. Todas as colónias começavam a libertar-se do jugo dos portugueses. A pouco e pouco, os movimentos de libertação nacionais das colónias portuguesas faziam o mesmo que os das colónias de outras potências industriais. As colónias tornavam-se independentes.

Mas o colonialismo português já estava em crise há muito tempo, tal como o regime pesado do Estado Novo. O **país estava mais pobre** desde que entrara na guerra colonial, e não eram só os recursos económicos que rareavam, as pessoas também. A Guerra Colonial viu morrer muitos portugueses e em cada **morto** ou doente havia uma família descontente e revoltada com o regime.




Diario de Notici

SURPRESA E PROFUNDA MÁGOA EM TODA A NAÇÃO PORTUGUESA

INSÓLITO E LAMENTÁVEL

O PAPA RECEBEU TERRORISTAS

RESPONSÁVEIS PELA CHACINA DE MILHARES DE CRISTÃOS

[124] Paulo VI recebe 3 africanos: *A Igreja está do lado dos países que sofrem*; e ofereceu a cada um exemplar, em latim e português, da encíclica *Populorum Progressio*.



[125] Marcello Caetano era o rosto de um Estado que já pouco tinha de Novo. Era este estadista que estava no poder quando se deu a Revolução dos Cravos.

O descontentamento era generalizado. Até a Igreja deixara de apoiar, ou deixou de não contestar, a atitude do regime. **Paulo VI recebeu, a 1 de Julho de 1970, três líderes de movimentos de libertação africanos**: Marcelino dos Santos, de Moçambique, Agostinho Neto, de Angola, e Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta notícia caiu como uma bomba em Portugal. Por um lado, o Governo de Marcello estava contra esta visita e, por outro, o povo católico começava a cimentar as suas dúvidas em relação ao regime.

Desde que Marcello Caetano tomou posse do Governo do Estado Novo notava-se a decadência do regime. Essa **decadência acabou por levar à sua queda**. As guerras coloniais já duravam há mais de uma década e Portugal era, no início da década de 70, um país pobre, inculto, atrasado e sem esperança para os jovens. O descontentamento das populações e dos militares, sobretudo os de baixa e média patentes, levou à queda do regime em 1974, no **25 de Abril**. A crise do colonialismo chegou ao fim e o Governo Provisório logo se apressou a negociar as descolonizações.




[126] Mural de comemoração e alusão ao 25 de Abril e Movimento das Forças Armadas.

## Exercitando competências

1. Como contribuiu o descontentamento da população para o fim do colonialismo?
2. Porque estava a população descontente?
3. Observe a imagem [126]. Quem foi Marcello Caetano?
4. Observe a imagem [127]. O que foi o 25 de Abril?
5. Em que ano ocorreu?
6. Analise o mapa [124] e refira em que ano ocorreram as descolonizações das colónias de Portugal.

## 4.4.2. A Independência Nacional

### 4.4.2.1. A República Popular de Moçambique

Depois do 25 de Abril de 1974, deixou de haver Estado Novo para negociar. Por isso, os moçambicanos passaram a ter como interlocutores os membros do MFA, Movimento das Forças Armadas que havia ganho a revolução portuguesa. As negociações com o MFA permitiram terminar a guerra, depois da assinatura dos Acordos de Lusaka.

Samora Machel assinou os **Acordos de Lusaka** com os portugueses em 7 de Setembro de 1974, iniciando um processo de edificação de uma nova sociedade, a moçambicana, onde pela primeira vez os moçambicanos conduziram por si os seus destinos.

Nesses acordos ficou estabelecido o seguinte:

- a data de independência de Moçambique seria 25 de Junho de 1975;
- iria prontamente (dia 20) entrar em vigor o Governo de transição;
- o Governo de transição seria liderado por Joaquim Chissano.

A independência de Moçambique foi proclamada, como previsto nos Acordos, no dia 25 de Junho de 1975, por Samora Machel e a multidão que o rodeava, no Estádio da Machava.



[127] Samora Machel e Mário Soares a cumprimentarem-se. Acordos de Lusaka, 1974.



ACORDO DE LUSAKA

7 DE SETEMBRO DE 1974

MOÇAMBICANOS

— APÓS 10 ANOS DE LUTA E GRAÇAS AO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DESENCADEADO EM 25 DE ABRIL, OS MOÇAMBICANOS VIRAM REALIZADO UM SONHO ANTIGO — A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE.

— ADMITINDO-SE QUE A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO IGNORA OS TERMOS FUNDAMENTAIS DO ACORDO DE LUSAKA, QUE DÁ SÓLIDAS GARANTIAS ÀS POPULAÇÕES DE TODAS AS RAÇAS E PROMETE UM FUTURO PROMISSOR À MOÇAMBIQUE, TRANSCREVEMOS O ACORDO A QUE CHEGARAM AS DELEGAÇÕES DE PORTUGAL E DA FRELIMO:

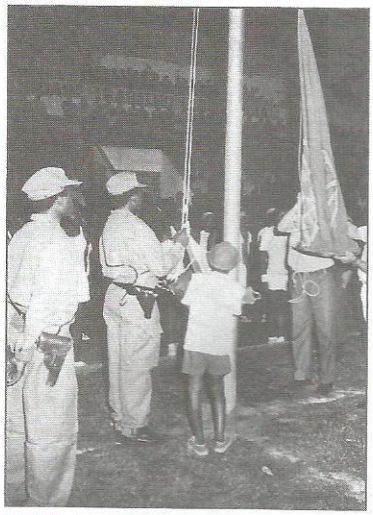
O ACORDO

A DEFESA E SALVAGUARDA DA ORDEM PÚBLICA E DA SEGURANÇA DAS PESSOAS E BENS

[128] Samora Machel em 1975 pôde proclamar a independência nacional de Moçambique com base nos Acordos de Lusaka.

### 4.4.2.2. A independência e o seu significado

A Independência Nacional significou para a maioria do povo de Moçambique o **início de uma nova era de liberdade**, o fim do sistema colonial português e o nascimento de uma nova nação africana, a República Popular de Moçambique.



[129] Samora Machel a hastear a bandeira de Moçambique no dia da independência.

*Moçambicanas e moçambicanos, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos-de-ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas:*

*– Em vosso nome às zero horas de hoje, 25 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique.*

*A República que nasce e a concretização das aspirações de todos os moçambicanos, e a extensão a todo o país da liberdade já conquistada durante a luta armada de libertação em algumas partes do nosso país, é o produto do sacrifício dos combatentes nacionalistas de todo o Povo Moçambicano e a concretização da nossa vitória.*

*Discurso de Samora Machel na proclamação da Independência Nacional no dia 25 de Junho de 1975*, no Estádio da Machava

[130] Excerto do discurso de Samora Machel no dia da independência.

## Exercitando competências

1. Analise o documento [128]. O que foram os Acordos de Lusaka?
2. Atente no documento [127]. Indique um nome dos representantes de Moçambique e outro de Portugal.
3. Em que circunstâncias foi declarada a independência de Moçambique?
4. Por palavras suas, explique o significado da independência de Moçambique.

# 5 Moçambique depois da independência

## 5.1. As estratégias políticas, económicas e sociais

## 5.2. Guerra de desestabilização: 1976-1992

## 5.3. Os processos eleitorais em Moçambique

**Objectivos específicos:**

- Analisar as estratégias de desenvolvimento depois da independência
- Caracterizar a política interna e externa de Moçambique após a independência
- Analisar a importância da resolução não violenta de conflitos
- Descrever os passos rumo à Reconciliação Nacional
- Destacar a importância dos processos eleitorais e da consolidação da democracia em Moçambique

# 5 MOÇAMBIQUE DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Na unidade 5 do nosso manual iremos abordar importantes temas sobre o início da independência de Moçambique. Primeiro, falaremos dos esforços internos para erguer o país e depois passaremos à ajuda externa. Contudo, o início da História de Moçambique não foi pacífico. Houve uma guerra civil que durou cerca de 16 anos. A guerra da desestabilização surgiu num contexto adverso nas esferas internacional, regional e até interna e teve graves consequências políticas e sociais. Quando a guerra estava no fim, existia abertura para a aprovação da Constituição e para haver multipartidarismo. A paz foi devolvida a Moçambique em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz. Desde essa data, Moçambique é uma república democrática e pauta-se por processos eleitorais cada vez mais eficazes, tanto ao nível presidencial, como legislativo, autárquico e provincial.

## 5.1. As estratégias políticas, económicas e sociais


A VERDADE
PAZ • PÃO • TERRA • LIBERDADE • INDEPENDÊNCIA
Lisnave
O POVO DE MOÇAMBIQUE
VENCERÁ!
ao povo
de Moçambique
CHILE
QUE SOLIDARIEDADE?

[1] Primeira página do jornal revolucionário *A Verdade*, da 2.ª quinzena de Setembro de 1974, acerca da vitória de Moçambique nos Acordos de Lusaka.

A independência nacional foi celebrada no dia 25 de Junho de 1975 pela primeira vez em Moçambique. E foi proclamada pela Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, como o culminar da luta armada iniciada a 25 de Setembro de 1964. Depois de assinados os Acordos de Lusaka de 7 de Setembro de 1974, o Governo português e a Frelimo foram preparando as condições para a transferência de poderes, através da acção de um Governo de transição composto por elementos do Governo Colonial e militantes da Frelimo.

A partir de 1975, a colónia de Moçambique passou a chamar-se República Popular de Moçambique e de território ocupado passou a ser um regime popular, de poder centralizado, Estado unitário e monopartidário.

A Frelimo chegou ao poder numa altura em que a maioria dos jovens estados africanos escolhiam o modelo político socialista para o seu desenvolvimento. As estratégias políticas, económicas e sociais de desenvolvimento de Moçambique, depois da independência nacional, foram inicialmente formuladas no III Congresso da Frelimo, com forte orientação socialista, em 1977.

### 5.1.1. Política interna

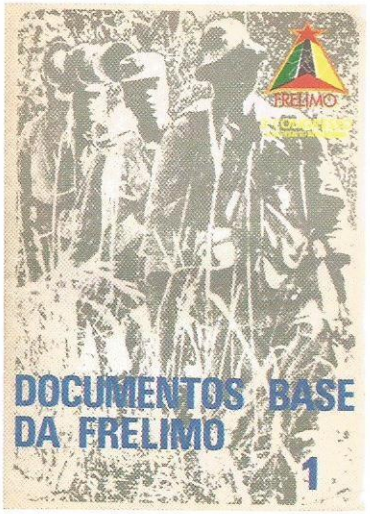
Depois da independência de Moçambique, a Frelimo adoptou uma política marxista que já tinha raízes nos anos de conflito da

guerra colonial. Para levar avante os seus objectivos de uma sociedade mais igualitária e justa, seguiu o modelo já implantado noutros países, como Cuba e China. Nesse sentido, decidiu-se, sobretudo no III Congresso da Frelimo, nacionalizar os principais sectores de actividade (terra agrícola, empresas, banca, ensino, saúde, etc.). Para concretizar este desejo de criação de uma sociedade marxista, estabeleceram-se vários planos de política interna, o PPI, o PEC, o PRE e o PRES.

## Plano Estatal Central (PEC)

O III Congresso da Frelimo deliberou a criação do primeiro Plano Estatal Central, o PEC. Era um plano de cinco anos (**plano quinquenal**), de linhas orientadoras sobre o modo de desenvolvimento da economia moçambicana. Houve vários PEC durante os primeiros anos de independência e eram deliberados nos congressos da Frelimo. O PEC de 1977 determinava explicitamente:

- a nacionalização da banca;
- a nacionalização do ensino;
- a nacionalização da habitação;
- a nacionalização da terra;
- a nacionalização da saúde.




[2] Documentos-base da Frelimo, aquando do III Congresso realizado em 1977.

**Vocabulário**

**Plano quinquenal**
Instrumento de planificação económica inicialmente estabelecido por José Estaline, na URSS. Moçambique também adoptou esta metodologia de planificar a economia por 5 anos, estabelecendo prioridades de investimento.

*4 a 7 de Fevereiro de 1977*

*O III Congresso da FRELIMO define o Banco de Moçambique como instrumento de controlo da economia.*

*Cronologia do Banco de Moçambique, in*
http://www.bancomoc.mz/files/OBanco/Cronologia/Periodo7480.pdf
(*site* visitado em 20 de Junho de 2011)

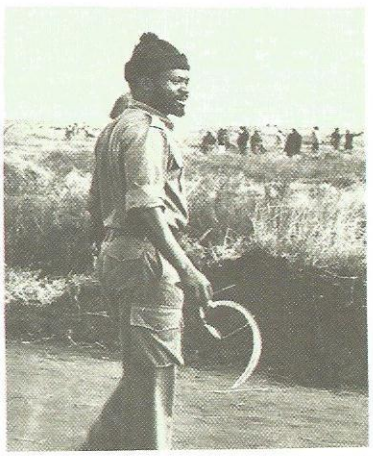
[3] Acontecimento relevante ligado à nacionalização da banca.

A palavra de ordem do PEC era a nacionalização da economia, num forte trabalho de centralização do Estado.

## Plano Perspectivo Indicativo (PPI)

Em 1979, começaram os trabalhos de preparação do documento que iria ser conhecido por Plano Perspectivo Indicativo (PPI). Os três grandes objectivos deste plano eram:

- a cooperativização do campo;
- o desenvolvimento do sector estatal agrário;
- a criação e desenvolvimento da indústria pesada, particularmente o ferro e o aço.



[4] Fotografia de Samora Machel com uma foice de agricultor, em data incerta (1980-1983).

O PPI era um plano de **10 anos** que tinha como meta acabar com o atraso em que o país estava mergulhado.

Nesse sentido, o Presidente Samora Machel lançou em Março de 1980 "a ofensiva política e organizacional em todas as frentes". Mas para o conseguir houve a necessidade de mobilizar toda a população. Como forma de implementar o plano, o Governo criou em vários ramos da vida económica os **conselhos de produção**.

| Organização nos ramos industriais dos conselhos de produção em 1980 |
|---|
| 1. Metalurgia, metalomecânica e energia |
| 2. Indústrias química, de borracha, papel e madeiras |
| 3. Cimentos, construção civil, vidro e indústrias extractivas |
| 4. Têxteis, vestuário, couro e calçado |
| 5. Sector público |
| 6. Comércio, banca, seguros e outros serviços |
| 7. Hotelaria, restaurantes e indústria de turismo |
| 8. Indústria alimentar e de bebidas, óleos vegetais e sabões |
| 9. Caju, açúcar, agricultura, criação de gado e pequenas espécies |
| 10. Transportes, comunicações e pescas |

Fonte: Bertil Egeró, *Moçambique: Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia,* Estudos 8 – AHM, 1992, p.159

Este plano era visto como a única saída para a eliminação dos efeitos económicos e sociais da época colonial. Os dirigentes da Frelimo, para além dos avanços materiais, ansiavam por devolver à população a sua dignidade. A luta anti-racial, a constituição da nação próspera e uma política geral de modernização da economia da vida social eram os principais pilares que norteavam esta visão. Os sectores da **saúde** e a **educação** eram os que as autoridades coloniais portuguesas pouco ou nada fizeram para melhorar e onde era mais fácil, segundo os novos dirigentes da Frelimo, conseguir bons e rápidos resultados.

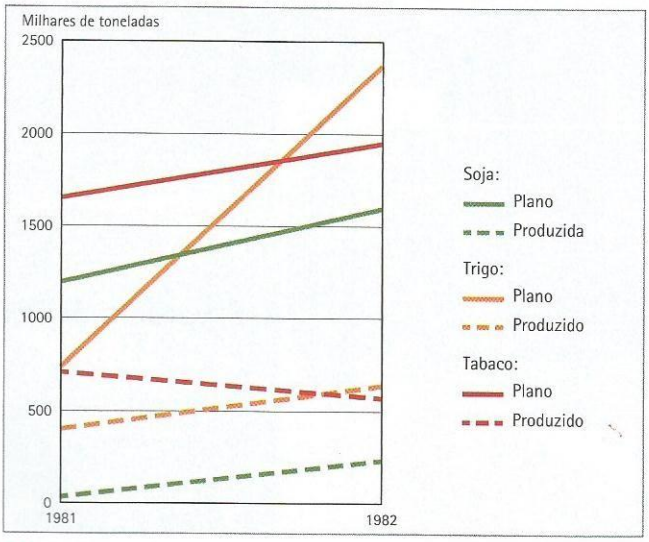
## Programa de Reabilitação Económica (PRE)

A partir de 1983, Moçambique encontrava-se em dificuldades financeiras, motivadas pela guerra em que o país estava mergulhado e também pela queda das receitas de exportação e o aumento

das necessidades de importação. Esta grave crise levou os dirigentes a recorrerem ao financiamento internacional para desenvolver a economia. Com base nestas dificuldades, inicia-se o desenvolvimento do Programa de Reabilitação Económica (PRE).

A decisão das autoridades estatais centrais de usar a força da lei no cumprimento do plano não resultou. Foi assim que em 1984 começaram as negociações com os organismos financeiros internacionais, FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial).

Mas só em em 1986 é que os primeiros documentos foram assinados. Com a morte de Samora Machel, o Comité Central da Frelimo indicou Joaquim Chissano para liderar o país e as negociações do PRE.




[5] Comparação entre as metas planeadas no III Congresso da Frelimo [Plano] e produção real [Produzido] nos anos 1981 e 1982. Fonte: Bertil Egeró, *Moçambique: Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Estudos 8 – AHM, 1992, p. 120

E, em 1987, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e Joaquim Chissano, em nome do Governo, dão início à fase de execução do programa, que resultou no seguinte:

- redução da mão-de-obra excedentária nas empresas do Estado;
- privatização de algumas empresas do Estado;
- abertura da economia moçambicana ao capital privado estrangeiro.

A previsão deste programa era sanear as finanças públicas em cinco anos. Este plano não foi, em geral, bem recebido pela sociedade, sobretudo pelas elites políticas mais à esquerda.

[6] Logótipo do Banco Mundial.

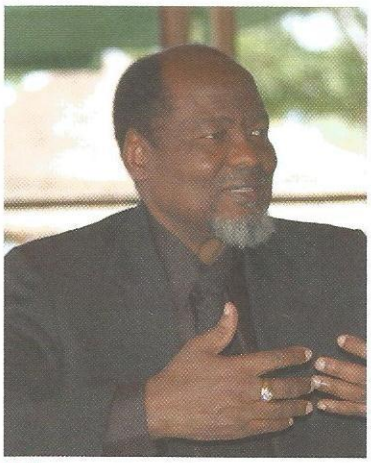
[7] Logótipo do Fundo Monetário Internacional.



[8] Samora Machel morreu num acidente num avião como este, um Tupolev 134, ao despenhar-se em Mbuzini, nos montes Libombos.

A adopção do PRE para alguns dos estudiosos da História de Moçambique era uma tentativa desesperada de corrigir distorções, representou uma inversão completa na política económica que vinha sendo seguida desde a independência nacional e obrigou à cedência absoluta às exigências do FMI e do BM. Basicamente, consistia em passar-se de uma economia centralizada e socialista para uma economia de mercado livre e capitalista.

## Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)



[9] Quando o PRES foi negociado, a Presidência da República de Moçambique já estava entregue a Joaquim Chissano.

O Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) foi criado para resolver problemas concretos. Por um lado, a introdução e execução do PRE criou um grave problema social: um fosso cada vez maior entre ricos e pobres. Este problema merecia toda a preocupação por parte do Governo. Por outro lado, o PPI não estava a dar bons resultados e tinha de ser criada uma alternativa. Então, juntamente com as instâncias financeiras internacionais, na década de 90 foi negociado e implementado o PRES. O seu objectivo era continuar a recuperar as contas públicas, mas com mais preocupações sociais de combate à pobreza.

O PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social) tinha quatro pilares importantes:

- parar a diminuição da produção;
- assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo;
- reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do défice orçamental;
- reforçar a balança de transacções correntes e a balança de pagamentos.

As novas medidas visaram a diminuição drástica da intervenção do Estado na esfera económica e a criação de estímulos à iniciativa privada de empresários nacionais e ao investimento estrangeiro.

### Exercitando competências

1. Elabore uma tabela-resumo com a identificação dos planos e programas estratégicos de Moçambique pós-guerra colonial.
2. Observe as imagens [6 e 7]. Com quem foi negociado do PRE?
3. Analise o gráfico [5].
   - 3.1. Como se explicam as divergências entre o planeado e o produzido?
   - 3.2. Estas divergências poderão ter condicionado o fim do PPI? Justifique.
   - 3.3. Distinga o PPI do PEC.
4. Porque se afirma que o PRE desvirtuou a República Popular de Moçambique e trouxe novamente o capitalismo?

## 5.1.2. Política externa

### O não-alinhamento

Desde que Moçambique se tornou uma nação independente, optou pelo não-alinhamento. O **Movimento dos Não-Alinhados** é uma associação livre de países que, durante a Guerra Fria, não se posicionaram do lado das superpotências, os EUA e a URSS.

Apesar de Moçambique e a maior parte dos outros membros desta associação não se reverem, nem tão-pouco subscreverem as políticas militares de qualquer um dos blocos, mantinham uma política socialista. Isto é, Moçambique apesar de formalmente não se colocar do lado da URSS estava politicamente bem mais próximo dela do que dos EUA. Esta tomada de posição de Machel teve vantagens e desvantagens. Por um lado, Machel e os demais não-alinhados limitaram a geografia da Guerra Fria. Ao não se declararem do lado de qualquer das potências impediram a escalada de violência em muitos confrontos. Por outro lado, serviram muitas vezes de mediadores políticos. Contudo, a aproximação de Machel e do seu Governo ao socialismo marxista foi vista com maus olhos pelos apoiantes dos EUA, países de matriz capitalista; e isto afastou o investimento capitalista do país.

**Vocabulário**

**Movimento dos Não-Alinhados (MNA)**
Associação livre de países sem qualquer compromisso formal com qualquer um dos dois poderosos blocos antagónicos representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética.



[10] Fidel e Samora Machel em 1980.

Para mais informações sobre o MNA, visite o *site* disponível em: http://www.nam.gov.za

### A Linha da Frente

Com a independência das antigas colónias portuguesas e de outras potências imperialistas, abriu-se uma nova era na história da região austral de África. A situação política e o equilíbrio de poder sofreram uma transformação radical. A independência do Zimbabwe, em 1980, fez desaparecer mais um Estado aliado do regime racista sul-africano. A república da África do Sul tinha ficado sozinha na luta racista.

Em 1979, os estados de Angola, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia decidiram dar início a uma cooperação regional alternativa, cujo objectivo era estabelecer o seu domínio económico regional, e criaram a Linha da Frente.

A Linha da Frente foi uma organização que pretendia era apoiar os países da região na sua luta pela emancipação ou independência, com destaque para o apoio à luta do Sudoeste africano, Namíbia, Zimbabwe e África do Sul. Em 1980, o Zimbabwe tornou-se independente e aliou-se prontamente à Linha da Frente.




[11] Cartaz da conferência da Linha da Frente realizada em Lisboa em 1983.




[12] Mapa dos países membros da SADCC, em 1980.

## SADCC

A SADCC, sigla de *Southern African Development Coordination Conference*, foi fundada em 1980 por nove países membros: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. O objectivo desta conferência de desenvolvimento para a África Austral era diminuir a dependência dos estados-membros em relação à África do Sul, que vivia sob o regime racista do *apartheid*. Ao reduzir a dependência em relação a esta potência, ela perderia, consequentemente, bastante poder na zona.

Assim, a SADCC enquanto conferência traçou as seguintes linhas-mestras de desenvolvimento:

- criar programas de acção para a agricultura e alimentação;
- desenvolver os recursos humanos;
- promover a indústria e as energias;
- dar apoio aos transportes e comunicações.

## SADC

Presentemente, a SADC, *Southern African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), existe desde 1992, em substituição da SADCC, e engloba cerca de 14 estados da região austral de África: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

A região austral de África enfrenta uma série de dificuldades de natureza diversa, desde problemas ou adversidades naturais como secas prolongadas, cheias cíclicas, doenças endémicas, como a malária, HIV/SIDA e a pobreza extrema. Neste quadro problemático, a SADC surgiu como uma organização que tem como objectivo unir esforços na região para a promoção do desenvolvimento económico, político, cultural e desportivo de todos os países membros. De que forma? Ajudando a incrementar estratégias comuns de desenvolvimento e de aproximação de pessoas e bens entre os países

membros. No fundo, os países da África Austral, depois de sofrerem em separado, resolveram unir esforços e vencer juntos as adversidades que assolavam estes países.

O **financiamento** dos projectos é obtido através de duas maneiras. A primeira e mais importante é a contribuição de cada um dos membros, com o valor baseado no respectivo PIB; a segunda é através da colaboração de parceiros económicos internacionais, como a UE e alguns países desenvolvidos, que dependem do projecto a ser desenvolvido. A SADC tem como principal parceiro económico externo a União Europeia (UE), que, para além de apoiar vários projectos de desenvolvimento regional, realiza importantes trocas comerciais com os países da região, representando a maior parte das exportações e importações externas.




[13] Mapa dos países membros da SADC, em 2010.

| SADC | |
|---|---|
| **Objectivo** | **Como/porquê?** |
| Promover o crescimento e desenvolvimento económico | – para aliviar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo africano e prover auxílio aos mais desfavorecidos por meio de integração regional; |
| Promover e desenvolver a paz e a segurança | – de modo a poder criar uma sociedade mais segura, livre e segura;<br>– para isso, ainda há várias missões de paz da ONU a preparar os militares desses países; |
| Promover o desenvolvimento auto-sustentável | – desenvolver da interdependência colectiva dos estados-membros;<br>– maximizar a utilização efectiva de recursos da região; |
| Reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais de longa data da região | – de forma que o sentimento e orgulho de ser africano, e no nosso caso moçambicano, se engrandeça;<br>– os povos com autoconfiança são moralmente mais fortes para vencer as adversidades. |

**Exercitando competências**

1. Distinga a Linha da Frente da SADCC.
2. Como evoluiu a organização representada no mapa [12] para a realidade visível no documento [13]?
3. Distinga a SADC da SADCC.
4. Como se posicionou Moçambique no alinhamento das potências mundiais?
5. Como é financiada a SADC?
6. Num texto de, no máximo, 20 linhas, analise as estratégias de desenvolvimento depois da independência, a nível externo.

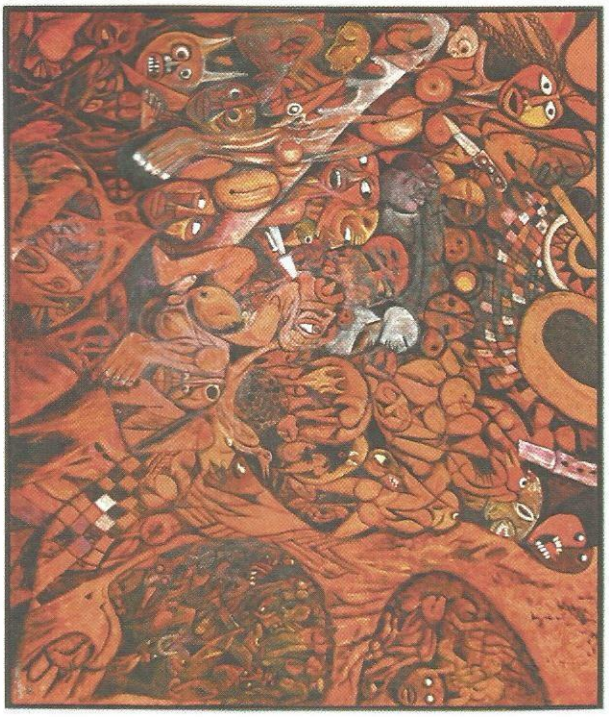
**Vocabulário**

**Guerra civil**
Guerra que se trava entre dois partidos de uma nação.

## 5.2 Guerra de desestabilização: 1976-1992

Pouco depois da independência, Moçambique mergulhou na **guerra civil**. A guerra civil moçambicana durou 16 anos, desde 1976 a 1992. Infelizmente, os anos de guerra foram acompanhados de calamidades naturais, como secas e inundações.

**Guerra civil, guerra dos 16 anos ou guerra da desestabilização?**
A guerra civil moçambicana durou cerca de 16 anos, por isso também é chamada de "guerra dos 16 anos". Contudo, esta guerra também pode ser apelidada de "guerra da desestabilização" porque desarmonizou e fragilizou por completo a sociedade e a economia moçambicanas.



[14] Pintura de Malangatana. Óleo sobre tela intitulado "Grito de Mãe", de 1986. Nas obras do pintor moçambicano está expressa a dor da guerra. Nesse ano de 1986 já se vivia em plena guerra civil.

### A conjuntura nacional, regional e internacional

**De *Mozambique National Resistance* a RENAMO**
Só a partir de 1984 é que a *Mozambique National Resistance* se passou a designar por RENAMO, sigla de Resistência Nacional Moçambicana.

As cisões políticas surgidas durante a luta armada de libertação nacional, os erros cometidos nos primeiros anos de governação de Machel e o descontentamento dos colonos contribuíram para o nascimento de uma força política armada, a **MNR, sigla de *Mozambique National Resistance***. O líder desta resistência que operava essencialmente nas matas era André Mathadi Matsangaíssa. Em 1979, depois da sua morte, sucedeu-lhe Afonso Dlhakama.

Depois da independência moçambicana, o Governo em funções terá cometido algumas **arbitrariedades e abusos de poder**, como, por exemplo:

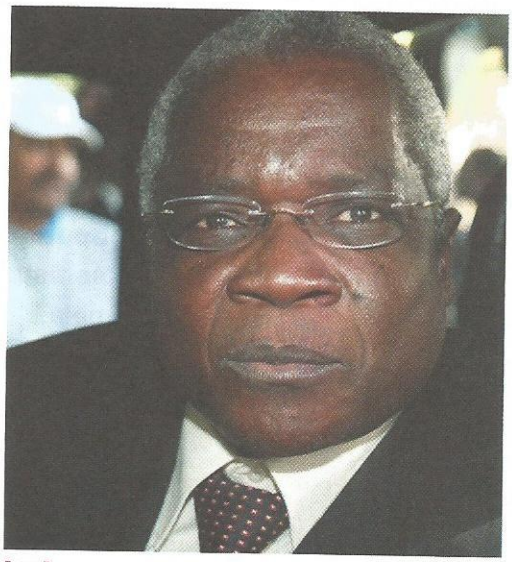
- a promulgação da lei das chicotadas;
- a instituição da pena de morte;
- o descrédito das autoridades locais, como os indunas, nhacuas e régulos;
- a proibição de ritos de iniciação e o combate à magia e curandeirismo;
- a criação dos campos de reeducação;
- uma forte perseguição política, etc.

Esta guerra opôs a Frelimo e a RENAMO, mas não pode ser vista apenas como uma guerra civil. Tem de ser analisada à luz da política de desestabilização da África do Sul e da Guerra Fria.

A África Austral nos finais dos anos 70 e até meados da década de 90 viveu tempos muito difíceis e instáveis. E o centro do problema estava na África do Sul. Esse país vivia no terrível clima do *apartheid*, de profunda segregação racial. Mas já começava a ser contestado pelos membros do ANC, liderados por Nelson Mandela. Para a racista África do Sul, todos os que apoiassem o ANC eram considerados inimigos.

O ANC e outros movimentos negros de resistência das nações vizinhas, como a ZANU, eram apoiados pela Frelimo. Este apoio da Frelimo à resistência da África do Sul e da Rodésia do Sul (futuro Zimbabwe) promoveram o apoio dos governos racistas aos inimigos da Frelimo, à RENAMO. A RENAMO conseguiu assim aliados importantes; num primeiro momento foi apoiada pela Rodésia, mas assim que esta se tornou no independente Zimbabwe, passou a só poder contar com a África do Sul.

E de que forma é que a RENAMO apoiada pelos racistas da Rodésia e da África do Sul combatia a Frelimo? Através da destruição, da minagem dos caminhos de mata e campos, etc.



[15] Afonso Dhlakama. Militar e político moçambicano nascido a 1 de Janeiro de 1953, em Mangunda, na província de Sofala. Durante a Guerra Colonial, em Moçambique, Dhlakama foi soldado do exército português. Em 1974, após a Revolução do 25 de Abril em Portugal e, consequentemente, o fim da guerra colonial, o jovem soldado ingressou no partido Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). No entanto, pouco tempo depois abandonou o partido para se tornar, em 1976, um dos fundadores do movimento armado RNM (Resistência Nacional de Moçambique), apoiado pela Rodésia (actual Zimbabwe) e pela África do Sul.

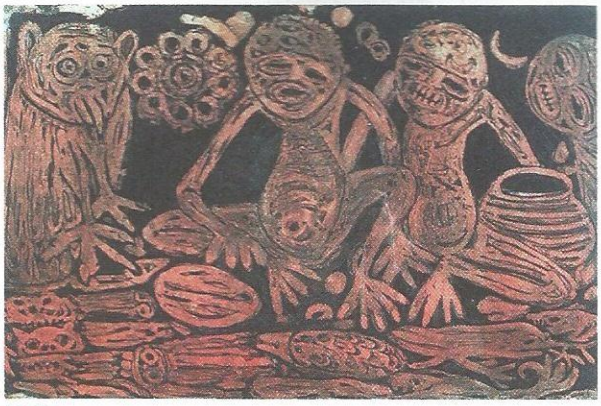
Para além do apoio da África do Sul e da Rodésia, a RENAMO contava ainda com o apoio dos EUA, Portugal, Quénia e Malawi, sobretudo porque receavam a forte política marxista implantada por Machel em Moçambique.

## Exercitando competências

1. O que expressa o documento [14]?
   - 1.1. Quem a pintou a obra representada?
   - 1.2. Qual a importância desse pintor na história recente de Moçambique?
2. Explique as circunstâncias de formação da RENAMO.
3. Porque estava a RENAMO descontente com a acção governativa da Frelimo?
4. Faça uma tabela-resumo com duas colunas, cada uma referente a cada um dos partidos. Nela devem constar: nomes de líderes e principais apoios na África Austral e no resto do mundo.

## As consequências políticas, sociais e económicas

As consequências políticas da guerra civil em Moçambique ainda hoje se fazem sentir. Na actualidade, ainda que se vivam tempos de paz, há uma profunda cisão entre a Frelimo e a RENAMO. Exemplo disso é o pedido de recontagem de votos que se reclama no final do apuramento dos resultados de eleições. Apesar de em Moçambique se estar a construir uma democracia, ainda nem todos acreditam nela.



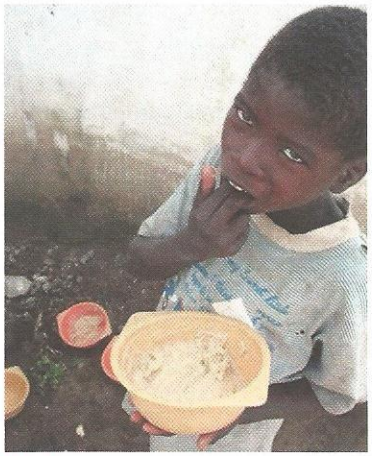
[16] Pintura de Malangatana. Nesta obra quase que se sente a violência da guerra.

Mesmo que exista algum descrédito, é certo que a conquista do regime democrático foi uma das maiores e mais expressivas consequências políticas da guerra civil em Moçambique. Para além disso, obteve-se uma Constituição e o sistema multipartidário.

As consequências da guerra civil a nível material e social são mais penosas. Ainda hoje há vestígios de destruição de infra-estruturas, de amputados vítimas das minas, refugiados, fome, mortos e um profundo atraso económico. De facto, do ponto de vista económico-social uma guerra é sempre nefasta.

A guerra civil em Moçambique produziu consequências drásticas para a sociedade moçambicana:

- 1 milhão de mortos;
- 50 mil pessoas amputadas;
- 92 881 soldados e guerrilheiros desmobilizados;
- acima de 250 mil crianças órfãs e não acompanhadas;
- 1/3 da população malnutrida;
- mais de 150 mil aldeias destruídas;
- cerca de 4,5 milhões de deslocados internos;
- 1, 5 milhão de deslocados externos;
- 7 biliões de dólares americanos de prejuízos da economia nacional;
- metade da rede rodoviária destruída e inviabilizada;
- mais de 50% das redes sanitárias destruídas;
- 1800 escolas destruídas, etc.



[17] Fotografia de criança moçambicana alimentada graças ao programa alimentar da ONU. As crianças são sempre as mais afectadas pelas guerras, ou porque ficam órfãs, ou porque passam fome, ou porque são vítimas de abusos ou porque são transformadas em soldados.

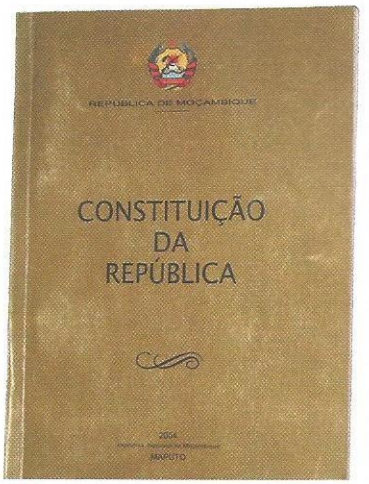
### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [16 e 17] e comente a frase: a guerra traz sempre pesadas consequências
2. Identifique as consequências políticas da guerra dos 16 anos.

## A Constituição de 1990 e a adopção do multipartidarismo

A primeira Constituição de Moçambique surgiu na sequência do termo da luta de libertação nacional e a assinatura dos Acordos de Lusaka entre a Frelimo e o Governo português e data de 1974.

A primeira Constituição de Moçambique foi aprovada na reunião da Praia de Tofo, em Inhambane, 1974. A mesma preconizava a criação de um Estado de opção socialista e de uma economia centralizada.




[18] Constituição da República de Moçambique, 2004.

> *A constituição então proclamada* [a de 1974] *consagrou o papel determinante da Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano. Sob a sua direcção iniciou-se o processo exaltante de exercício do poder assente na expressão da vontade popular.*
>
> *O Estado que criámos possibilitou ao povo moçambicano o aprofundamento da democracia e, pela primeira vez na sua história, o exercício do poder político e a organização e direcção da vida económica e social à escala nacional.*
>
> Ussumane Aly Daúto, *Constituição da República de Moçambique*, p. 7

[19] Considerações de Ussumane Aly Daúto, ex-ministro da Justiça de Moçambique, sobre a primeira Constituição do país.

Em 1990 ocorreram novos factores de natureza diversa que levaram à alteração da Constituição de Moçambique. Esses factores estavam ligados aos novos programas de reestruturação da economia e ao início das conversações de paz com a RENAMO que previa o fim da guerra civil.

A nova Constituição de 1990 defendia um **sistema eleitoral de representação proporcional** onde os órgãos representativos deviam ser escolhidos através de eleições em que todos os cidadãos com mais de 18 anos têm direito a participar. A eleição é feita através de um sufrágio universal directo, secreto, pessoal e periódico e o apuramento dos resultados das eleições devia obedecer ao sistema de representação proporcional. Nascia assim uma nova Constituição democrática que substituía a antiga Constituição, a qual defendia o sistema de partido único. Com a adopção desta nova lei fundamental, Moçambique adopta definitivamente o **multipartidarismo.**

A Constituição de 1990 era composta por 10 capítulos e cerca de 212 artigos.

A adopção de uma Constituição consagrando os princípios da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário, o princípio da separação de poderes e a realização de eleições livres foram, indubitavelmente, um **passo essencial para o estabelecimento de uma sociedade democrática.** Estavam, assim, criadas formalmente as bases de uma legitimidade democrática, conduzidas pelo próprio partido no poder, a Frelimo.

Embora a Constituição de 1990 tenha introduzido o fundamento legal de um sistema multipartidário no país, foi, na verdade, após a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992, que se abriram as perspectivas de uma efectiva transformação do sistema político moçambicano.

Neste processo de mudanças começaram a aparecer **várias organizações políticas**, lideradas por indivíduos há muito afastados do país e de pouca expressão no espectro social e político moçambicano, alguns deles ligados ao processo de paz. Todas as organizações políticas, incluindo o partido Frelimo, se afirmavam preparadas e dispostas a enfrentarem o desafio de reconciliação, da paz, de reconstrução, da promoção da democracia e dos direitos humanos no pleno respeito pela Constituição, pelos órgãos de soberania e pelo Estado moçambicano.

**Alguns pequenos partidos políticos da oposição moçambicana**

| Sigla | Nome | Líderes |
|---|---|---|
| PCN | Partido da Convenção Nacional | Lutero Simango, filho do histórico dirigente fundador da Frelimo, Urias Timóteo Simango |
| MONAMO | Movimento Nacional Moçambicano | Máximo Dias |
| FUMO | Frente Unida de Moçambique | Domingos Mascarenhas Arouca |
| PIDEMO | Partido Internacionalista Democrático de Moçambique | João Kamacho |

## Exercitando competências

1. De que ano data a primeira Constituição moçambicana?
2. Porque foi necessário adoptar outra?
3. De que ano data a segunda Constituição moçambicana?
4. Quais as principais mudanças que esta última previa em relação à primeira?
5. O que significa multipartidarismo?
6. Analise a tabela acima e indique o nome de alguns partidos moçambicanos para além da RENAMO e da Frelimo.
7. Na sua opinião, quais as vantagens de uma nação adoptar uma Constituição democrática e de viver em sistema multipartidário?

## Laboratório do historiador

A ligação entre Direitos Humanos e a democracia está claramente plasmada no artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

*"A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto."*

Imagine-se responsável pela garantia deste pressuposto constitucional. Que medidas tomaria para a efectivação deste princípio?

## Acordo Geral de Paz

A partir de 1990, o Governo moçambicano tomou importantes medidas que se vão revelar cruciais para o futuro do país e que acabaram por conduzir à paz:

- aprovação de um nova Constituição multipartidária;
- consagração dos princípios da liberdade de associação e da separação de poderes (legislativo, executivo e judiciário);
- determinação de realização de eleições livres, que criava as bases para o estabelecimento de uma sociedade democrática;
- início das conversações entre a RENAMO e o Governo de Moçambique, com a mediação das autoridades italianas e da Igreja Católica;
- o presidente sul-africano Frederick de Klerk garantiu que o seu Governo não apoiaria mais a RENAMO.

A nova Constituição fez acelerar as negociações de paz entre o Governo moçambicano e o movimento rebelde Resistência Nacional de Moçambique, RENAMO, que culminaram com a assinatura, em Roma, de um Acordo Geral de Paz (AGP), em 4 de Outubro de 1992. Foi a assinatura deste acordo que pôs termo à longa e destruidora guerra civil moçambicana.

Após 16 anos de intenso sofrimento, a guerra civil terminou em 1992 e a 4 de Outubro do mesmo ano, em Roma, Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, e Joaquim Chissano, Presidente da República, assinaram o Acordo Geral de Paz. Assistiram a este acordo histórico como mediadores os presidentes do Zimbabwe e do Botswana, o vice-presidente do Quénia, o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, o ministro da Presidência do Malawi, o vice-presidente da OUA e os representantes das Nações Unidas, dos EUA, da França, da Grã-Bretanha, de Portugal e os membros da Comunidade de Santo Egídio, com um forte destaque para D. Matteo Zuppi.

De entre vários pontos acordados, o Governo de Moçambique tinha de reconhecer a existência da RENAMO como partido político e não como um movimento rebelde de guerrilha, como até então vinha sendo tratado. Com a assinatura deste acordo geral de paz conseguiu-se:

- um imediato cessar-fogo;
- a desmilitarização das zonas de combate;
- a libertação de prisioneiros;
- a formação de um novo exército composto por cerca de 15 mil homens provenientes, em partes iguais, de ambas as facções;
- a marcação de eleições livres.

No mesmo ano, a ONU enviou para Moçambique forças para a

manutenção da paz – ONUMOZ – e o Zimbabwe retirou as suas forças armadas, que auxiliavam o Governo a controlar as vias de comunicação entre a Beira e o Limpopo.

**Exercitando competências**

1. Quais eram os principais pontos acordados entre o Governo de Moçambique e o movimento rebelde RENAMO em Roma, no dia 4 de Outubro de 1992?
2. Quem foram os mediadores do acordo?
3. Quais foram as conquistas concretas e imediatas do acordo?

**Laboratório do historiador**

Elabore um trabalho de análise sobre o Acordo Geral de Paz de 1992. O Acordo Geral de Paz de Moçambique é constituído por 7 protocolos, sendo que a cada um deles corresponde uma área definida. Analise e resuma o conteúdo de cada um dos protocolos em breves sínteses de aproximadamente 10 linhas por protocolo no máximo.

## 5.3. Os processos eleitorais em Moçambique: legislativas, presidenciais, autárquicas e provinciais

**Vocabulário**

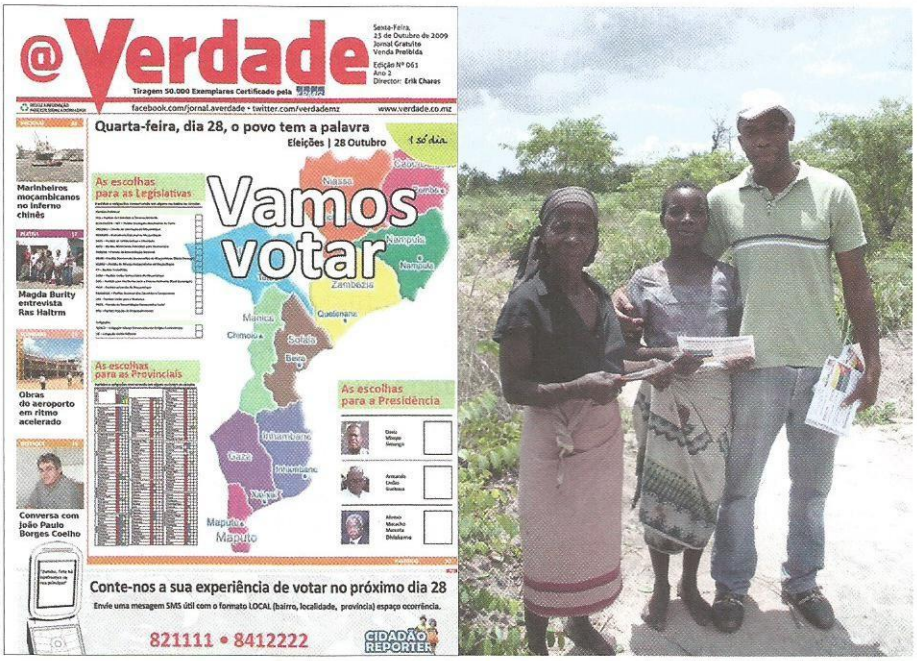
**Eleições legislativas**
Acto para a eleição dos legisladores, dos deputados que elaboram as leis.

**Eleições presidenciais**
Acto eleitoral para eleger o representante máximo da nação, o Presidente da República.

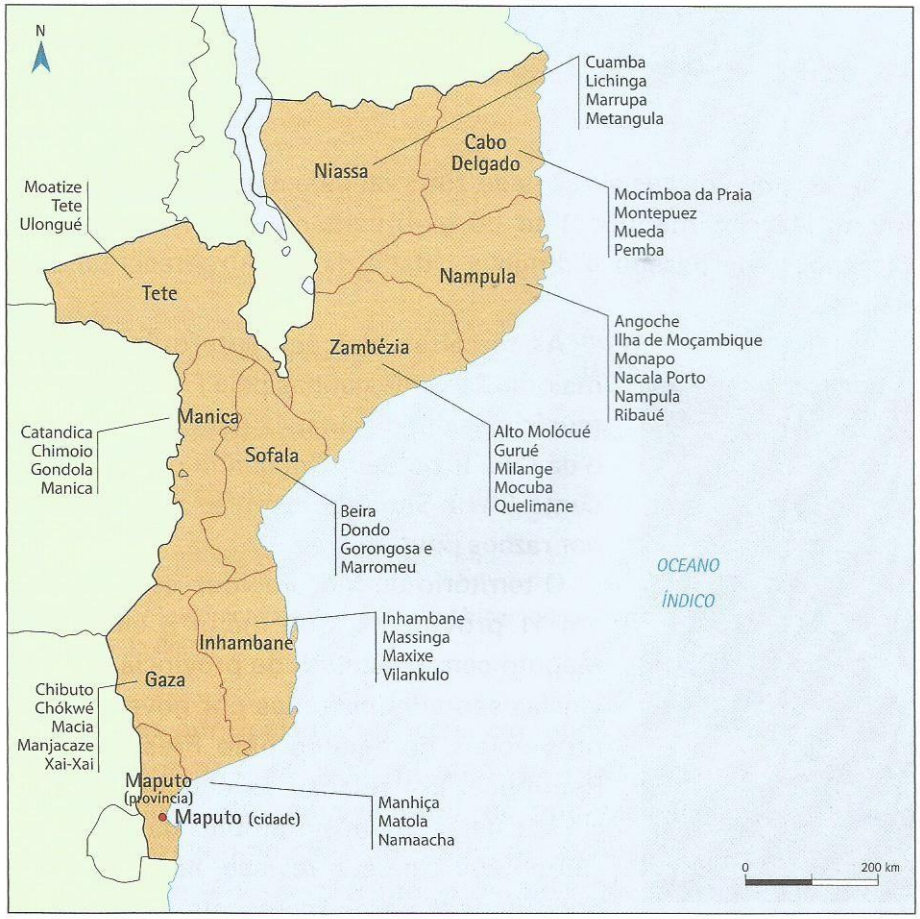
Dois anos depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em Moçambique, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. A 27 e 28 de Outubro de 1994 tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias **legistalivas** e **presidenciais**.

| Principais resultados das primeiras eleições multipartidárias | |
|---|---|
| **Legislativas de 1994** | **Presidenciais de 1994** |
| Vitória da Frelimo: 44,3% | Vitória de Joaquim Chissano: 53,3% |
| A RENAMO perdeu e obteve 33,7% | Afonso Dhlakama perdeu com 37,7% dos votos |

Os processos eleitorais, ainda que não sejam perfeitos e precisem de bastante supervisão e educação para a democracia, têm contribuído para a **estabilidade política e social**. Esta estabilidade veio encorajar o **investimento estrangeiro** no território, destacando-se a Inglaterra pelas medidas tomadas no que tocava não só à redução drástica da enorme dívida que Moçambique tinha para com aquele país, como também à enorme doação de capital por ela efectuada. Estas iniciativas ajudaram a fortalecer os laços entre os dois países, levando mesmo a que, em 1995, Moçambique entrasse para a *Commonwealth*, embora sem alteração, por exemplo, na língua oficial, que continua a ser o português.




[20] A educação eleitoral é fundamental para que as populações tenham conhecimento dos seus direitos democráticos.




[21] Mapa dos distritos e respectivos municípios de Moçambique.

As **primeiras eleições locais** tiveram lugar num ambiente de grande tensão política em 1998, cuja afluência foi muito baixa, rondando os 15% de participação de eleitores. Elas só se realizaram em vinte e três (23) cidades e vilas seleccionadas e foram ganhas pelo partido Frelimo. O destaque foi, no entanto, a aparição de **forças políticas e civis independentes** saídas da sociedade civil, casos do grupo Juntos pela Cidade, na cidade de Maputo, tendo conseguido eleger alguns deputados para a Assembleia Municipal, e o Grupo Reflexão, na Cidade da Beira, que também elegeu representantes para a Assembleia Municipal da cidade.

**Vocabulário**

**Eleições autárquicas**
Acto para eleger os representantes do poder local, os governantes dos municípios.

O Governo e o Parlamento em funções decidiram **descentralizar** o poder para um nível de acção local. Nesse sentido criaram-se autarquias e municípios. Em 19 de Novembro de 2003 foram realizadas as **eleições autárquicas** em Moçambique. Dos 33 municípios, a Frelimo conquistou 28 e a Renamo os 5 restantes municípios.

| Principais resultados das eleições autárquicas de 2003 | |
|---|---|
| Partidos | Municípios conquistados |
| Frelimo | 28 |
| Renamo | 5 |

O destaque destas eleições de 2003 vai para a aparição política do jovem Daviz Simango, filho do ex-presidente da Frelimo, Urias Simango, que passou a dirigir a cidade da Beira representando a Renamo.



[22] Afonso Dlhakama, líder da Renamo, a ser entrevistado.

As terceiras eleições autárquicas foram maioritariamente ganhas pela Frelimo, dos 43 municípios em disputa, 42 para a Frelimo e 1, o da Cidade da Beira, foi ganho pelo independente Daviz Simango expulso pela Renamo por razões pouco claras.

O território de Moçambique está dividido em 11 províncias, que inclui a cidade de Maputo com o estatuto de província. As províncias são administradas por governadores provinciais nomeados pelo Presidente da República. Em relação às eleições provinciais, estas surgem no âmbito da Constituição de 2004, na sua revisão, como sendo a oportunidade de os representantes do povo

discutirem os seus problemas a nível provincial. Elas só tiveram lugar pela primeira vez em 28 de Outubro de 2009.

Em todos os actos eleitorais que se registaram em Moçambique desde 1994, a administração eleitoral esteve sempre a cargo da **Comissão Nacional de Eleições** (CNE) e do **Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral** (STAE), dela dependente. A constituição da CNE foi desde sempre razão de grandes tensões entre as duas principais forças políticas e motivo de grandes debates.

Os actos eleitorais dos anos de 1999, 2004 e 2009 foram sempre ganhos pelo partido Frelimo, remetendo a Renamo para a segunda posição, sendo desde sempre a principal força política da oposição.




[23] Propaganda eleitoral da Frelimo.

**Eleições multipartidárias em Moçambique – Presidenciais e Legislativas**

| Anos | Presidenciais | % | Legislativas | % |
|---|---|---|---|---|
| 1994 | Joaquim Chissano | 53% | Frelimo | 44,3% |
| | Afonso Dlhakama | 33% | Renamo | 37,7% |
| | | | UD | 12,7% |
| 1999 | Joaquim Chissano | 52,2% | Frelimo | 48,5% |
| | Afonso Dlhakama | 47,7% | Renamo – União Eleitoral | 38,8% |
| 2004 | Armando Guebuza | 63,7% | Frelimo | 62% |
| | Afonso Dlhakama | 31,7% | Renamo – União Eleitoral | 29,7% |
| 2009 | Armando Guebuza | 75,2% | Frelimo | 74,7% |
| | Afonso Dlhakama | 16,3% | Renamo | 17,7% |
| | Daviz Simango | 8,6% | MDM | 3,9% |

Nota: MDM, Movimento Democrático de Moçambique, força política criada em 2009, na Cidade da Beira.



[24] Comício eleitoral da Renamo.

Uma das principais reclamações em todos estes processos eleitorais por parte da oposição é a falta de transparência dos órgãos eleitorais, controlados pela Frelimo, no poder há mais de 35 anos, aliada às irregularidades registadas pelos observadores eleitorais, principalmente no acto eleitoral de 1999, devido ao facto de ter havido um enorme número de editais não considerados oficialmente

por conterem "erros insanáveis". Esta situação de 1999 permite concluir que, na realidade, a diferença entre os dois candidatos terá sido menor que os dados publicados oficialmente.

| Cronologia da História de Moçambique: de 1975 a 1996 | |
|---|---|
| **Ano** | **Acontecimentos** |
| 1975 | Independência nacional de Moçambique |
| 1976 | Fundação da RENAMO, movimento de resistência ao regime de orientação socialista que se instalara em Moçambique |
| 1977 | Início da guerra civil em Moçambique, guerra devastadora que provocou a morte de mais de um milhão de pessoas e mais de três milhões de refugiados<br>– realização do III Congresso da Frelimo e adopção do socialismo como orientação política, económica e social do Estado |
| 1980 | Criação da SADCC (Southern African Development Coordination Conference), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral |
| 1984 | Acordo de Nkomati entre o Governo de Moçambique e a África do Sul |
| 1986 | Samora Machel morre num desastre aéreo de Mbuzini. Joaquim Chissano é nomeado o novo Presidente da República |
| 1990 | É aprovada a nova Constituição multipartidária |
| 1992 | Assinatura em Roma do Acordo de Paz para Moçambique entre o Governo de Moçambique e a RENAMO |
| 1994 | As primeiras eleições multipartidárias em Moçambique ganhas pelo partido Frelimo |
| 1995 | Moçambique entra para a Commonwealth |
| 1996 | É constituída a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, CPLP |

## Exercitando competências

1. Analise a cronologia acima.
   - 1.1. Em que data ocorreram as primeiras eleições livres em Moçambique?
   - 1.2. Quantos anos passaram desde a independência nacional até às primeiras eleições livres?
   - 1.3. Na sua opinião, porque passaram tantos anos?
3. Observe as imagens [23 e 24]. Identifique as formas de propaganda política que conhece.
4. Quais são as eleições para os órgãos do poder em Moçambique?

## Recapitulando...

Logo após a Independência Nacional de Moçambique os novos governantes depararam-se com o grande problema de criar as bases para pôr em marcha o processo de desenvolvimento económico. Foi assim que, em 1977, na altura do III Congresso, a Frelimo adoptou a estratégia de desenvolvimento baseado no socialismo marxista.

Nesse sentido, o Governo de Samora Machel promoveu a criação e instituição de planos económicos, o Plano Estatal Central (PEC) e o Plano Perspectivo Indicativo (PPI), que visavam a continuação da centralização da economia e a nacionalização da mesma.

No plano externo, Moçambique estabeleceu relações comerciais de amizade com vários países, com destaque para a sua filiação na organização regional Linha da Frente, criada com a finalidade de apoiar os países da região na sua luta pela emancipação ou independência, bem como promover a cooperação regional alternativa. É assim que, em 1980, os países da Linha da Frente criam a Southern African Development Coordination Conference, SADCC, que mais tarde será conhecida por SADC.

A necessidade de fazer face à crise em que o país vivia era agravada pelo profundo clima de guerra civil que se vivia desde 1977. Esta guerra desestabilizou a sociedade e economia moçambicanas. Só em 1990 é que se avizinha a paz com a criação de uma nova Constituição, a Constituição da República de Moçambique de 1990. Nascia uma nova Constituição, que defendia um sistema eleitoral de representação proporcional e substituía a antiga Constituição que defendia o sistema de partido único. E assim nascia a democracia em Moçambique.

Mas só em 1994 é que têm lugar as primeiras eleições livres. A Frelimo foi a vencedora e a Renamo contesta os resultados. Neste processo democrático é fundamental falar do doloroso processo de paz, que culminou com a assinatura dos acordos gerais de paz, em Roma, em 1992.

# Bibliografia


Abrahamson, Hans e Nilsson, Anders – *Moçambique em transição. Um estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Maputo: Edição do CEE/ISRI, 1994.

AAVV – *História de Moçambique. Agressão Imperialista*, vol. II. Maputo, UEM, 1983.

Bohaen, A. Adu (ed.) – *História Geral da África: A África sob dominação colonial, 1880-1935*, vol. VII. Paris: Unesco/Ática, 1991.

Egeró, Bertil – *Moçambique: Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*. Estudos 8, AHM, 1992.

Hedges, David (ed.) – *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, vol. I. Maputo: UEM, 1993.

Melo, António (coord.) – *Colonialismo e lutas de libertação*. Colecção "7 cadernos sobre a guerra colonial", 1971.

Medeiros, Eduardo – *As etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Edição do Arquivo Histórico de Moçambique, 1988.

Mondlane, Eduardo – *Lutar por Moçambique*. Maputo: Minerva Central, 1995.

Muiuane, Armando Pedro – *Datas e Documentos da História da Frelimo*. Maputo: 2006, 3.ª edição.

Newitt, Marlyn – *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

Nhapulo, Telésfero – *Atlas Histórico de Moçambique*. Maputo: Plural Editores, 2010.

Laranjeira, Pires – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Liesegang, Gerhard – *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10.

José, Alexandrino e Meneses, Paula Maria – *16 Anos de Historiografia: Focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90*. Colecção "Painel", vol. I, 1991.

Uzoigwe, Godfrey N. – *Partilha europeia e conquista da África*.

Péllissier, René – *História de Moçambique. Formação e Oposição 1854-1918*, vol. I. Editorial Estampa.

Rocha, Aurélio – *Moçambique: História e Cultura*. Maputo: Texto Editores, 2006.

Segulane, Hipólito – *Das primeiras economias ao nascimento da economia-mundo*. Maputo: Universidade Pedagógica, 2007.

Souto, Amélia Neves de – *Guia Bibliográfico para o estudante de História de Moçambique*. Maputo: UEM/CEA, 1996.

Silva, Teresa Cruz e Maganhelas, Zedequias – *Notas para uma reflexão das relações Estado-Igrejas Protestantes*. Estudos Moçambicanos.

Yussuf, Adam – *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 14.